

Rafaela de Paula Amaral de Souza

Políticas públicas de inclusão digital: estudos de caso em centros de
cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

Belo Horizonte

Escola de Ciência da Informação da UFMG

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Rafaela de Paula Amaral de Souza

Políticas públicas de inclusão digital: estudos de caso em centros de cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciência da informação da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, como requisito parcial à obtenção ao título de Mestre em Ciência da Informação.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Helena Maria Tarchi Crivellari**

Belo Horizonte

Escola de Ciência da Informação da UFMG

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Souza, Rafaela de Paula Amaral

S729

Políticas públicas de inclusão digital: estudos de caso em Centros de Cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte / Rafaela de Paula Amaral de Souza. – Belo Horizonte: UFMG, 2008.

207 f.:il.

Orientadora: Helena Maria Tarchi Crivellari

1

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, UFMG.

1. Centros Culturais. 2. Políticas públicas. 3. Inclusão digital. 4. Letramento digital. 5. Competência informacional.

I. Crivellari, Helena Maria Tarchi. II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Tit.

CDU: 027:681.3

Belo Horizonte, 2008



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FOLHA DE APROVAÇÃO

"POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL: ESTUDOS DE CASO EM CENTROS DE CULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE"

Rafaela de Paula Amaral de Souza

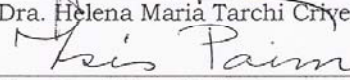
Dissertação submetida à Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais, como parte dos requisitos à obtenção do título de **"Mestre em Ciência da Informação"**, Linha de Pesquisa **"Informação, Cultura e Sociedade - ICS"**.

Dissertação aprovada em: 14 de agosto de 2008.

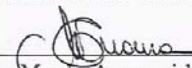
Por:



Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari - ECI/UFMG (Orientadora)

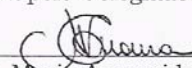


Profa. Dra. Isis Paim - Profa. Aposentada - ECI/UFMG



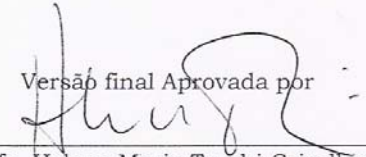
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura - ECI/UFMG

Aprovada pelo Colegiado do PPGCI



Profa. Maria Aparecida Moura
Coordenadora

Versão final Aprovada por



Profa. Helena Maria Tarchi Crivellari
Orientadora



UFMG

Universidade Federal de Minas Gerais
Escola de Ciência da Informação
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **RAFAELA DE PAULA AMARAL DE SOUZA**, matrícula: 2006202981

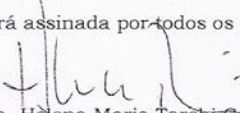
Às 14:00 horas do dia 14 de agosto de 2008, reuniu-se na Escola de Ciência da Informação da UFMG a Comissão Examinadora aprovada *ad referendum* pela Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação em 07/07/2008, para julgar, em exame final, o trabalho intitulado **Políticas públicas de inclusão digital: estudos de caso em centros de cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte**, requisito final para obtenção do Grau de MESTRE em CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, Área de Concentração: Produção, Organização e Utilização da Informação, Linha de Pesquisa: Informação, Cultura e Sociedade - ICS. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari, após dar conhecimento aos presentes do teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelos examinadores com a respectiva defesa da candidata. Logo após, a Comissão se reuniu sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. Foram atribuídas as seguintes indicações:

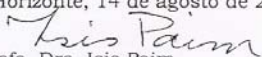
Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari - Orientadora	APROVADA
Profa. Dra. Isis Paim	APROVADA
Profa. Dra. Maria Aparecida Moura	APROVADA


Pelas indicações, a candidata foi considerada APROVADA.

O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a sessão, da qual foi lavrada a presente ATA que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.


Belo Horizonte, 14 de agosto de 2008.


Profa. Dra. Helena Maria Tarchi Crivellari
Orientadora - ECI/UFMG


Profa. Dra. Isis Paim
Profa. Aposentada - ECI/UFMG


Profa. Dra. Maria Aparecida Moura
ECI/UFMG

Obs: Este documento não terá validade sem a assinatura e carimbo da Coordenadora.


Prof.^a Maria Aparecida Moura
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação
em Ciência da Informação - ECI/UFMG

**Para minha mãe.
Pelo seu carinho, dedicação e
Companheirismo eterno.**

Agradecimentos

Ao meu pai, pelo amor incondicional e pelo apoio constante.

Ao amor da minha vida, pela paciência de saber esperar, pelo incentivo e pela força de sempre.

À Prof^a. Dr^a. Helena Maria Tarchi Crivellari.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação, em especial a prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Moura.

Às secretárias da Pós – Graduação, Nely e Gisele.

Aos amigos de ontem e de sempre, que às vezes distantes, estavam presentes. Ao Rafa, ao Leandro, à Joelma, à Ana Paula, à Grazi, à Regina, à Marília.

Aos amigos de ontem e de sempre, que no momento mais difícil souberam me apoiar.

Aos familiares que às vezes não entendiam as ausências. Em especial à minha prima Kênia pela presença constante.

À família Brasil, em especial à Jú e ao Pedro.

À família Alvarenga, em especial à Cris e à Beth.

À Érika Nasciva, a Rayssa Moreira dos Santos e ao Marcellus Madureira pelo auxílio no momento oportuno.

À família ISTA, à direção pela compreensão, a todo corpo docente e discente.

Aos colegas de trabalho, em especial a Kelle, ao Tit, à Rosa, a Soninha, à D. Helena, à Cidinha, à Cula. A todos que de todas as formas contribuíram muito para a concretização deste trabalho.

No meio do caminho

No meio do caminho tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
tinha uma pedra
no meio do caminho tinha uma pedra.

Nunca me esquecerei desse acontecimento
na vida de minhas retinas tão fatigadas.
Nunca me esquecerei que no meio do caminho
tinha uma pedra
tinha uma pedra no meio do caminho
no meio do caminho tinha uma pedra.

Carlos Drummond de Andrade

Resumo

A presente dissertação investiga as políticas públicas de inclusão digital que acontecem nos espaços públicos de informação denominados centros culturais. Para tanto se buscou identificar os centros culturais de Belo Horizonte para, posteriormente, analisar as suas políticas públicas de inclusão.

A investigação realizada, que tinha como principal objetivo analisar as políticas e práticas de inclusão digital implantadas nos centros de cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, demonstrou que as políticas públicas de inclusão digital existem, mas ainda são incipientes nesses locais e que também existem ações desenvolvidas que são pautadas na idéia de inclusão digital e, por isso, não há a consolidação do letramento digital dos usuários dos centros culturais, assim como não há a formação de competências informacionais a partir da utilização de computadores.

Os centros culturais, por enquanto, só proporcionam o acesso às máquinas e mesmo assim, ainda é um acesso insuficiente no qual faltam suporte técnico e treinamento de pessoal.

Considera-se que o estudo realizado possa vir a contribuir, ainda que de forma restrita, para o conhecimento e a sistematização de conceitos como letramento e competência informacional, fazendo com que eles sejam difundidos e aplicados às realidades dos centros culturais e dessa forma possam contribuir para a fluência tecnológica de seus usuários.

Palavras chaves: Políticas Públicas; Inclusão Digital; Letramento.

Abstract

The present thesis inquires into public policies of digital inclusion developed in the public spaces of information known as cultural centers. Accordingly, we sought to identify such cultural centers established in Belo Horizonte, the next step being the analysis of their inclusion policies.

Our chief aim was an analysis of policies and practices of digital inclusion deployed at the cultural centers of the municipality of Belo Horizonte. Our research pointed out the existence, there, of public policies of digital inclusion, though still incipient. Actions are also carried out, based on the idea of digital inclusion, though without due consolidation of digital literacy of the users of those cultural centers, together with lack of information literacy competences through the use of computers.

The cultural centers, as yet, provide only access to the machines; even so, it is still insufficient, owing to lack of technical support and personnel training.

We realize that this study can contribute, though in a limited way, to the understanding and systematization of concepts such as information literacy and competence, promoting their dissemination, as well as their being applied to the realities of the cultural centers, thus being able to contribute to the technological fluency of their users.

Key – words: Public Policies; Digital Inclusion; Literacy.

Sumário

Lista de tabelas.....	14
Lista de quadros.....	15
Lista de abreviaturas e siglas.....	16
1 Introdução	18
2 Referências conceituais para uma discussão sobre políticas públicas de inclusão digital.....	26
2.1 Políticas sociais – políticas públicas.....	26
2.2 Inclusão, sua relação com a informação e outras questões.....	41
2.2.1 A cidadania.....	41
2.2.2 Inclusão e exclusão digitais.....	47
2.2.3 Políticas públicas de Inclusão digital no Brasil.....	58
2.3 Letramento, letramento digital e competência informacional.....	61
2.3.1 Gênese e a evolução do conceito letramento.....	61
2.3.2 Nova forma de letramento: letramento digital.....	67
2.3.3 Similitudes entre letramento e inclusão.....	72
2.3.4 Introdução à questão da competência informacional.....	74
3 Programa Pontos de Cultura no cotidiano dos centros culturais: reflexões e políticas de inclusão digital.....	85
3.1. Políticas Federais.....	85
3.2 Políticas estaduais.....	92
3. 3 Políticas municipais.....	93
3.4 Os centros culturais de Belo Horizonte e suas políticas de inclusão digital.....	95
3.4.1 A metodologia de pesquisa.....	95
3.4.2 A contribuição da PRODABEL em programa de inclusão digital.....	98

3.4.3 Centros de cultura e centros culturais.....	100
3.4.3.1 Definições sobre centros culturais no âmbito de Belo Horizonte.....	104
3.5 Os pontos de cultura.....	108
3.6 Os centros culturais de Belo Horizonte.....	110
3.6.1 Centro cultural São Bernardo.....	110
3.6.2 Centro cultural Zillah Spózito	112
3.6.3 Centro cultural Pampulha.....	116
3.6.4 Centro de cultura Lagoa do Nado.....	119
3.6.5 Centro cultural Vila Marçola.....	122
3.6.6 Centro cultural Alto Vera Cruz.....	123
3.6.7 Centro cultural Venda Nova.....	126
3.6.8 Centro cultural Liberalino Alves de Oliveira.....	127
4 Um estudo com os usuários dos programas de inclusão digital dos centros culturais de Belo Horizonte.....	132
4.1 Metodologia.....	132
4.2 Resultados.....	134
4.2.1 Grupo de crianças	134
4.2.2 Grupo de adolescentes.....	136
4.2.3 Grupo de adultos.....	137
4.2.4 Comparação entre os grupos de usuários.....	139
5 Considerações finais.....	141
Referências Bibliográficas.....	146
ANEXO 1 – Roteiro de Entrevista:	158
ANEXO 2 – Roteiro de Entrevista:	160
ANEXO 3 – Roteiro de Entrevista:.....	162

ANEXO 4 – Roteiro de Entrevista:	165
ANEXO 5 - Questionário:	167
ANEXO 6 - Fotos:.....	169
ANEXO 7 – Constituição da República.....	180
ANEXO 8 – Folder BH Digital:.....	181
ANEXO 9 – Projeto de ID da Fundação Municipal de Cultura:	182
ANEXO 10 – Regulamento de utilização de computadores:.....	191
ANEXO 11 - Programação dos Centros Culturais:	192
ANEXO 12 – Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte:.....	206

Lista de Tabelas

TABELA 1 – faixa etária dos usuários	134
TABELA 2 – frequência dos usuários	139
TABELA 3 – atividades que participam.....	140
TABELA 4 – opinião sobre a utilização gratuita dos computadores	140
TABELA 5 – sobre a necessidade de computadores e internet gratuita nos centros culturais	140

Lista de Quadros

QUADRO 1 – Cinco fatores dos quais depende a inclusão digital130

QUADRO 2 – Síntese dos passos para a inclusão digital.....131

Lista de abreviaturas e siglas

BHBUS – Transporte Público da cidade de Belo Horizonte

CCAVC - Centro Cultural Alto Vera Cruz

CCLAO - Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira

CCLN - Centro Cultural Lagoa do Nado

CCP - Centro Cultural Pampulha

CCSB – Centro Cultural São Bernardo

CCVM - Centro Cultural Vila Marçola

CCVN - Centro Cultural Venda Nova

CCZS - Centro Cultural Zillah Spózito

CRTT – Comissão Regional de Transporte e Trânsito

CVT – Centros Vocacionais Tecnológicos

FMC – Fundação Municipal de Cultura

GESAC – Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MEC – Ministério da Educação

MINC – Ministério da Cultura

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OP – Orçamento Participativo

PRODABEL – Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte

PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação

RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno.

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

TIC's – Tecnologias de Informação e Comunicação

TIN - Telecentros de Informação e Negócios

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem, entre suas características principais, o avanço das tecnologias de informação e comunicação. Por essa razão, se faz necessário que os cidadãos sejam capazes de utilizar e dominar estas tecnologias, pois elas fazem parte da vida cotidiana dos indivíduos.

Entretanto, muito mais do que só utilizar e dominar as tecnologias de informação e comunicação, como computadores e Internet, é fundamental que os cidadãos sejam capazes de construir sentido a partir de textos multimídia, localizar e avaliar informações que lhe sejam necessárias e que sejam disponibilizadas eletronicamente, entre outras coisas.

Sabe-se que, apesar de saber ler e escrever, muitas pessoas não conseguem redigir bilhetes, interpretar gráficos, ou seja, são pessoas alfabetizadas, mas não letradas. De acordo com SOARES (2003), o termo alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e a escrever, e não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem tenha se apropriado da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam. É uma explicação que torna mais evidente a diferença entre alfabetizado e letrado. A condição de uma pessoa que seja alfabetizada e não é letrada faz com que ela seja, de certa forma, excluída socialmente pelo fato de ser mais difícil, por exemplo, o acompanhamento dos avanços tecnológicos.

Atualmente, o mundo da tecnologia digital também se configura como forma de exclusão social, pois muitas vezes, os segmentos mais pobres da sociedade não

têm acesso às novidades tecnológicas. Pode-se dizer que a falta de acesso da população mais pobre deva-se ao fato de que os aparatos tecnológicos sejam, na maioria das vezes, instrumentos caros. Outro motivo a ser citado seria a dificuldade em operar tais aparelhos e sistemas devido à baixa escolaridade.

Entretanto, mais do que ter acesso, é necessário que o letramento e a inclusão digital envolvam práticas sociais em que o computador tenha papel relevante e que levem as pessoas, aos poucos e de forma cada vez mais autônoma¹, a desenvolver habilidades tais como localizar, selecionar e avaliar criticamente a informação. Para ALMEIDA (2005), propiciar às pessoas a fluência tecnológica significa utilizar criticamente a tecnologia de informação e comunicação com os objetivos de promover a aprendizagem significativa, autônoma e contínua, mobilizar o exercício da cidadania, oportunizar a produção de conhecimentos necessários à melhoria das condições de vida das pessoas e da sociedade.

Sabemos que no Brasil existem milhões de pessoas incapazes de ler e escrever. E mais do que isso, pessoas que não têm nem mesmo noções de cidadania, direitos e deveres. Entretanto, ainda não se sabe quantos são os analfabetos digitais, aquela categoria de pessoas despreparadas para viver a interação com as máquinas. Por isso é que se fala, neste trabalho, de letramento digital.

E é diante desse contexto que surgem indagações as quais se deve responder à luz da ciência da informação com a contribuição da educação no que concerne a conceitos como o letramento.

¹ BUZATO, Marcelo. **Letramento digital abre portas para o conhecimento**. Disponível em: < <http://www.icoletiva.com.br/icoletiva/secao.asp?tipo=entrevistas&id=15> >

O problema desta pesquisa que trata de assuntos como inclusão digital, letramento, competências informacionais e centros culturais - aqui entendidos como unidades públicas de informação - tenta responder à inquietante pergunta: *“de que maneira a inclusão digital, desenvolvida pelas unidades públicas de informação, pode consolidar o letramento digital e prover as pessoas de competência informacional específica para além do contexto digital?”*

Esta pesquisa relaciona temas novos como a inclusão, o letramento digital e a competência informacional e se vê justificada no âmbito da ciência da informação, por ser esta uma ciência de natureza interdisciplinar e intimamente ligada à tecnologia da informação. Tem como objetivos analisar as políticas e práticas de inclusão digital implantadas nos centros de cultura de Belo Horizonte, avaliando a efetividade de sua contribuição para o letramento digital de seus usuários; caracterizar as políticas de inclusão digital adotadas pelos centros de cultura de Belo Horizonte; verificar como se dá o desenvolvimento das práticas de inclusão nos centros de cultura através de entrevistas com os usuários e analisar a relação do usuário dos centros de cultura com a leitura / escrita diante do computador.

Do ponto de vista conceitual, a ciência da informação é compreendida como uma ciência social rigorosa, que se apóia em tecnologia, também rigorosa, e tem por objeto o estudo das propriedades gerais da informação (natureza, gênese, efeitos), ou seja, a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação e a concepção dos produtos e sistemas que permitem sua construção, comunicação, armazenamento e uso (LE COADIC, 1996) .

Apesar de serem aparentemente novos, esses temas são de extrema importância para a ciência da informação, pois irão trabalhar com a informação e com sua utilização para a produção de sentido para os indivíduos envolvidos, pois apesar da existência dos temas de inclusão e letramento, eles não estão desenvolvidos (SOARES, 2005). Por exemplo, cresce muito rapidamente a questão do letramento digital. E por isso cabe à ciência da informação uma contribuição no que diz respeito ao desenvolvimento destes temas, uma vez que, vivemos em um período de profundas mudanças na educação e intenso aumento da acessibilidade da informação. CAMPELLO (2003).

Diante da pesquisa bibliográfica realizada, pode-se dizer que ainda haja pouco material, na área de ciência da informação, disponível sobre os temas a serem abordados. Observa-se, por exemplo, que os materiais relativos ao tema letramento estão mais concentrados na área de educação. Sente-se então a necessidade de a ciência da informação estudar mais profundamente esse conceito, uma vez que há grande interesse nas práticas sociais de leitura e escrita mediadas pelo computador.

O grande interesse desta pesquisa é contribuir para a área de ciência da informação, através da investigação de conceitos relevantes para o mundo atual, como letramento e inclusão digital. Principalmente, no sentido de perceber como os espaços públicos de informação denominados centros de cultura, auxiliam no processo de inclusão digital dos indivíduos. De acordo com o *Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil*, atualmente é necessário que estes espaços proporcionem iniciativas, que contribuam para a aceleração da incorporação dos cidadãos às novas formas de organização social introduzidas pela tecnologia.

É importante, por isso, que os indivíduos tenham acesso às tecnologias e, principalmente, que saibam usar estas tecnologias. Nessa perspectiva, se faz necessário saber qual a contribuição dos centros de cultura públicos – no presente caso, os Centros Culturais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, para o alcance dessa realidade.

Sendo a ciência da informação, uma ciência que tem como objeto de estudo a análise dos processos de construção, comunicação e uso da informação é muito importante estudar os temas de inclusão e letramento digitais, principalmente, no âmbito de espaços públicos de informação, como é o caso dos centros de cultura, uma vez que tratar desses assuntos fortalece o caráter interdisciplinar da ciência da informação.

Portanto, cabe à ciência da informação uma contribuição no que diz respeito ao desenvolvimento desses temas, uma vez que vivemos em um período de profundas mudanças na educação e intenso aumento do acesso à informação (CAMPELLO, 2003).

Do ponto de vista metodológico, o trabalho ora apresentado é de natureza qualitativa e tem caráter exploratório na medida em que pretenda caracterizar ações de inclusão digital disponibilizadas nos centros culturais da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Pode-se dizer que a pesquisa qualitativa é caracteristicamente multimetodológica. Atento a essa afirmativa este trabalho baseia-se em várias técnicas de pesquisa assim como em vários instrumentos de coleta de dados. De acordo com OLIVEIRA (2007), metodologia de pesquisa é:

“Um processo que se inicia desde a disposição inicial de se escolher um determinado tema para pesquisar até a análise dos dados com as recomendações para minimização ou solução do problema pesquisado. Portanto metodologia é um processo que engloba um conjunto de métodos técnicas para ensinar, analisar, conhecer a realidade e produzir novos conhecimentos.”

No presente caso, e de acordo com Oliveira (2007), o período exploratório foi antecedido por uma fase de negociações visando obter acesso ao campo. Esta fase teve como objetivos: proporcionar a imersão do pesquisador no contexto; favorecer uma visão geral do problema; contribuir para a focalização das questões, a identificação de informantes e de outras fontes de dados. Após o período exploratório, passou-se à fase de investigação focalizada, na qual foi realizada: a) pesquisa e análise documental; b) realização de entrevistas semi-estruturadas com dirigentes da PRODABEL e de centros culturais vinculados à PMBH e c) aplicação de questionários a uma amostra de usuários dos mesmos centros culturais. Os procedimentos metodológicos adotados estão explicitados, respectivamente, na seção 3.4.1, abordando a pesquisa com os dirigentes das entidades públicas e na seção 4.1, no que diz respeito à pesquisa com os usuários.

Vale, ainda, salientar que, no desenrolar da pesquisa, foram várias as dificuldades encontradas, a começar pela definição dos locais onde esta pesquisa seria realizada. Inicialmente, a proposta era estudar as bibliotecas públicas de Belo Horizonte e compará-las com outras bibliotecas de municípios vizinhos, sobre as questões relativas à inclusão digital e às ações públicas realizadas. Nessa direção, entretanto, foi observado que, em Belo Horizonte, não havia bibliotecas públicas “isoladas” mantidas pela prefeitura local. O que acontece é que a Prefeitura de Belo

Horizonte possui os centros culturais e esses é que abrigam bibliotecas como mais um serviço público a ser prestado pelo centro à comunidade.

Outra dificuldade encontrada está relacionada à pesquisa bibliográfica. A literatura sobre centros culturais, deve-se dizer, é escassa; e não traz as idéias de conceitos, missão, objetivos, entre outros, que seriam muito importantes para a pesquisa. No trabalho de campo, é preciso mencionar a grande dificuldade que se relaciona aos atores sociais focalizados, que muitas vezes se mostraram inacessíveis, demorando até meses para responder às solicitações de entrevista.

Quanto ao texto final, a presente dissertação está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, *Introdução*, abordou-se o panorama geral sobre o contexto tecnológico atual e as perspectivas de letramento digital dos indivíduos, tendo, identificado também os objetivos da pesquisa, a justificativa e a metodologia utilizada.

No segundo capítulo – *Referências conceituais para uma discussão sobre políticas públicas de inclusão digital*, resgata-se, na primeira parte, breve discussão entre as noções de público e privado para se iniciar a conceituação de políticas públicas e posteriormente entender a questão das políticas públicas de inclusão digital. Na segunda parte apresentam-se questões que perpassam a noção de inclusão, tais como a cidadania e a inclusão digital, assim como o panorama das políticas públicas de inclusão digital no Brasil. A terceira parte apresenta os conceitos letramento, letramento digital e competência informacional como propostas para maior efetividade dos programas de inclusão digital adotados nos centros de cultura de Belo Horizonte.

O terceiro capítulo, denominado *Os centros culturais de Belo Horizonte e suas políticas de inclusão digital* apresenta as políticas de inclusão digital adotadas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, o contexto dos centros culturais e os resultados das entrevistas realizadas com os diretores dos centros culturais, assim como a participação da PRODABEL no cenário da inclusão digital em Belo Horizonte.

O quarto capítulo, *Um estudo com os usuários dos programas de inclusão digital dos centros culturais de Belo Horizonte*, mostra o estudo com os usuários dos mesmos centros culturais, com o intuito de alcançar o objetivo geral da pesquisa, que foi analisar as políticas e práticas de inclusão digital implantadas nos centros de cultura de Belo Horizonte, avaliando a efetividade de sua contribuição para o letramento digital de seus usuários.

No quinto capítulo são apresentadas as considerações finais relativas ao trabalho e as proposições para novos trabalhos.

2 REFERÊNCIAS CONCEITUAIS PARA A DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Para que se introduza a conceituação de políticas públicas torna-se crucial a discussão sobre as noções de *público* e *privado*. Para se alcançar o objetivo geral proposto no presente trabalho, foi necessário entender, no primeiro momento, o que são políticas públicas e posteriormente o que são políticas públicas de inclusão digital.

Um dos autores a discutir sobre público e privado é LAFER (1988). Para ele, público é o que afeta a todos ou a maioria, sendo assim, o comum. É acessível a todos, é de utilidade comum, é aberto ao conhecimento de todos, por contraposição ao privado, que é restrito a poucas pessoas, que afeta poucas pessoas e que, no limite, se configura como secreto, privado, pessoal. Para ARENDT (2004), público é tudo aquilo que vem a público e pode ser visto e ouvido por todos e, também o mundo comum a todos – composto por objetos que são coletivos e, por isso, públicos.

2.1 Políticas sociais – políticas públicas

MAUÉS (2003), afirma que uma política social é política pública e cita SHIROMA (2002)², que identifica a política pública como atividade ou conjunto de atividades que, de uma forma ou outra, são imputadas ao Estado moderno capitalista ou dele emanam. Para a autora, as políticas públicas surgem no cenário da globalização

² SHIROMA, Eneida Oto et al. *Política educacional*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

como forma de regulação social e de ajuste estrutural, organizando o conjunto de setores da vida social, política e econômica, nas dimensões pública e privada.

De acordo com FALEIROS (2006), as políticas sociais podem ser vistas de diferentes formas, como por exemplo, mecanismos de manutenção da força de trabalho, conquista dos trabalhadores, arranjos do bloco no poder ou bloco governante ou como doação das elites. Esse autor, que possui uma visão crítica em relação às políticas sociais, refere-se às exigências do capital para se valorizar e reproduzir a força do trabalho.

Para o autor, as políticas sociais são formas e mecanismos de relação e articulação de processos políticos e econômicos. São processos políticos de obtenção do consentimento do povo, de aceitação de grupos e classes, que estão vinculados aos processos econômicos de manutenção do trabalhador e das relações de produção das riquezas. Dessa forma, ele entende o cidadão como “um sujeito de direitos sociais que tem igualdade de tratamento perante as políticas sociais existentes” e a cidadania é “o reconhecimento da soberania da nação sobre o Estado, do povo sobre o governo, da sociedade civil sobre as instituições”, e a fala e o discurso oficiais a respeito de várias intervenções do Estado apresentam as políticas sociais como boas em si mesmas e como bons aqueles que a fazem, mesmo que elas não se apresentem como de acesso universal, como no caso da América Latina, cujos benefícios não são vistos como direitos dos cidadãos, mas sim, como “um favor concedido em troca de votos”. Portanto, FALEIROS (2006) compreende que as políticas sociais estatais visem a tornar disponível e operável a mão de obra para qualquer setor e em condições razoáveis uma vez que não rompem o vínculo entre

trabalho e benefícios sociais. Ao contrário elas consolidam e articulam esse vínculo mesmo para aqueles que se encontram fora da produção.

CARDOSO (2004) afirma que, antes, as políticas sociais eram tarefas dos governos; entretanto, atualmente, todos se sentem na obrigação de participar dessas políticas de combate à pobreza e à exclusão social, cuja maioria das propostas parte, atualmente, das empresas e do Terceiro Setor.

As políticas sociais ainda eram vistas como uma atribuição do Estado, mas as parcerias com as empresas e as organizações civis, ao mesmo tempo que a democracia, começaram a criar raízes. O espaço público já não se confunde com o espaço governamental, e o desejo de resultados eficazes no combate aos problemas sociais crônicos provocou uma ampliação das parcerias com vistas à programação de intervenções eficazes (CARDOSO, 2004).

A autora assegura que vivemos um período de clareza e indignação quanto à desigualdade social existente e que subsiste certa “impaciência” com relação ao mundo globalizado e sua excelente qualidade de vida para alguns, e situações subumanas para outros.

Para DEMO (2000), a política social constitui uma proposta articulada, estatal ou civil de combate às desigualdades sociais. Em sua obra *Política social do conhecimento*, o autor afirma que a ignorância é o problema social mais devastador e que é necessário “fazer-se” oportunidade. Para ele, a partir do *welfare state*, a política social criou a expectativa de que a dignidade social tivesse como “garante central” a proteção do Estado. Então, para contrapor à política do *welfare state*, DEMO (2000), sugere a política social do conhecimento, entendida como “o processo de reconstrução e uso do conhecimento para fins sociais, a serviço dos excluídos”. A questão prática é como prover os excluídos das mesmas armas usadas para exclu-

los, tanto no sentido afrontoso, quanto no de negociação democrática, pois, para ele, é necessário combater a pobreza política, desde que o excluído tenha oportunidade de formação autêntica, sendo necessário tanto o conhecimento, quanto a ética do conhecimento.

É visto que a desigualdade social no Brasil é grande e há tempos compromete o desenvolvimento do seu povo. ROSA e ODDONE (2006) afirmam que o IDH do Brasil traduz uma situação de desigualdade social e de não-cumprimento do que determina a Constituição Brasileira, que tem como princípios fundamentais a sociedade livre, justa, solidária com a redução das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza e que deve assegurar aos cidadãos direitos sociais como educação, trabalho, lazer, saúde, segurança e moradia. Em vista disso, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas públicas que reflitam a vontade em avançar em determinada direção com medidas para transformar uma situação. Sua eficácia deverá ser medida por sua sustentabilidade e coerência interna que deverão gerar uma repercussão positiva.

SILVA (2006), conceitua política pública como:

“A diretiva de governo que se expressa em ações postas em prática por funcionários públicos que formam corpos burocráticos especializados, ações estas financiadas por recursos provenientes do orçamento público ou negociados por autoridades públicas, isto é, por indivíduos que ocupam cargos na estrutura governamental. Nos sistemas políticos democráticos, estes cargos são preenchidos pelo princípio da eleição, por designação política ou pelo concurso público”.

Ao refletir sobre os aspectos políticos das políticas públicas, SILVA (2006) afirma que uma diretiva de governo pode ser transformada em política pública e dependerá

da motivação para a adoção de uma linha governamental, em que o governo posa ser predominantemente responsivo. Nesse caso, os governados se apresentariam com concepções de soluções correspondentes ao acúmulo de informações e conhecimento sobre a natureza dos problemas que levantam e as boas soluções para eles. O governo pode também ser predominantemente propositivo, quando existe um time de tecnoburocratas e planejadores responsáveis pela identificação de problemas que deverão ser objeto de intervenção pública. Por conseguinte, se uma política pública é concebida como resposta à demanda dos governados, o governante deve estabelecer até onde pode empenhar-se no atendimento a grupos sociais, sem colocar em risco o equilíbrio coletivo. Se a política for elaborada pelos governantes, corre-se o risco de passar mais ou menos longe do atendimento de necessidades reais dos “públicos-alvo” aos quais se destina.

Outro autor que define políticas públicas é FERNANDES (2007). Para ele, “definir políticas públicas como algo simultaneamente político e técnico-administrativo é tarefa complexa”. É necessário entender o processo de produção por parte do Estado, de bens e serviços que geram bem-estar à população de um país. O autor discorre sobre a origem, evolução e contexto atual das políticas públicas e apresenta um panorama geral de políticas sociais no Brasil. Torna-se claro que, para FERNANDES (2007), políticas públicas se relacionem diretamente com as funções sociais possíveis de serem exercidas pelo Estado. O Estado deve fazer escolhas sobre a área social na qual vai atuar e essas escolhas se transformam em decisões que são condicionadas por interesses, de diversos grupos, intermediados e negociados pelo Estado.

Historicamente, observa-se que é a partir do século XX que os Estados Nacionais se estabilizam como formuladores de políticas públicas capazes de produzir bem-estar e promover a justiça social aos seus cidadãos. Essa questão se torna plena a partir do pós-guerra até o final do século XX, quando os Estados Nacionais passam a experimentar crises fiscais e financeiras que “levam os governos a definir novos padrões de gestão e financiamento de políticas públicas” (FERNANDES, 2007).

Ainda para FERNANDES (2007), o nascimento da sociedade industrial é caracterizado por crescente industrialização e urbanização da sociedade, e processo econômico determinado pela livre competição das forças de mercado. As cidades eram precárias e as pessoas viviam em condições sub-humanas, vítimas de enfermidades e epidemias, e possuíam baixa expectativa de vida além do alto índice de mortalidade infantil. As classes subalternas eram oprimidas e, nesse contexto, as idéias socialistas revolucionárias e os sindicatos surgem e fortalecem a luta pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora. Nesse contexto, amplia-se a democratização política com a universalização do sufrágio. A partir de então a classe trabalhadora começa a demandar do Estadoserviços públicos e obras urbanas, contextualizando assim o surgimento de políticas públicas.

No caso do Brasil, “um dos campeões de desigualdade social no mundo” apesar de se possuir um Estado que provê uma série de políticas sociais, a “abissal desigualdade econômica não consegue ser diminuída” e pode-se dizer que isso se deve ao fato de que haja ausência ou má gestão das políticas sociais. De acordo com FERNANDES (2007), “o combate à pobreza é o principal problema que o

Estado brasileiro como formulador de políticas sociais redistributivas tem de enfrentar”. Não se pode esquecer também que, no caso Brasil, a questão da pobreza e da desigualdade se mostra como algo gerado por um déficit histórico de cidadania, pois o país viveu sob o regime escravo por quatro séculos, “nos quais os direitos civis e políticos existiam apenas no papel”.

Ainda para FERNANDES (2007), tem-se como início da concessão de direitos sociais no Brasil, a “Era Vargas”, período entre 1930 e 1945, direitos esses, que foram suprimidos no período ditatorial, entre 1937 e 1945. No período da ditadura militar (1964-1984) há a suspensão dos direitos civis e políticos, ao mesmo tempo em que se ampliam os direitos sociais. Apesar dessa melhoria, em duas décadas, os programas sociais na época eram marcados pelo clientelismo, favorecimento pessoal, ineficiência e corrupção, razões pelas quais as políticas sociais no Brasil não conseguiam atender à maioria de sua população tendo havido a necessidade de se criar um sistema privado para o qual migrou a classe média ao longo do tempo.

Após o fim da ditadura militar, a Constituição de 1988 descentraliza para estados e municípios as políticas sociais, sendo esses responsáveis pela gestão das políticas sociais de saúde, educação básica e assistência social. Entretanto, essa descentralização ainda é algo gradual e “requer uma complexa engenharia institucional de funcionamento”. Mas, antes de afirmar que os políticos e os governos não deram atenção à área social no Brasil, é necessário perceber que nos últimos vinte anos houve evolução de alguns dos principais indicadores sociais (FERNANDES, 2007).

Após longo período de ditadura militar no Brasil, o país vive um processo de redemocratização marcado por profundas mudanças e tentativas de diversas organizações da sociedade civil de se encontrar. Com isso cresce a esperança da sociedade brasileira que, a partir de então, luta intensamente, reivindicando e pressionando por políticas públicas mais imediatas e intervencionistas (FERREIRA, 2006). De acordo com a autora, foi muito importante a participação de diversas organizações da cultura, pois contribuíram para formulação e implementação de políticas públicas, as quais deram ao Estado subsídios para elaboração de planos e metas, garantindo direitos e ampliando consciências.

FERREIRA (2006) entende que é papel do Estado garantir à população, direitos fundamentais que lhe permitam viver com dignidade. Entretanto, vive-se em um país, cujos movimentos sociais lutam intensamente para fazer valer direitos constitucionais adquiridos na perspectiva de diminuir as desigualdades sociais. Para a autora citada, as políticas públicas são estratégias que servem para promover mudanças sociais, tendo, como princípio, a igualdade social. São, portanto, processos dinâmicos, permanentes, contínuos, contraditórios, frutos geralmente, da ação e/ou da posição dos movimentos sociais nos estados capitalistas.

Diante do panorama histórico, FERREIRA (2006) afirma que a expressão “política pública” começa a ser discutida no Brasil a partir da década de 70, substituindo a expressão “planejamento estatal”. Segundo a autora, a ação do Estado é, quase sempre, no sentido de hierarquizar, privilegiando alguns dos sujeitos conforme

interesses, posições ou lugares, sendo o Estado, o encarregado de produzir bens e serviços de interesse coletivo, diretamente ou outorgando direitos a outros segmentos sociais.

Em sua concepção teórica de política pública, SIMAN (2005) afirma que elas se referem à alocação imperativa de valores pelo Estado para a sociedade, ou seja, expressam a capacidade do governo em realizar as preferências dos cidadãos. Envolve tanto decisão política, quanto requerem diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Podem envolver também um processo de interação entre grupos de interesse, que se associam para pressionar o governo visando a tornar efetivas as suas demandas. A autora explica que tanto a ação como a não-ação governamental tem impacto sobre a sociedade e por isso a política pública inclui tanto as ações do governo e as intenções definidas por ele, quanto aquilo que ele escolhe não fazer.

Já para CARVALHO (2003):

“Políticas públicas são construções participativas de uma coletividade, que visam à garantia dos direitos sociais dos cidadãos que compõem uma sociedade humana. Esse é um princípio democrático fundamental. A carta constitucional de 1988 nos coloca diante deste desafio. No entanto, o atual deslocamento das responsabilidades do estado para o setor privado tem ameaçado esse direito conquistado historicamente no nosso país”.

COUTO (2005) discorre sobre as três diferentes dimensões da política, sendo a primeira, a política constitucional, a segunda a política competitiva e a terceira a das políticas públicas, que para ele refere-se a “produto da atividade política no âmbito

de um determinado Estado”. É tudo aquilo que o Estado gera como resultado de seu funcionamento ordinário.

CUNHA e CUNHA (2003) discorrem sobre o aparecimento de políticas públicas e sua conceituação. Elas afirmam que, entre o final do século XIX e o início do século XX, prevaleceram as idéias liberais de um Estado mínimo que assegurasse a ordem e a propriedade, e do mercado como regulador natural das relações sociais. Nesse contexto emergem as questões sociais de exclusão das pessoas. Com a intensificação das questões sociais e das novas formas de relação entre capital, trabalho e Estado, as políticas sociais podem ser entendidas como “estratégias de intervenção e regulação do Estado no que diz respeito à questão social”.

Para as autoras mencionadas, as políticas públicas implicam conflitos de interesses entre camadas e classes sociais e as respostas do Estado. Muitas políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade, sendo expressão do compromisso público de atuação em determinada área em longo prazo. Portanto, embora as políticas públicas sejam reguladas e freqüentemente providas pelo Estado, elas também englobam preferências, escolhas e decisões privadas, podendo e devendo ser controladas pelos cidadãos, pois, as políticas públicas expressam, assim, decisões e ações públicas que afetam a todos.

Em contexto mais recente, SOUZA (2006) afirma que houve o ressurgimento da importância das políticas públicas nas últimas décadas e três foram os fatores que

contribuíram para maior visibilidade dessa área. O primeiro fator foi a adoção de políticas restritivas de gasto, que passaram a dominar a agenda da maioria dos países. O segundo fator foi que novas visões sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto o que implicou a adoção de orçamentos equilibrados entre receita e despesa, e restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. O terceiro fator é que, na maioria dos países em desenvolvimento não se conseguiram formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Após explicitar esses fatores, a autora discorre sobre o surgimento da área de políticas públicas cujas informações apontam para o surgimento da área nos Estados Unidos, estabelecendo relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando diretamente para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos. A partir de seus estudos, a autora considera que a área possua “quatro grandes pais fundadores”: H. Laswell, que introduz a expressão “policy analysis” nos anos 30; H. Simon que introduz o conceito de “racionalidade limitada” dos “policy makers”; C. Lindlom que questiona a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propõe a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de políticas públicas e também, D. Easton, que contribui para a área ao definir política pública como um sistema.

Após apresentar o estado da arte da área, a autora conceitua políticas públicas como sendo campo multidisciplinar do conhecimento, que busca colocar o governo em ação e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. Para SOUZA (2006), “a formulação de políticas públicas

constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudança no mundo real”. Apresenta resumidamente também, modelos e teorias sobre políticas públicas.

ABRANCHES, SANTOS e COIMBRA (1987) afirmam que política social seja parte do processo estatal de alocação e distribuição de valores. A política social atua nos desequilíbrios da distribuição em favor da acumulação e na promoção da igualdade, podendo ser o Estado mais ou menos sensível “às necessidades dos despossuídos”. Os autores mostram que a política social envolve, necessariamente, intervenções independentes do mercado. Ela é uma ação pública e não obedece à lógica do mercado, devendo ter como meta principal a universalização. A política social reflete, assim, a direção política das relações econômicas, sendo uma combinação específica que visa a alcançar certo patamar de equidade.

Segundo os autores, a política social requer uma nova política econômica capaz de induzir mudanças que permitam, de um lado, elevar o patamar de renda das populações pobres, e de outro, redirecionar, em parte, o padrão de produção e consumo, de modo a assegurar melhores condições de acesso da população ao conjunto de bens e serviços essenciais. Resumindo, deve ser uma política social consistente, que objetive resultados permanentes.

De acordo com a visão de OLIVEIRA (2006), o que leva a falhas nos resultados de políticas públicas é a dissociação que se faz entre elaboração e implementação no

processo de planejamento. Há escolas de pensamento com visões diferenciadas. Uma primeira escola vê a avaliação de um processo de planejamento sob a ótica de confeccionar planos. Isso envolve, tomada de decisões políticas, reuniões de discussão, mapas detalhados, modelos matemáticos e cenários, criação de legislação e distribuição de responsabilidades para no final gerar um plano. Neste caso, as políticas públicas necessitam de “Bons planejadores”. Uma segunda visão de planejamento, apesar de reconhecer o papel da implementação, enfatiza ainda a elaboração de planos como chave primordial para o sucesso das políticas públicas. Nesta visão, os bons planos falham porque houve problemas técnicos de implementação, sabotagem ou por não terem sido implementados de acordo com o que foi indicado no plano. De acordo com o autor, estas visões separam a elaboração da implementação de políticas públicas no processo de planejamento, e colocam o planejamento como “um processo de fazer-se planos”.

Ao analisar a literatura sobre planejamento e implementação de políticas públicas e demonstrar o estado da arte da área, OLIVEIRA (2006), afirma que a literatura foi um pouco tardia em reconhecer a importância da implementação no processo de planejamento, uma vez que, o mais importante era entender como os assuntos chegam à agenda política, quais são os processos legislativos de aprovação de leis, como eleições são ganhas ou perdidas, como órgãos burocráticos são criados, como são indicados os responsáveis por determinados cargos etc. E, na realidade, para o autor:

“O estudo de implementação requer um entendimento de sua complexidade e de sua interação com o processo de planejamento. O resultado de um processo de planejamento, incluindo sua implementação, tem que ser visto como uma série de eventos aparentemente simples, mas que dependem de uma cadeia complexa de interações recíprocas para que

obtenham o resultado esperado, e muitas vezes esta cadeia não pode ser prevista ou controlada”.

MORAES (2002), ao incidir sobre as reformas neoliberais, afirma que essas reformas visam a acertar balanços, cortar custos e principalmente mudar a agenda do país. E isso significa modificar drasticamente os temas e valores compartilhados. Mesmo quando se trata de deliberações públicas (não se podem lançá-las a decisões descentralizadas do mercado), essas reformas tendem a torná-las cada vez mais parecidas com o mercado.

Verifica-se, portanto, que políticas públicas sempre envolvem Estado e Sociedade. Pode-se dizer que havendo demanda da sociedade em relação aos direitos sociais coletivos declarados e garantidos, o Estado entra em ação provendo políticas públicas nas quais são redistribuídos bens e serviços sociais.

A partir da conceituação de políticas públicas voltar-se-á para a compreensão de políticas públicas de inclusão digital

Ao focalizar o acesso individual a computadores e Internet em seu artigo, SORJ e GUEDES (2005) afirmam que apesar de ser enfatizado na literatura o potencial das TIC's para a redução da pobreza e da desigualdade, constata-se na prática efeito inverso, uma vez que as TIC's aumentam a exclusão e desigualdades sociais. Portanto torna-se necessária a universalização do acesso para a diminuição dos danos sociais do ponto de vista da luta contra a desigualdade.

Nesse sentido, as políticas públicas poderiam aproveitar as novas tecnologias para melhorar as condições de vida das pessoas e principalmente, dos mais pobres; entretanto, a luta contra a exclusão digital visa sobretudo encontrar caminhos que diminuam "seu impacto negativo sobre a distribuição de riquezas e oportunidades". Os autores relatam que tanto os estudos focados em pequenas comunidades quanto os estudos estatísticos possuem suas fragilidades, pois são insuficientes para a compreensão da dinâmica social da exclusão digital, uma vez que a polaridade incluído / excluído mascara seus múltiplos aspectos.

SORJ e GUEDES (2005) identificam três grandes limitações na definição de políticas de universalização de acesso:

- Não identificam a qualidade do acesso / velocidade da conexão, custo e tempo disponível para acesso, em particular nos grupos mais pobres da população;
- Supõem o universo de usuários entre os que possuem computador no domicílio, na diferenciação das camadas socioeconômicas;
- E não oferecem pistas sobre a diversidade de usos e a relevância da inclusão digital para os usuários.

Afirmam os autores que para avaliar a exclusão digital, o número de proprietários de computador ou de pessoas com acesso à Internet é "uma medida primitiva demais já que fatores como o tempo disponível, a qualidade do acesso, as atualizações das tecnologias de informação e comunicação, a capacidade de leitura e interpretação da informação pelo usuário devem ser considerados".

As conclusões da pesquisa realizada por SORJ e GUEDES (2005), em comunidade de baixa renda do município do Rio de Janeiro, nos fazem concluir que os autores não criticam as políticas de universalização de acesso, mas concordam que essa universalização seja fundamental para limitar o impacto negativo que as tecnologias possam trazer para os setores mais pobres da sociedade. Esses autores certificam que as políticas de universalização de acesso devam, necessariamente, estar associadas a outras políticas sociais, em particular às da formação escolar, uma vez que possuímos altíssimas taxas de analfabetismo funcional. No entanto, não significa que se deva esperar erradicar o analfabetismo para se desenvolverem políticas de inclusão digital, uma vez que a “luta pela inclusão é uma luta contra o tempo”. As novas tecnologias de informação e comunicação aumentam a desigualdade social e a luta pela universalização do acesso também pode ser considerada como a luta por novo nivelamento das condições de acesso ao mercado de trabalho.

2.2 Inclusão, sua relação com a informação e outras questões.

A inclusão implica relação com a informação e outras questões conforme discussão que se segue.

2.2.1 A cidadania

A cidadania é uma questão difícil de ser conceituada. Geralmente aparece associada ao aspecto positivo da vida social do homem. E é o homem, o indivíduo, o cidadão que realiza a existência da cidadania e a mesma permite identifica-lo na

esfera pública. Contudo, todo esse processo de identificação pressupõe a existência da igualdade e da diferença e é uma relação de poder (FERREIRA, 1993).

MANZINI-COVRE (1995) faz uma aproximação do que seja ser cidadão para posteriormente dissertar sobre a cidadania. Afirma que ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e soberano e vai além: todos os homens são iguais perante a lei, sem distinção de raça, credo ou cor, possuem domínio sobre seu corpo e sua vida, devem ter acesso a um salário condizente para promover a própria vida, o direito a educação, saúde, habitação e lazer, a poder expressar-se livremente, associar-se a partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais. E seus deveres seriam então: ser o próprio fomentador da existência dos direitos a todos, responsabilidade conjunta pela coletividade, cumprimento de normas e propostas, considerados pela autora, conteúdos do exercício da cidadania. A situação da cidadania seria a de “próprio direito à vida no sentido pleno”. No texto há o detalhamento da cidadania em termos de direitos civis (direito de se dispor do próprio corpo), políticos (deliberação do homem sobre sua própria vida) e sociais (necessidades humanas básicas) para a facilitação da compreensão.

Após a análise dos direitos e sua correlação com a cidadania, a autora discorre sobre a origem da cidadania que é atribuída, em princípio, à cidade (polis grega), na qual os homens livres participavam continuamente da política na democracia direta em que predominavam as palavras e a persuasão nas decisões, sem violência. O Estado de Direito desponta com a democracia, após as revoluções burguesas³ para

³ Revoluções burguesas foram os movimentos comandados pela burguesia que ocorreram entre os séculos XVII e XVIII e tem como principais representantes as Revoluções Inglesas e Francesas.

estabelecer direitos iguais a todos os homens perante a lei. Assim, após todos serem considerados iguais perante a lei, a ONU (Organização das Nações Unidas) estabelece a Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948.

Percebe-se então, que a cidadania se desenvolve com as cidades e MANZINI-COVRE (1995), à vista disso, afirma que “toda essa revolução começou, de certa forma, com a valorização do trabalho”, e esse item seria, pois o primeiro marco para a existência da cidadania. A autora estabelece ainda relação entre cidadania e técnica, em que a técnica tanto pode dominar quanto libertar, e essa relação deve ser favorável aos trabalhadores, de forma que a tecnologia atenda aos homens. Assegura que a “questão tecnológica é política e exige em torno dela o debate público”. Em sua conclusão, a autora afirma que a cidadania só existe diante do debate público, diante da ocupação da esfera pública na qual os sujeitos agem e lutam por seus direitos e isso deveria iniciar-se em revolução interna, individual com o rompimento do autoritarismo e do consumismo.

CARVALHO (2002) considera que o conceito de cidadania, a partir da república clássica ou do humanismo cívico, passa a enfatizar a preocupação com a *res publica*, com o bem coletivo, mesmo que isso exija o sacrifício do interesse individual. A preocupação com o bem coletivo é a virtude cívica, noção introduzida por essa corrente. Já com o advento da sociedade capitalista, o conceito de cidadania se “enfraquece”, pois, este modelo de sociedade tem como vício gerar desigualdades e principalmente é inimigo da cidadania concebida como virtude cívica. A cidadania, antes política, universal, centrada na igualdade, se torna aspecto secundário e é descartada em nome da nova cidadania cultural, que se

resume em afirmação de múltiplas identidades e que leva à fragmentação da cidadania vista como identidade nacional, pois antes o conceito de cidadania era mais definido do ponto de vista político e, portanto, tendia à maior afirmação da igualdade. Hoje, talvez, a cidadania se defina mais pela cultura e nesse sentido, tem que haver o reconhecimento da existência de multiplicidade de identidades. E a identidade nacional é constituída a partir da diferença ou do reconhecimento das diferenças e não mais de certa formatação de igualdade que era imposta pelo antigo conceito de igualdade. Ou seja, como a cidadania antes era política, tudo convergia para a igualdade de direitos; pelo fato de sermos todos brasileiros, por exemplo, havia uma igualdade, que na realidade hoje é aparente, porque nessa igualdade estão todas essas diferenças, essas múltiplas identidades que se tornam mais claras, quando as consideramos desde o ponto de vista da cultura, e não só da política.

Em sua visão histórica, COTRIM (2002) afirma que cidadania é a prática dos direitos estabelecidos pela constituição federal: liberdade para trabalhar, expressar o pensamento, locomover-se pelo país, votar nas eleições públicas, participar de partidos políticos, praticar uma religião, ter acesso à educação e à assistência, à saúde, à previdência social, ao lazer e à segurança pública; entretanto a cidadania não deve ser vista como doação do Estado à sociedade e sim direito do cidadão.

Para tentar encontrar o significado de inclusão e sua relação com cidadania, RIOS (2004), busca no dicionário (FERREIRA, 1986) o significado da palavra *incluir* que quer dizer “compreender, abranger, conter em si, envolver, implicar”, pois para a autora, o ato de buscar o significado das palavras no dicionário é interessante, pois,

às vezes, vão se criando novos significados e desgastando-se o significado original. Estar incluído é “fazer parte, pertencer juntamente com outros”.

Para entendermos melhor o conceito de inclusão social, a autora estabelece relação com o conceito de cidadania. Para RIOS (2004), o conceito traz a idéia de relação social. “A cidadania é a possibilidade concreta de participação eficiente e criativa na construção da cultura e da história”. É o resultado de uma ação conjunta de homens e mulheres em contexto e tempo determinados, marcados pelos valores criados por esses mesmos homens e mulheres. A cidadania implica a consciência de pertencimento a uma comunidade, que se relaciona com a noção de inclusão e se estende a todos os indivíduos. Fazer parte de uma sociedade implica uma ligação estreita entre seus membros, caracterizada pelo acesso aos bens aí produzidos, pela possibilidade de livremente participar da configuração que cotidianamente se dê a esse país, pelo reconhecimento do direito de fazer ouvir sua voz e ser ouvido pelos outros. Logo, a cidadania só tem condições de se efetivar num espaço de democracia e estar incluído implica responsabilizar-se, partilhar de uma responsabilidade que não tem caráter apenas individual, mas coletivo.

Para desenvolver a questão da cidadania e relacioná-la com o tema da sociedade da informação, ROCHA (2000) discute o conceito de cidadão. Para a autora, o indivíduo processa a construção de sua dimensão de cidadão através do conhecimento do mundo, adquirido, formal e informalmente, a partir de suas experiências e do convívio em sociedade, pelas trocas lingüísticas e reconhecimento de símbolos, em processo sistemático de formação intelectual e moral.

O convívio em sociedade é preponderante quando se refere ao cidadão, à cidadania. O título de cidadania é concedido àquele que seja elemento integral de uma comunidade, implica então um conceito de igualdade relativo aos direitos e deveres do indivíduo. ROCHA (2000) identifica dois aspectos da personalidade do homem: a sociabilidade e a politicidade. O homem como ser sociável convive com seus semelhantes e forma “associações estáveis”, comunidades e, dessa forma, torna-se um “ser político” com direitos e deveres. De acordo com essa autora, para que o cidadão possa participar efetivamente da sociedade na qual esteja inserido, é necessário que haja a conscientização, processo que lhe permite compreender a realidade que o cerca e a reagir a essa realidade, buscando sempre melhores condições de vida. Essa conscientização poderá ser feita através da educação que viabilizará a “Sociedade do Conhecimento” e o exercício da cidadania.

CEPIK (2000) considera que a noção corrente de cidadania descreva os direitos e as obrigações dos indivíduos que participam de uma unidade social. Para o autor, todos os cidadãos são iguais perante a lei e devem ter o mesmo acesso aos direitos e às obrigações compatíveis. Entretanto essa não é a realidade atual principalmente no que se refere ao direito à informação, hipótese sustentada por ele no que concerne o direito à informação como direito civil, político e social. O autor considera que a informação seja o centro da vida cotidiana e da esfera pública contemporânea e por isso, a falta de informação pode gerar desigualdades e exclusão.

Outro autor a trabalhar a questão da cidadania é PAULO FREIRE (1995). Em seu livro *Política e educação*, apresenta a questão da alfabetização como formadora da cidadania. Para ele, a alfabetização está relacionada com a identidade individual e

de classe, e tem a ver com a formação da cidadania. Entretanto, é preciso saber, primeiro, que ela não é alavanca de tal formação – ler e escrever não são suficientes para perfilar a plenitude da cidadania; em segundo lugar é necessário que a tomemos e a façamos como ato político, jamais como um “que-fazer” neutro.

Pressupõe-se então que cidadão seja um indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado e a cidadania refira-se à condição de cidadão, quer dizer com o uso dos direitos e o direito de ter deveres de cidadãos. Ao concordar com MANZINI-COVRE (1995), quando diz que cidadania seja o “próprio direito à vida no sentido pleno”, percebe-se que a questão da inclusão digital desempenha um papel importante no direito à vida plena na sociedade atual. Entende-se que a inclusão digital não seja a única questão a ser observada para o desenvolvimento pleno da cidadania, mas, atualmente, é um assunto que deva ser amplamente abordado.

2.2.2 Inclusão e exclusão digitais

Na tentativa de definir o conceito exclusão e seu contrário, a inclusão, percebe-se que, de alguma forma, todas as pessoas sabem seu significado. A nossa própria história social, econômica e cultural mostra vários tipos de exclusões: a dos negros, a dos índios, a dos agricultores, das mulheres .

No entanto, nenhuma discussão a respeito desse tema pode ser feita de forma isolada ou descontextualizada. Isso implica uma análise prévia dos conceitos que

permeiam os termos inclusão e exclusão, tendo em vista suas origens e suas diversas formas de ocorrência em diferentes setores da sociedade, tais como a economia, a cultura, a educação e a política. Segundo PICONEZ (2006), a inclusão ou exclusão em cada um desses setores sociais é interdependente das demais. BAGGIO (2000) afirma que as TIC's também podem configurar uma nova forma de inclusão ou exclusão social, pois da mesma forma que os instrumentos desenvolvidos pelo homem podem contribuir para superação de suas dificuldades ao lidar com o mundo, podem também, contribuir para o aumento de suas dificuldades (ANDALÉCIO, 2004). Nesse sentido, cabe primeiro identificar o significado dos termos inclusão e exclusão. SPOSATI (2002) afirma que esses dois termos opostos são interdependentes, uma vez que *“alguém é excluído de uma dada situação de inclusão”*. Por esse motivo alguns autores sempre citam os termos inclusão e exclusão juntos.

Considerando a definição sociológica do termo *sociedade* como o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, preocupações e costumes, e que interagem entre si, constituindo uma comunidade, pode-se concluir que o termo exclusão social refira-se à incapacidade de um indivíduo de interagir com outras pessoas (que por sua vez estão incluídas em um grupo para relacionarem entre si) devido a algum tipo de dificuldades ou impedimento (econômico, físico, cultural ou comunicacional, por exemplo).

Outra definição para inclusão / exclusão social pode ser observada em MOREIRA (2006):

“...ação de proporcionar para populações que são social e economicamente excluídas – no sentido de terem acesso muito reduzido aos bens (materiais, educacionais, culturais etc.) e terem recursos econômicos muito abaixo da média dos outros cidadãos – oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens.”

Esse mesmo autor comenta também que a inclusão social seja um resultado histórico das desigualdades de distribuição de riquezas, de terra, de acesso aos bens materiais e culturais e da apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Segundo SPOSATI (2002) algumas variáveis podem ser utilizadas para definir utopicamente uma situação de inclusão social:

- Autonomia (capacidade de suprir suas necessidades vitais);
- Qualidade de vida (possibilidade de melhor redistribuição da riqueza social e tecnológica);
- Desenvolvimento humano (possibilidade de todos os cidadãos desenvolverem seu potencial com menor grau de privação e sofrimento possível);
- Equidade (direitos iguais aos membros de uma sociedade);
- Cidadania (acesso a um conjunto de condições básicas para que a identidade de um indivíduo se construa pela dignidade, solidariedade e não só pela propriedade);
- Democracia (possibilidade do exercício da cidadania, permitindo ao indivíduo participar da construção do seu ambiente social);

- Felicidade (conceito subjetivo relacionado à satisfação de desejos e à busca da plenitude humana);

RIBEIRO (2006), revela que o conceito seja meramente descritivo e, como tal, tenha alguma utilidade; entretanto, apresenta-se como impessoal e neutro. Sem um adjetivo que o qualifique (social, escolar, digital) é abstrato. Portanto, é por este motivo que se pretende estudar neste trabalho a questão da exclusão relacionada ao digital.

Da mesma forma, para ASSMANN e SUNG (2001), o conceito de exclusão pede um complemento: “Excluído de quê?” é a pergunta inicial. Os autores citam as várias exclusões como a exclusão social, exclusão educacional, exclusão do mercado consumidor etc. No nosso caso, será tratado o tema da exclusão digital que é a forma de exclusão dos indivíduos do uso das tecnologias; entretanto, intimamente relacionada com a exclusão digital está a exclusão social, e é por esse motivo que se busca compreender neste primeiro momento a questão da inclusão social.

Pellanda (2005) afirma que é possível transformar uma sociedade de exclusão numa sociedade de inclusão e que as estratégias para isso devem ser atravessadas pelo sentimento de solidariedade no seu sentido mais profundo.

LESBAUPIN (2000) afirma que a exclusão seja um fenômeno típico da atual fase do capitalismo, presente tanto nos países desenvolvidos como nos países emergentes. Segundo ele, a exclusão social refere-se à ruptura de laços sociais, de vínculos: vai

desde a discriminação, passando pela perda de direitos, até a ausência de direito de ter direitos. “A exclusão social não é um conceito, é uma noção que expressa uma nova situação, uma situação especial, uma nova questão social”.

É preciso entender que somos responsáveis por nossas ações e que em nossas ações há implicações éticas significativas. Se a exclusão social existe é por que nossas ações ou omissões criaram um mundo de injustiças. FREIRE (2004) cita em seu trabalho que em janeiro de 2003, a *Revista Inteligência Empresarial* abordou o problema da inclusão digital com uma mensagem de alerta: “a distância entre os providos e os desprovidos digitais está se alargando” entre e intra-países. Essa distância, chamada “brecha digital”, resulta da “distribuição desigual dos recursos associados às tecnologias da informação e da comunicação”.

É claro que a solução para as desigualdades não está somente ligada às tecnologias, mas atualmente constituem uma das condições fundamentais da integração na vida social, pois estamos vivendo a cultura digital que altera profundamente nossa forma de conhecer e de nos relacionar com as pessoas. As TIC's aparecem então como facilitadoras no desenvolvimento ou na construção do conhecimento que é baseado na informação, fator determinante no exercício da cidadania e da inclusão social. Como afirma LASTRES (2000), a informação, o conhecimento e as tecnologias de informação são identificados, consensualmente, como elementos fundamentais da dinâmica da nova ordem mundial.

No entanto, como ainda há milhões de pessoas excluídas dessas possibilidades, torna-se necessário pensar em estratégias de inclusão digital ampliadas de inclusão

social, ações que busquem a interação entre as pessoas, as máquinas e o dia-a-dia dos envolvidos, expandindo o humano, o conhecimento e a consciência. EISENBERG & CEPIK (2002) acreditam que seja necessário distinguir entre “os que têm” e “os que não têm” dentro da sociedade da informação, pois a camada “dos que não têm” é a camada que está à margem da “nova economia e assim não pode ter acesso aos novos recursos e capacidades que ela gera e propaga através das TIC’s”.

De acordo com SORJ (2003) a exclusão digital possui forte correlação com outras formas de desigualdade social. O autor mostra que a desigualdade social está relacionada à renda individual, mas que é importante também perceber que a distribuição desigual de bens e serviços públicos afeta dramaticamente a qualidade de vida das pessoas. Volta-se à questão da solidariedade, pois, uma vez que haja melhor distribuição de renda, bens e serviços públicos, a questão da desigualdade e da exclusão seria minimizada.

Para SORJ (2003), a exclusão digital representa uma dimensão da desigualdade social: ela mede a distância relativa do acesso a produtos, serviços e benefícios das tecnologias da informação e da comunicação entre diferentes segmentos da população. Ele cita cinco fatores dos quais depende a exclusão digital, que são os seguintes: 1) a existência de infra-estruturas físicas de transmissão; 2) a disponibilidade de equipamento / conexão de acesso; 3) treinamento no uso dos instrumentos do computador e da Internet; 4) capacitação intelectual e inserção social do usuário, produto da profissão, do nível educacional e intelectual e de sua rede social, que determina o aproveitamento efetivo da informação e das

necessidades de comunicação pela Internet; 5) produção e uso de conteúdos específicos adequados às necessidades dos diversos segmentos da população.

Por outro lado, segundo SILVA et al (2006), a inclusão digital é uma necessidade inerente ao presente século sendo considerada como um novo fator de cidadania, uma ação que promoverá a conquista da “cidadania digital” e contribuirá para uma sociedade mais igualitária com a expectativa da inclusão social. Chega a ser, até mesmo, uma questão ética, oferecer essa oportunidade a todos, ou seja, o indivíduo tem o direito à inclusão digital e o incluído tem o dever de reconhecer que esse direito deva ser estendido a todos. Esses autores entendem que a inclusão digital seja parte do fenômeno informação no contexto da Sociedade da Informação e por isso pode ser observada pela ótica da ciência da informação, e tem como ponto de partida o acesso à informação que esteja nos meios digitais e, como ponto de chegada, a assimilação da informação e sua reelaboração em novo conhecimento, tendo como consequência desejável a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

A sociedade da informação, que é caracterizada pela crescente importância das tecnologias de informação e comunicação, produz a exclusão digital “porque grandes populações não têm acesso às novas tecnologias de informação e comunicação” (EISENBERG & CEPIK, 2002). Segundo os autores, os problemas de exclusão digital não são diferentes nos países desenvolvidos e nos países semiperiféricos, entretanto são muito mais agudos porque as desigualdades sociais são mais profundas nestes últimos países. De acordo com LASTRES (2000), muitos são os riscos de se aceitarem acriticamente afirmações como essas, pois a autora

adverte que o pior que não possuir acesso às tecnologias e as informações é não dispor de conhecimentos suficientes para fazer uso das mesmas.

A exclusão digital é vista como a diferença socioeconômica entre indivíduos, famílias, empresas e regiões geográficas, decorrentes da desigualdade quanto ao acesso e ao uso das tecnologias de informação, representadas principalmente pela Internet. Esta seria, mais uma “barreira socioeconômica” entre indivíduos, famílias, empresas e regiões geográficas.

Como se daria então, a inclusão digital no Brasil? Muitos autores afirmam que o ato de disponibilizar computadores para que a população mais carente tenha acesso às novas tecnologias de informação e comunicação é importante, entretanto, este ato sozinho não representa a inclusão digital. REZENDE (2005) afirma que “é preciso promover a inclusão digital de uma forma completa e multidisciplinar”, causar impacto nas realidades carentes e contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população se faz necessário, uma vez que o fato de ensinar a lidar com tais ferramentas (a alfabetização digital) também não seria em si a inclusão digital, mas uma parte do processo.

São 148 milhões de brasileiros sem acesso à Internet (CRUZ, 2004) e na sociedade na qual o conhecimento é considerado riqueza e poder, é preciso que os cidadãos tenham acesso às informações difundidas por mais esse meio. É necessário que a inclusão digital favoreça a apropriação da tecnologia, de forma consciente e que o indivíduo se torne capaz de decidir quando, como e por que utilizá-la. O mesmo

autor conceitua a inclusão digital como sendo o acesso às tecnologias de informação e comunicação; entretanto o autor concorda que a inclusão não se resume só na disponibilidade de computadores e telefones, mas se torne cada vez mais importante à capacitação das pessoas para o uso efetivo dos recursos tecnológicos. Para ele é necessário então, que as pessoas tenham uma capacitação em informática, mas com uma preparação educacional que lhes permita usufruir esses recursos de maneira plena. É interessante notar que, aliado ao conceito de inclusão digital, deva estar o conceito de competência informacional de que trataremos adiante. É a partir da percepção do conceito de competência informacional como uma forma de minimização da inclusão digital que os programas de inclusão irão conseguir que as pessoas desenvolvam plenamente a cidadania, pois as TIC's precisam tornar-se ferramentas que contribuam para o desenvolvimento social, intelectual, econômico e político do cidadão.

RONDELLI (2003) *apud* FREIRE (2004) cita quatro passos da inclusão digital. O autor coloca a oferta de computadores conectados em rede como sendo o primeiro passo, mas, não sendo o suficiente para realizar a inclusão. O segundo passo seria o de criar oportunidade para que os aprendizados feitos a partir dos suportes técnicos digitais pudessem ser empregados no cotidiano da vida e do trabalho das pessoas.

Entretanto, de acordo com FREIRE (2004), para que se alcancem os dois passos, o terceiro passo tem que estar vinculado ao entorno institucional, pois é necessário muito investimento financeiro. Já o quarto passo seria: "Entender que inclusão digital

pressupõe outras formas de produção e circulação da informação e do saber diferente destas mais tradicionais, o que faz pensar, que há também, um elemento importante de inovação no uso das tecnologias”.

A não observância desses passos pode gerar o que DEMO (2005) chama de “inclusão na margem”. “Os pobres estão dentro, mas dentro lá na margem, quase caindo fora do sistema”, pois os pobres estarão dentro, mas como excluídos, serão incluídos de qualquer maneira, e na margem. A eles restam equipamentos sucateados, cursos precários, ambientes improvisados, treinamentos encurtados e programas baratos. Pesquisas demonstram que os brasileiros são os maiores navegadores do mundo; entretanto, as desigualdades digitais se igualam às sociais, pois renda e educação determinam o acesso à Internet que cresce à medida que aumentam o nível educacional e a média de renda da população.

Pode-se inferir então que, é necessário verificar, nos programas de inclusão digital, dois estágios fundamentais, para que se possam considerá-los fatores propiciantes da cidadania. Primeiro seria necessário familiarizar o cidadão com computadores, softwares, Internet, a chamada alfabetização digital. O segundo estágio seria promover a competência informacional, para que os indivíduos possam incorporar as aplicações da informática em seu cotidiano.

CASTELLS (2003) trabalha a questão da exclusão digital (digital divide), que é gerada pela desigualdade de acesso associada à Internet. Para ele, a diferenciação entre os que têm e os que não têm Internet acrescenta uma divisão essencial às

fontes já existentes de desigualdade e exclusão social, numa interação complexa que parece aumentar a disparidade entre a promessa da era da informação e sua sombria realidade para muitos em todo mundo.

Concordando com outros autores, que afirmam que o acesso por si só não resolve o problema da exclusão, CASTELLS acredita ser esse um pré-requisito para a superação da desigualdade, numa sociedade cujas funções e grupos sociais dominantes organizam-se cada vez mais em torno da Internet. Em geral, em termos de acesso, é provável que venhamos a constatar a rápida difusão da Internet na maior parte do globo nos próximos anos. A maioria dos novos usuários virá certamente de países em desenvolvimento, simplesmente porque é neles que vivem mais de 80% da população mundial. No entanto, as condições sob as quais a Internet está se difundindo na maioria dos países estão criando uma divisão digital mais profunda. De acordo com MANGUE (2007),

“Nos países em desenvolvimento, sendo, em geral, essas tecnologias, importadas, elas contrastam com a má-formação social local, caracterizada, entre outras e de forma absoluta, pelos baixos indicadores sociais, pelas desigualdades, isto é, e por um lado, por um grupo de co-cidadãos voltados para a modernização tecnológica (como oportunidade de mercado) e, por outro, pelo grupo cuja preocupação maior é com a melhoria imediata das suas condições de subsistência, a considerar pelos baixos padrões de renda e de grandes perspectivas de empobrecimento.”

Os centros urbanos vitais, as atividades globalizadas e os grupos sociais mais educados estão sendo incluídos nas redes globais baseadas na Internet, ao passo que a maior parte das regiões e a maior parte das pessoas são descartadas. E quais seriam as conseqüências sociais desse maior acesso à informação? A educação e o

aprendizado permanente tornam-se recursos essenciais para o bom desempenho no trabalho e no desenvolvimento pessoal.

2.2.3 Políticas públicas de inclusão digital no Brasil

Após a difusão da sociedade da informação e conseqüente exposição da chamada inclusão digital, muitos países, incluindo o Brasil, têm elaborado e desenvolvido políticas públicas sobre a inclusão digital.

Segundo BARBOSA FILHO E CASTRO (2005), excluídos digitais constituem vasto universo de pessoas que não têm acesso aos computadores, aos provedores de conteúdo, às informações e aos conhecimentos disponíveis na rede. São aquelas pessoas que não conhecem a linguagem digital e precisam, de uma certa forma, passar por uma alfabetização para posteriormente atingir a inclusão digital, mas para a resolução deste problema não basta só saber utilizar as novas tecnologias; a pessoa deverá ser capacitada para exercer ativamente a cidadania através do aprendizado tecnológico, do uso dos equipamentos, da produção de conteúdos e conhecimentos gerados. Mesmo assim, pode ocorrer que, dentre os que participam da rede, exista a “brecha digital”, pois estão repartidos entre os usuários e produtores de conteúdo.

De acordo com SILVA NETO (2006), a inclusão social na atualidade, passa necessariamente pela inclusão digital e a exclusão digital, tema que desperta preocupação e interesse, é provocada por fatores sociais, econômicos, políticos,

educacionais, por deficiências físicas ou cognitivas e até mesmo por falta de experiência do usuário.

O autor identifica algumas soluções e alguns programas do governo brasileiro, para promover a inclusão digital pautados nas diretrizes da “Sociedade da Informação no Brasil”; entretanto verifica que a grande preocupação do governo brasileiro é com a disponibilização de computadores, diminuição de preços e o uso de softwares livres, mesmo que, por outro lado, as iniciativas demonstrem que o governo esteja preocupado com a inclusão digital da parcela da população que ainda não tem acesso a computadores e à Internet.

A sociedade da informação no Brasil tem início com o *Livro Verde da Sociedade da Informação no Brasil*. O Livro Verde apontava o ideário programático e o elenco de metas, e objetivos da sociedade da informação no Brasil. É uma obra historicamente importante para que possamos entender onde o Brasil estava, onde pretendia chegar e onde está efetivamente aquela proposta de sociedade da informação. No Livro Verde, três capítulos destacam-se e referem-se às idéias centrais deste trabalho.

O capítulo 3, intitulado Universalização de serviços para a cidadania, que ressalta a importância da universalização de serviços, como condição para a inserção de indivíduos como cidadãos, para se construir a sociedade da informação para todos. Indica também, a necessidade de se procurarem soluções para a inclusão das

populações com baixo poder aquisitivo e o papel do Estado nesse sentido, com a criação de pontos de acesso público à Internet.

Já o capítulo 4, Educação na sociedade da informação apresenta a educação como elemento-chave na construção de uma sociedade baseada na informação, no conhecimento e no aprendizado. Indica a necessidade de se aumentar o nível de alfabetização digital do país, e também da qualificação de novos profissionais de todos os níveis e todas áreas em relação às novas tecnologias.

O capítulo 5, Conteúdos e identidade cultural, ressalta a importância das bibliotecas públicas, como pontos focais naturais para a difusão, captação e processamento de conteúdos de interesse. São pontos importantes a considerar em uma estratégia nacional. Para isso, são consideradas como pontos estratégicos, nos quais, será viabilizado, para as pessoas e comunidades não diretamente conectadas, o acesso público, gratuito e assistido aos conteúdos da Internet.

“Há alguns pontos focais naturais para difusão, captação e processamento de conteúdos de interesse: museus, escolas, bibliotecas. **As bibliotecas públicas, em particular** ⁴, devido ao seu número, distribuição pelo País e perfil de frequência, são pontos especialmente importantes a considerar em uma estratégia nacional.”⁵

Portanto, é a partir da sociedade da informação no Brasil que serão destacados alguns programas de inclusão digital apoiados e / ou executados pelos governos federal, estadual e municipal, pois como afirmam EISENBERG e CEPIK (2002), o Estado é uma instituição reguladora, mas também um dos maiores atores nesse mercado. Para os autores, os governos, principalmente os governos da

⁴ Grifo nosso.

⁵ TAKAHASHI, Tadao (Org.). *Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde*. Brasília: MCT, 2000. 152p.

semiperiferia, devem implementar políticas que estimulem a pesquisa e o desenvolvimento local, aumentando assim a capacidade do Estado em implementar as políticas sociais e produzir muitos benefícios indiretos. Os governos municipais têm papel importante na implementação de políticas. Segundo EISENBERG e CEPIK (2002), algumas das experiências positivas mais interessantes envolvendo políticas das TIC's e política, aconteceram no nível local. Entretanto, vale destacar que é necessário distinguir o acesso à informação digital de inclusão digital de fato (LAIPELT, MOURA, CAREGNATO, 2006), pois na realidade, são conceitos muito próximos, fácil de serem confundidos.

“... E bem no centro desta agenda de políticas deve estar um horizonte normativo onde a Internet seja concebida como bem público: um recurso que não pode ser excluído, indivisível e acessível para todos. O acesso à Internet e tudo o que requer – conhecimento, equipamento, alfabetização digital e conteúdo de relevância social – deve ser concebido como direito do cidadão, que os governos têm obrigação de fornecer aos que não conseguem adquirir esses direitos no mercado.

...Mesmo que a pobreza hoje esteja deixada de lado e no alto de nossa lista de prioridades e continue assim nas próximas décadas, a exclusão digital nos ameaça num futuro muito próximo. Ou começamos a agir para enfrentá-la agora, ou amanhã poderemos descobrir que é tarde demais”. (EISENBERG e CEPIK, 2002)

2.3 Letramento, letramento digital e competência informacional

2.3.1 A gênese e a evolução do conceito letramento

De acordo com SOARES (2002), na formação da palavra letramento está presente à idéia de estado. O sufixo *-mento* forma substantivos derivados de verbos, acrescentando a estes o sentido de “estado resultante de uma ação”. O verbo letrar ainda não constante de dicionários é necessário para indicar a ação educativa de

desenvolver o uso de práticas sociais de leitura e de escrita, para além do alfabetizar. “Letramento: estado resultante da ação de *letrar*”.

São vários os autores que conceituam letramento. SOARES (2003) aborda o tema letramento, que, segundo ela, é uma palavra recém chegada ao vocabulário da educação e das ciências lingüísticas. É, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender as práticas sociais de leitura e escrita: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como conseqüência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais. “É o que as pessoas fazem com as habilidades de leitura e de escrita, em um contexto específico, e como essas habilidades se relacionam com as necessidades, valores e práticas sociais”.

Conforme SOARES (1996), a palavra letramento surge no vocabulário de especialistas das áreas de educação e ciências lingüísticas, na segunda metade dos anos 80 e a partir de então se torna cada vez mais freqüente no discurso escrito e falado, figurando como título de livro organizado por KLEIMAN (1999), *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*, que também foi utilizado neste trabalho. Para ela, a explicação do surgimento dessa nova palavra é o fato de que “novas palavras são criadas (ou a velhas palavras se dá um novo sentido)”, quando surgem novos fatos, novas formas de compreender os fenômenos. Antigamente, o problema era apenas o de “estado ou condição do analfabeto” – aquele que não pode exercer em toda sua plenitude, seu direito de cidadão; então a sociedade marginaliza, não tem acesso aos bens culturais, não dispõe da “tecnologia” do ler e do escrever. Isso não nos fazia perceber a outra realidade, “o estado ou condição de quem sabe ler e escrever”. Soares afirma que

só recentemente esse oposto se tornou necessário, pois passamos a enfrentar nova realidade social em que seja preciso, além de saber ler e escrever, saber fazer uso do ler e do escrever, responder as exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente.

Explica a autora que letramento é a “versão portuguesa da palavra literacy, que é o estado ou a condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever”. Subentendida está à idéia de que a escrita traga conseqüências sociais, políticas, culturais, econômicas, cognitivas e lingüísticas para o grupo social ou para o indivíduo que aprenda a usá-la.

Entretanto, de acordo com SOARES (1996), fica claro que haja diferenças entre *letramento* e *alfabetização*, pois um indivíduo pode não saber ler e escrever, ser analfabeto, mas ser de certa forma letrado, porque faz uso da escrita, envolve-se em práticas sociais de leitura e de escrita. Exemplo de uma pessoa analfabeta, mas que vive em um meio em que a leitura e a escrita tenham presença marcante, se se interessa em ouvir a leitura de um jornal, se recebe e dita cartas à outra pessoa alfabetizada, se uma criança ainda não alfabetizada já folheia livros, brinca de escrever, ouve histórias que são lidas etc. Através desse conceito pode-se observar que o fenômeno do letramento seja relativamente novo. Ele diz respeito ao fato de que o indivíduo ou um determinado grupo aprenda mecanismos de escrita e comece a utilizá-los até que façam parte de seu cotidiano.

SOARES (2003), para melhor identificar as diferenças entre alfabetizado e letrado, também afirma que alfabetizado nomeia aquele que apenas aprendeu a ler e a

escrever, e não aquele que adquiriu o estado ou a condição de quem tenha se apropriado da leitura e da escrita, incorporando as práticas sociais que as demandam. Por exemplo, uma pessoa que saiba escrever o próprio nome, ou seja, essa pessoa nada mais sabe que desenhar as letras do nome, ela não sabe utilizar este mecanismo além de sua necessidade de assinar o próprio nome. O que acontece com essa pessoa é que ela se torna, de uma certa forma, excluída por não saber ler um anúncio no jornal, um outdoor, uma carta, entre outras coisas.

Há de ser considerado que um grande contribuinte para que o termo letramento emergisse ao lado do termo alfabetização foi o Censo⁶ para verificar o número de analfabetos e alfabetizados no Brasil (SOARES, 1996). Durante muito tempo era considerado analfabeto o indivíduo que fosse incapaz de escrever o próprio nome. Entretanto nas últimas décadas a pergunta inicial é se a pessoa sabe ler e redigir um bilhete simples, pergunta que define se o indivíduo é alfabetizado ou não. Essa alteração de apenas verificação da habilidade de codificar o próprio nome para a verificação da habilidade de usar a leitura e a escrita em uma prática social, ainda é limitada, mas já evidencia a busca de “um estado ou condição de quem sabe ler e escrever”, uma tentativa de avaliação do nível de letramento.

Em artigo anterior à obra mais citada na literatura (SOARES, 2002), a autora trabalha com “conceitos de letramento”. Ela salienta que haja certa imprecisão na literatura educacional brasileira, por ser esse um tema recém introduzido no vocabulário das áreas de letras e educação. Considera que haja uma diversidade de

⁶ Entende-se que o censo ao qual a autora se refere é o Censo Demográfico realizado de 10 em 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais conhecido por sua sigla: IBGE

ênfases na caracterização do fenômeno. Após sua reflexão sobre a escrita na cibercultura a autora afirma a necessidade de pluralizar a palavra letramento, pois:

“o confronto entre tecnologias tipográficas e digitais de escrita e seus diferenciados efeitos sobre o estado ou condição de quem as utiliza, sugere que se pluralize a palavra letramento e se reconheça que diferentes tecnologias de escrita criam diferentes letramentos”.

Conclui que letramento seja um fenômeno plural, historicamente e contemporaneamente: diferentes letramentos ao longo do tempo, diferentes letramentos no nosso tempo.

Kirsch e Jungeblut⁷, (citado por SOARES, 2003) afirmam que letramento não seja simplesmente um conjunto de habilidades de leitura e escrita, mas, é o uso dessas habilidades para atender às exigências sociais. Eles definem letramento como o uso de informação impressa e manuscrita para funcionar na sociedade, para atingir seus próprios objetivos e desenvolver seus conhecimentos e potencialidades.

Street⁸ (citado por SOARES, 2003) afirma que letramento é “um termo síntese para resumir as práticas sociais e concepções de leitura e escrita”, tem um significado político e ideológico de que não pode ser separado e não pode ser tratado como se fosse um fenômeno autônomo. O autor afirma que a verdadeira natureza do letramento são as formas que as práticas de leitura e escrita concretamente assumem em determinados contextos sociais, e isso depende fundamentalmente das instituições sociais que proponham e exijam essas práticas.

⁷ KIRSCH, I.S., JUNGEBLUT, A. *Literacy: profiles of America's young adults*. Final report of the National Assessment for educational progress. Princeton, N.J.: Educational Testing Service, 1990.

⁸ STREET, B.V. *Literacy in theory and practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

KLEIMAN (1999), define o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos. As práticas específicas da escola, que forneciam o parâmetro de prática social, segundo o qual o letramento era definido, e segundo a qual os sujeitos eram classificados ao longo da dicotomia alfabetizados ou não alfabetizados, passam a ser em função dessa definição, apenas um tipo de prática - de fato dominante - que desenvolva alguns tipos de habilidades, mas não outras, e que determine uma forma de utilizar o conhecimento sobre a escrita.

TFOUNI (1988,1995) em suas obras reafirma o caráter social do letramento e o conceitua, confrontando com o conceito de alfabetização: “A alfabetização ocupa-se da aquisição da escrita por um indivíduo, ou grupo de indivíduos, o letramento focaliza os aspectos sócio-históricos da aquisição de um sistema escrito por uma sociedade”. SOARES (2002) afirma que para Tfouni, letramento são as conseqüências sociais e históricas da introdução da escrita em uma sociedade, “as mudanças sociais e discursivas que ocorrem em uma sociedade quando ela se torna letrada”.

RIBEIRO (2003) sustenta que a diferença de suporte gere a diferença de letramento. Para ela, a leitura em papel e a leitura em tela, como suportes diferentes, apresentam especificidades no que tange a relação do leitor com o texto e do leitor com o suporte. Entretanto, se o leitor desenvolveu letramento suficiente para lidar com o suporte texto, não apresentará maiores dificuldades em lidar com a tela. Para

ela, pessoas letradas têm maior familiaridade com suportes novos e variados e têm menos preconceitos quanto ao surgimento de novos veículos e formas de publicação.

A autora propõe que letramento seja abordado como conceito flexível e fásico e com uma proposta bem diversa do conceito estanque e marcado de alfabetizado. A intimidade que o leitor ganha com o texto e com o suporte em que ele se encontra é característica do letramento, assim como a detecção de nomenclaturas assimiladas pelo público para cada suporte e atividade de leitura. Para ela, o conceito letramento é um conceito não estanque e surge em constante ampliação e evolução, uma vez que, à medida que os recursos para registro da escrita e os suportes para leitura sejam inventados e reinventados, novos gêneros de texto surgem, a partir de novas possibilidades de interação, de busca e velocidade. Assim é que o leitor / escritor está sempre às voltas com novas maneiras de manipular recursos e navegar em textos, novas maneiras de conduzir a tecnologia da leitura, fato que o torna sempre passível de aumentar ou ampliar seu letramento, em passo paralelo ao desenvolvimento das tecnologias para ler e escrever.

2.3.2 Nova forma de letramento: o letramento digital

Atualmente, as facilidades propostas pelas mídias digitais exigem do indivíduo um mínimo de habilidades para operar tais equipamentos. Além de habilidades como saber operar determinados softwares é necessário também que as pessoas sejam capazes de construir sentidos a partir de textos, localizar e avaliar as informações

que lhe sejam necessárias, pois atualmente, as tecnologias introduziram uma série de transformações sociais e econômicas que afetam o modo de vida individual e coletivo.

Muitas vezes, a construção dessas habilidades depende de esforços maiores que o do indivíduo. Devido a dificuldades como a falta de acesso às tecnologias por motivos que vão além do preço desses instrumentos, a população mais pobre deixa de conhecer essas novas possibilidades, gerando assim um outro fenômeno também novo que é a exclusão digital, fenômeno esse produzido por uma sociedade cada vez mais globalizada, consumista e egoísta, que apregoa o bem estar de poucos através de um consumismo acentuado. A partir dessa realidade torna-se necessária à criação de situações que amenizem as diferenças sociais criadas por esse consumismo acentuado, isentando-se assim da culpa pelas diferenças sociais criadas, daí o contraposto de exclusão digital, a inclusão digital.

SILVA et al (2005) afirma que para haver inclusão digital, é necessária a capacitação no acesso à informação via Internet, chamada por muitos como alfabetização digital, termo restrito como veremos a seguir. Pode-se dizer que a partir da necessidade da inclusão digital dos indivíduos surge um fenômeno ainda mais recente que o letramento, que é o letramento digital. A inclusão digital não deve acontecer apenas através do acesso físico ao computador, que muitas vezes são computadores sucateados, pois assim, o grande potencial que oferece as tecnologias digitais seria pouco explorado. É necessário que a inclusão digital não se restrinja à alfabetização digital, mas, trabalhe o conceito de letramento digital para que as pessoas possam

ter acesso à informação e aos meios de sua produção e criação e, desta forma, sejam realmente amenizados os problemas gerados pelas diferenças sociais.

A inclusão digital configura-se então como uma questão que está além da compra de computadores para a população de baixa renda. Esse acesso à infra-estrutura seria apenas um dos fatores que influenciam a inclusão / exclusão dos indivíduos, pois um indivíduo por não saber ou por não estar apto a viver experiências de leitura e escrita se torna ainda mais excluído, quando pensamos no contexto digital no qual estamos inseridos. A condição de uma pessoa que seja alfabetizada e não seja letrada faz com que ela seja de certa forma, excluída socialmente pelo fato de ser mais difícil, por exemplo, o acompanhamento dos avanços tecnológicos e faz com que ela não consiga, muitas vezes, incorporar no seu dia-a-dia, simples ações que a diferencie de uma pessoa não alfabetizada. Muitas dessas pessoas não conseguem entender frases elaboradas, escrever textos longos, lidar com as diferentes tecnologias, por não saberem utilizar manuais ou por realmente não entenderem o que deve ser feito com o equipamento. A precariedade de condições a que essas pessoas estejam submetidas colocam-nas também, muito provavelmente, integradas nos índices do desemprego e do trabalho informal, crescentes em nossa realidade. E isso pode gerar, entre outras coisas, um distanciamento dessas pessoas em relação aos avanços tecnológicos até mesmo por não se acharem capazes de lidar com as diferentes tecnologias.

De acordo com SOARES (2002), “Diferentes *espaços de escrita* e diferentes *mecanismos de produção, reprodução e difusão da escrita* resultam em diferentes *letramentos*”. Para a autora, o momento atual de introdução na sociedade das

tecnologias de informação e comunicação é favorável para refinar o conceito e torná-lo mais claro e preciso. Seria necessário identificar se as práticas de leitura e escrita digitais, para ela chamadas de “letramento na cibercultura”, conduzem a um estado ou condição diferente daquele a que conduzem o letramento na cultura do papel.

Uma iniciativa legítima e que deve ser comentada é a Rede.Lê. Ela promove o intercâmbio de culturas, via Internet, entre diversas comunidades. Visa formar uma rede social de comunicação, propondo estimular o desenvolvimento de ações locais já existentes e incentivar a criação de novos projetos no âmbito local ou coletivo. Dessa forma, as novas tecnologias de informação e comunicação passam a ser um meio de produção de bens culturais. Para a Rede.Lê, o letramento digital inclui a habilidade para construir sentidos, através do domínio das tecnologias de produção de texto, imagens e sons, aliada à capacidade de se comunicar através da Internet. Situada no Centro Cultural da UFMG, utiliza software livre e tem como objetivo geral desenvolver metodologias de inclusão social e de exercício da cidadania através da produção coletiva e do intercâmbio de diferentes olhares e experiências de grupos e comunidades diversas, construindo metodologias de atuação diferenciadas que possibilitem a implementação de políticas públicas que beneficiem as comunidades. O exemplo da Rede.Lê é uma aplicação prática dos conceitos a serem apresentados:

Buzato (2005) define letramento digital como o conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participarem nas práticas letradas mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos no mundo contemporâneo.

Para o autor, muitas vezes as pessoas pensam no letramento digital como conhecimento técnico, relacionado ao uso de teclados, interfaces gráficas e programas de computador, mas, de acordo Buzato, o letramento digital inclui a habilidade para construir sentidos a partir de textos que mesclam palavras, elementos pictóricos e sonoros numa mesma superfície, a capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente informação disponibilizada eletronicamente, familiaridade com as normas que regem a comunicação com outras pessoas através do computador, entre outras coisas.

Segundo BAGGIO (2000)⁹, de acordo com o IBGE, o Brasil tem hoje 20 milhões de pessoas incapazes de ler e escrever. E mais do que isso, pessoas que não tem, nem mesmo, noções de cidadania e direitos e deveres. Contudo, ainda não se sabe quantos sejam os analfabetos digitais, aquela categoria de pessoas despreparadas para viver a interação com as máquinas. Por isso é que falamos neste trabalho de letramento digital.

ALMEIDA (2005), afirma que letramento digital implique reconhecer o ponto de partida da leitura do mundo dos alfabetizando, seu modo de análise da vida e de sua participação no mundo; identificar os níveis de conhecimento a respeito da leitura do alfabetizando sobre o mundo digital; trabalhar a aprendizagem da escrita e da leitura da palavra do alfabetizando com os instrumentos do mundo atual, incluindo emprego do meio digital; provocar a reflexão do alfabetizando sobre a leitura da palavra escrita por ele e, tendo aprendido o significado da palavra, retornar para a leitura e transformação do mundo.

⁹ BAGGIO, Rodrigo. A sociedade da informação e a infoexclusão. Brasília: *Ciência da Informação*, v. 29, n.2, p. 16-21, mai./ago. 2000.

A autora diz que, propiciar às pessoas a fluência tecnológica significa utilizar criticamente a tecnologia de informação e comunicação com os objetivos de alavancar a aprendizagem significativa, autônoma e contínua, mobilizar o exercício da cidadania, oportunizar a produção de conhecimentos necessários à melhoria das condições de vida das pessoas e da sociedade. Entretanto, mais do que ter acesso é necessário que o letramento e a inclusão digital envolvam práticas sociais em que o computador desempenhe um papel relevante e que leve as pessoas, aos poucos e de forma cada vez mais autônoma¹⁰, a desenvolver habilidades tais como localizar, selecionar e avaliar criticamente a informação.

Letramento digital de acordo com SILVA et al (2005, p. 33) seria a habilidade para construir sentido, capacidade para localizar, filtrar e avaliar criticamente a informação eletrônica, estando essa em palavras, elementos pictóricos, sonoros ou qualquer outro.

2.3.3 Similitudes entre letramento e inclusão

Através da literatura pesquisada foram observados vários pontos convergentes entre os conceitos de letramento e inclusão digital, principalmente no que diz respeito ao conceito de letramento digital. São eles:

- Apropriação da escrita e suas práticas sociais. Para que um indivíduo possa ser considerado letrado e incluído digitalmente ele deve ter se apropriado da escrita

¹⁰ BUZATO, Marcelo. Letramento digital abre portas para o conhecimento. Disponível em: <<http://www.icoletiva.com.br/icoletiva/secao.asp?tipo=entrevistas&id=15>>

e das práticas sociais envolvidas. Além de saber ler, escrever e manusear computadores e programas, esse indivíduo deverá ser capaz de interpretar criticamente toda a informação a ele disponibilizada e dar sentido a essa informação.

- Ético e cidadania. A inclusão e o letramento são assuntos novos e muito importantes para a sociedade como um todo. Precisam ser tratados sob o ponto de vista ético e cidadão, pois, envolvem questões de melhoria para toda uma sociedade.
- Acesso à informação. Tais assuntos envolvem a questão do acesso à informação já discutido. Seria necessário que os governantes pudessem criar políticas de educação para a informação, que, segundo SILVA et al (2005, p.35), deveria constituir uma política pública para a inclusão digital, em qualquer meio ou organização que se proponha a este tipo de ação.
- Assimilação da informação e sua reelaboração. Para ser considerado letrado e incluído digitalmente o cidadão deverá estar apto a assimilar a informação disponibilizada e deverá ser capaz de resignificar esta informação de acordo com suas necessidades informacionais.
- Melhoria da qualidade de vida. Pressupõe-se que uma sociedade, cujos cidadãos saibam utilizar mecanismos de informação e comunicação, retirar e reelaborar daí as informações que lhe sejam necessárias, estará melhorando cada vez mais suas condições de vida uma vez que os indivíduos estarão cada vez mais aptos a acompanhar todo o desenvolvimento tecnológico.
- Desenvolvimento da sociedade. Uma sociedade que acompanhe o desenvolvimento tecnológico e cuja população seja uma população com

características que contribuam para esses avanços, com certeza será uma sociedade desenvolvida.

- Participação nas práticas letradas mediadas por computador. Indivíduos letrados são mais capazes de participarem de práticas letradas mediadas por computadores.
- Utilização crítica das tecnologias de informação e comunicação. Indivíduos letrados e incluídos têm mais capacidade para utilizar criticamente as tecnologias de informação e comunicação.

2.3.4 Introdução à questão da competência informacional

Antes de ser estudado o conceito de competência informacional proposto por DUDZIAK, AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, CAMPELLO e outros, deverá ser compreendido o conceito de competência. De acordo com PERRENOUD (1999), competência é uma palavra com muitos significados, mas ele a utiliza como sendo aquisições ou aprendizados construídos. Ele cita três versões aceitáveis da noção de competências:

- A questão das competências para insistir na necessidade de expressar os objetivos de um ensino em termos de condutas ou práticas observáveis;
- A oposição existente entre a noção de competência e desempenho: o desempenho observado seria um indicador mais ou menos confiável de uma competência, supostamente mais estável, que seja medido indiretamente;
- Competência como sendo uma faculdade genérica, uma potencialidade de qualquer mente humana. Seria a capacidade de continuamente improvisar e

inventar algo novo, sem lançar mão de uma lista pré – estabelecida. Uma característica da espécie humana, constituindo-se capacidade de criar respostas sem tirá-las de um repertório.

RIOS (1994) compreende o conceito de competência como sinônimo de *saber fazer bem*. A autora afirma que o *saber fazer bem* possui dimensões técnica e política indicada pela expressão “bem”, ou seja, “domino certos recursos e vou ao encontro daquilo que é desejável, que está estabelecido valorativamente com relação à minha atuação”.

Segundo ZARIFIAN (2003), competência é uma nova forma de qualificação, uma nova maneira de qualificar. É a colocação de recursos em ação em uma situação prática. É a iniciativa sob a condição de autonomia. É a faculdade de mobilizar redes de atores em volta das mesmas situações, de compartilhar desafios, de assumir áreas de responsabilidade.

BELLUZZO (2005), compreende que haja muitas questões a serem debatidas sobre competência; entretanto, ela conceitua competência como “sendo um composto de duas dimensões distintas: a primeira, um domínio de saberes e habilidades de diversas naturezas que permite a intervenção prática na realidade, e a segunda, uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades mais concretas que emergem e caracterizam o atual contexto social. E daí, alcança o conceito de competência informacional:

“Competência em informação deve ser compreendida como uma das áreas em que o processo de ensino e aprendizagem esteja centrado. Constitui-se em processo contínuo de interação e internalização de fundamentos conceituais, atitudinais e de habilidades específicas como referenciais à compreensão da informação e de sua abrangência, em busca da fluência e das capacidades necessárias à geração do conhecimento novo e sua aplicabilidade ao cotidiano das pessoas e das comunidades ao longo da vida”. (BELLUZZO, 2004 citado por BELLUZZO, 2005)

BELLUZZO (2005), considera a competência informacional uma responsabilidade social.

MIRANDA (2004) certifica que a informação sempre esteve presente em outros períodos históricos, mas é na sociedade pós-capitalista que ela ganha tamanha importância. “Vivemos em uma sociedade onde a informação e o conhecimento tornam-se fatores integrantes da produção”. E por isso é possível falar em uma competência específica para lidar com a informação, a competência informacional. Entretanto, antes de definir o que, para ela, seja competência informacional, a autora escolhe alguns conceitos gerais para, a partir deles examinar a competência informacional. Considera:

- Competência: “um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos, habilidades, que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo”. (Fleury & Fleury, 2001, p.21);
- Competência profissional: “é a que está relacionada a indivíduos ou equipes de trabalho, integrando aspectos técnicos, cognitivos, sociais e afetivos relacionados ao trabalho”. (Brandão, 1999, p. 28);

- Competência organizacional: “é o savoir-faire da empresa em um domínio particular, que se origina e se sustenta pelas competências profissionais aliadas aos processos organizacionais e outros recursos, ou a capacidade de combinar, misturar e integrar recursos em produtos e serviços”. (Rouby & Soulle, 1999, p.3; Brandão, 1999, p.28; Fleury & Fleury, 2001, p.23).

Portanto, para MIRANDA (2004), “a competência informacional é o conjunto das competências profissionais, organizacionais e competências chave que possam estar ligadas ao perfil de um profissional da informação ou de uma atividade baseada intensivamente em informação”. Considerando a sociedade da informação na qual estamos inseridos, entende-se que todos os cidadãos e não somente os profissionais da informação, precisam adquirir a competência informacional uma vez que todos lidam, a todo o momento, com um grande número de informações, sejam elas impressas ou digitais.

O conjunto de habilidades específicas para lidar com a informação, portanto, é chamado de competência informacional – information literacy¹¹. Essa expressão surgiu nos EUA na década de 70 e originariamente foi utilizada para designar as habilidades para lidar com computadores e redes eletrônicas, devido à necessidade crescente de se exercer o domínio sobre o universo informacional e à também crescente ênfase de que a informação seja essencial à sociedade. O termo atualmente designa o conjunto de habilidades necessárias para localizar, interpretar, analisar, sintetizar, avaliar e comunicar informação em qualquer fonte. *Literacy*

¹¹ Ao invés de utilizar o termo em inglês, será utilizada a tradução mais aceita em português: competência informacional.

equivale a letramento e pode-se dizer que a competência informacional constitui uma forma de letramento (SOARES, 2003). A competência informacional está inserida na questão do letramento uma vez que pressupõe uma condição que caracterize a pessoa que faça uso freqüente e competente da informação.

Desde seu surgimento na literatura da biblioteconomia americana, a competência informacional vem se transformando como verdadeiro movimento mundial na área, (SILVA et al,2005). Movimento esse que se tornou tão importante que, em 1989 foi criado o National Fórum on Information Literacy mantido pela American Library Association's Presidential Committee on Information Literacy (EUA), cujo principal desafio é a exclusão digital, pois, na sociedade da informação todas as pessoas têm direito ao acesso à informação, para melhoria da qualidade de vida.

VIRKUS (2003), em sua revisão de literatura sobre o conceito na Europa, salienta que uma grande parte da literatura sobre o assunto se encontra nos EUA e na Austrália, berço da discussão. Descreve algumas iniciativas, aponta o Departamento de Educação dos EUA que incluiu information literacy no seu plano nacional de educação em tecnologia, desde 2000 e destaca que o movimento, o conceito e as ações sejam semelhantes aos de países fora da Europa.

BRUCE (2002) sintetiza o entendimento do conceito,

“A idéia de competência informacional emerge com o advento das Tecnologias de informação no início dos anos 70 e vem crescendo com força o reconhecimento de que é uma competência crítica no século XXI.

Algumas vezes interpretada como mais uma de várias competências, ela é descrita também como competência mais essencial para o século XXI e está, atualmente associada com práticas de informação e o pensamento crítico, no ambiente das tecnologias de informação e comunicação”.

Considerado por Dudziak (2002) como tema polêmico, a competência informacional pode ser definida como:

“Associada à sociedade da informação, marcada pela forte influência da tecnologia, o conceito de competência em informação é definido como a pesquisa, estudo e aplicação de técnicas e procedimentos ligados ao processamento e distribuição de informações com base no desenvolvimento de habilidades no uso de ferramentas e suportes tecnológicos”. (DUDZIAK, 2003).

De acordo com a American Library Association (citado por DUDZIAK, 2003):

“Para ser competente em informação, uma pessoa deve ser capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve Ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação... Resumindo, as pessoas competentes em informação são aquelas que aprenderam a aprender. Elas sabem como aprender, pois sabem como o conhecimento é organizado, como encontrar a informação e como usá-la de modo que outras pessoas aprendam a partir dela”.

CAMPELLO (2003) afirma que a competência informacional esteja intimamente ligada à capacidade de leitura. Envolve a habilidade de ler e usar a informação necessária para a vida cotidiana. Envolve também o reconhecimento da necessidade de informação e sua busca para tomar decisões bem embasadas. Competência em informação seria então a capacidade para lidar com a enorme quantidade de informação disponível, pois ela prepara o indivíduo para tirar vantagem das oportunidades inerentes à sociedade da informação globalizada.

BELLUZZO, KOBAYASHI e FERES (2004) consideram a educação como ponto importante no processo de formação da sociedade contemporânea e como setor em

franca transformação, existem influências e impactos principalmente no que diz respeito ao aprendizado ao longo da vida. Para os autores,

“O aprendizado ao longo da vida é o centro de uma nova filosofia de inovação e desenvolvimento, em resposta aos anseios individuais e às necessidades sociais, o que trouxe consigo a necessidade e emergência da formação permanente das pessoas”.

Segundo os mesmos, a competência informacional se inicia e se estende à aprendizagem ao longo da vida por meio de uma série de habilidades e está ligada ao aprendizado e à capacidade de criar significado a partir da informação, sendo condição indispensável que as pessoas saibam “aprender a aprender” e realizem o “aprendizado ao longo da vida”. A competência informacional seria então,

“... um conjunto de atitudes referentes ao uso e domínio da informação, em quaisquer dos formatos em que se apresente, bem como das tecnologias que dão acesso à informação: capacidades, conhecimentos e atitudes relacionadas com a identificação das necessidades de informação, conhecimentos das fontes de informação, elaboração de estratégias de busca e localização da informação, avaliação da informação encontrada, sua interpretação e síntese, reformulação e comunicação – processos apoiados em uma perspectiva de solução de problemas...”.

Estabelecendo um parâmetro para a identificação da competência informacional em estudantes, a American Library Association publica em 1998 um documento, o *Information literacy standards for student learning: standards and indicators*, que sendo um exemplo, consiste em três categorias, nove padrões e vinte e nove indicadores. Para melhor compreender em que consiste uma pessoa competente em informação, será apresentada a síntese do documento da ALA¹²:

Categoria: Padrões de Competência Informacional

¹² Tradução nossa.

Padrão 1: O estudante que é competente em informação acessa a informação eficiente e eficazmente.

Indicadores:

Reconhece a necessidade de informação;

Reconhece que a informação precisa é a base para decisões inteligentes;

Formula questões baseadas na necessidade de informação;

Identifica a variedade de fontes de informação em potencial;

Desenvolve e utiliza com sucesso estratégias para localizar a informação.

Padrão 2: O estudante competente em informação avalia a informação crítica e competentemente.

Indicadores:

Determina a precisão e relevância da informação;

Distingue entre fato, ponto de vista e opinião;

Identifica informações enganosas;

Seleciona informação apropriada para o problema ou questão à resolver.

Padrão 3: O estudante que é competente em informação usa a informação corretamente e criativamente.

Indicadores:

Organiza a informação para a aplicação prática;

Integra novas informações com o conhecimento já adquirido;

Aplica a informação em opiniões críticas e solução de problemas;

Cria e comunica a informação em formatos apropriados.

Categoria: Padrão de aprendizado independente.

Padrão 4: O estudante que é um aprendiz independente é competente em informação e procura relacionar a informação aos interesses pessoais.

Indicadores:

Procura relacionar a informação a várias dimensões do bem estar pessoal, como interesses pessoais, envolvimento comunitário, assuntos relacionados à saúde e atividades recreativas;

Projeta, desenvolve e avalia produtos informacionais e soluções relativas ao interesse pessoal.

Padrão 5: O estudante que é um aprendiz independente é competente em informação e aprecia literatura e outras expressões criativas de informação.

Indicadores:

É um leitor competente e motivado;

Deduz criativamente significados a partir da informação apresentada em variados formatos;

Desenvolve produtos criativos em variados formatos.

Padrão 6: O estudante que é um aprendiz independente é competente em informação e se esforça por qualidade na busca por informação e na geração do conhecimento.

Indicadores:

Avalia a qualidade dos processos e produtos da busca pessoal por informação;

Planeja estratégias para revisão e atualização de conhecimentos por ele gerados.

Categoria: Padrão de responsabilidade social

Padrão 7: O estudante que contribui positivamente para o aprendizado em comunidade e para a sociedade é competente em informação e reconhece a importância da informação para a democratização da sociedade.

Indicadores:

Busca a informação em diversas fontes, contextos, disciplinas e culturas;

Respeita o princípio de equidade de acesso à informação.

Padrão 8: O estudante que contribui positivamente para o aprendizado em comunidade e para a sociedade é competente em informação e pratica o comportamento ético diante da informação e da tecnologia da informação.

Indicadores:

Respeita os princípios da liberdade intelectual;

Respeita os direitos de propriedade intelectual;

Usa a tecnologia da informação com responsabilidade.

Padrão 9: O estudante que contribui positivamente para o aprendizado em comunidade e para a sociedade é competente em informação e participa de grupos que procura e gera informação.

Indicadores:

Divide conhecimento e informação com outros;

Respeita idéias e conhecimentos alheios e confirma suas contribuições;

Colabora com outras pessoas, através de ajuda pessoal ou tecnológica, identificando problemas informacionais e busca soluções;

Colabora com outras pessoas, através de ajuda pessoal ou tecnológica, para planejar, desenvolver e avaliar produtos e soluções em informação.

No texto de BELLUZZO, KOBAYASHI e FERES (2004) e também SILVA et al (2005), existe indício de concordância com as idéias da ALA (1998), ou seja, existem alguns pontos comuns. Para ambos, as pessoas competentes no uso e no acesso à informação sabem reconhecer sua necessidade de informação, assim como sabem onde, como achar, como avaliar e selecionar as informações. Sabem distinguir fatos, opiniões, pontos de vista e propagandas. Inclui reconhecimentos de omissões e equívocos na lógica e noções de ética e direitos autorais. As pessoas competentes em informação sabem organizar a informação para que ela possa ser analisada, categorizada e recuperada, para então gerar o conhecimento.

3 Programa Pontos de Cultura no cotidiano dos centros culturais: reflexões e políticas de inclusão digital

Para a elaboração deste capítulo foi necessária vasta pesquisa documental nos sites mantidos pelos governos federal, estadual e municipal para que se pudesse conhecer as políticas adotadas. Dessa pesquisa documental foi elaborada a síntese a seguir.

3.1 Políticas Federais

Através do site (<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/outros-programas>) do governo federal, sobre inclusão digital são identificados os seguintes programas¹³:

Casa Brasil: Atuam o Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto Nacional de TI, Ministério do Planejamento, Ministério das Comunicações, Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Secom, Petrobrás, Eletrobrás / Eletronorte, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal - Implantação de espaços multifuncionais de conhecimento e cidadania em comunidades de baixo IDH, por meio de parcerias com instituições locais. Cada unidade de Casa Brasil abrigará um telecentro, com uso de software livre, e pelo menos mais dois outros módulos, que podem ser uma biblioteca popular, um auditório, um estúdio multimídia, uma oficina de produção de rádio, um laboratório de popularização da ciência ou uma oficina de manutenção de equipamentos de informática, e um espaço para atividades comunitárias, além de um módulo de inclusão bancária nas localidades onde for possível. Atualmente são 45 unidades em funcionamento, atendendo em média 50 mil pessoas. Já foram

¹³ Informações retiradas do site: <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/outros-programas>. Acesso em: 07 ago. 2007.

capacitadas cerca de 1.000 pessoas nos mais de 20 cursos oferecidos a partir da plataforma de educação à distância construída pelo projeto. Mais 89 unidades, selecionadas por meio de edital, serão implantadas nas maiores cidades das cinco macro-regiões.

Centros Vocacionais Tecnológicos: Em ação está o Ministério da Ciência e Tecnologia - Os Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs) são unidades de ensino e de profissionalização, voltados para a difusão do acesso ao conhecimento científico e tecnológico, conhecimentos práticos na área de serviços técnicos, além da transferência de conhecimentos tecnológicos na área de processo produtivo. Os CVTs estão direcionados para a capacitação tecnológica da população, como uma unidade de formação profissional básica, de experimentação científica, de investigação da realidade e prestação de serviços especializados, levando-se em conta a vocação da região onde se insere, promovendo a melhoria dos processos. Até o momento, o Ministério da Ciência e Tecnologia apoiou a criação de 153 CVTs, instalados em todo o Brasil desde 2003.

Computador para Todos: Atuam a Presidência da República, o Ministério do Desenvolvimento, o Ministério da Ciência e Tecnologia e Serpro - Voltado para a classe C, permite à indústria e ao varejo a oferta de computador e acesso à Internet a preços subsidiados, e com linha de financiamento específica, além da isenção de impostos PIS/COFINS. Computadores de até R\$ 1.200 que obedeçam à configuração mínima podem ser parcelados em prestações de R\$ 50. O equipamento deve utilizar obrigatoriamente software livre e contar com um processador de 1,5 GHz, disco rígido de 40 GB, memória RAM de 256 MB, monitor

de 15 polegadas, unidade de disco flexível, unidade de CD-ROM/DVD-ROM (combo), modem de 56 K, placas de vídeo, áudio e rede on-board, mouse, teclado e porta USB e 26 programas. Notebooks acessíveis que atendam a configurações mínimas também podem fazer parte do programa. Desde o lançamento, 530 mil máquinas foram comercializadas dentro das regras, das quais 11.509 mil financiadas com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal.

Gesac - Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão: Criado pelo Ministério das Comunicações, o Gesac garante conexão via satélite à Internet a escolas, telecentros, ONGs, comunidades distantes e bases militares fronteiriças, além de oferecer serviços como conta de e-mail, hospedagem de páginas e capacitação de agentes multiplicadores locais, contando hoje com 3.318 pontos de presença instalados em cerca de 2.100 municípios brasileiros. É parceiro de diversos programas de inclusão digital do Governo. A próxima fase do programa prevê a instalação de 19.950 pontos de conexão à internet, por via terrestre e de satélite, a maior parte destinados ao Plano de Desenvolvimento da Educação.

Maré - Telecentros da Pesca: Atuam, juntos, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e a Presidência da República, e tem como objetivo a implantação de telecentros em comunidades de pescadores, fornecendo equipamentos, conexão via Gesac, formação e manutenção de agentes locais para monitoria e uso de software livre. Há cinco unidades em funcionamento e outras 15 em implantação.

Observatório Nacional de Inclusão Digital: Em ação estão o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; juntamente com parceiros, o observatório aglutina informações sobre todos os programas de inclusão digital do governo

federal no portal www.inclusaodigital.gov.br, com notícias, links, eventos e materiais de referência. Estima-se um total de 5.000 unidades de telecentros em funcionamento no Brasil, articuladas no âmbito federal, estadual e municipal. O ONID também trabalha na seleção de materiais de referência, tais como diretrizes, documentos, manuais, estudos e experiências de sucesso, para compartilhar melhores práticas entre os interessados no tema.

Pontos de Cultura - Cultura Digital: Em âmbito nacional está em ação o Ministério da Cultura mas, no caso específico de Belo Horizonte, há parceria com a Secretaria Municipal de Cultura. O Programa Cultura Viva tem como objetivo apoiar iniciativas culturais locais/populares, chamados de Pontos de Cultura, por meio de repasse financeiro de até R\$ 185.000,00. Por meio da ação Cultura Digital, o programa permite a implantação de equipamentos e formação de agentes locais para produção e intercâmbio de vídeo, áudio, fotografia e multimídia digital com uso de software livre, e conexão via satélite à Internet pelo programa GESAC. Atualmente há 500 projetos culturais financeiramente apoiados pelo programa Cultura Viva. No capítulo sobre Centros Culturais o Programa Pontos de Cultura poderá ser melhor entendido.

Programa Estação Digital: É uma ação da Fundação Banco do Brasil - Sempre com o apoio de um parceiro local, a iniciativa busca aproximar o computador da vida de estudantes, donas-de-casa e trabalhadores, economizando tempo e dinheiro, criando novas perspectivas e melhorando a qualidade de vida da população. Desde 2004 foram instaladas 166 unidades pelo Brasil. Cerca de 90% estão localizadas nos Estados do Nordeste e do Centro-Oeste, com a capacidade de atender de 500 a 1.000 pessoas por mês, e integradas a arranjos produtivos locais.

ProInfo - Programa Nacional de Informática na Educação: Ministério da Educação apoia à introdução das tecnologias de informação e comunicação nas escolas públicas de ensino médio e fundamental em parceria com os governos estaduais e municipais. O programa funciona de forma descentralizada. Sua coordenação é de responsabilidade da administração federal e a operacionalização conduzida pelos Estados e municípios.

Projeto Computadores para Inclusão: Em conjunto atuam Ministério do Planejamento, MEC e MTE - Implantação de um sistema nacional de acondicionamento de computadores usados, doados pelas iniciativas pública e privada, acondicionados por jovens de baixa renda em formação profissionalizante, e distribuídos a telecentros, escolas e bibliotecas de todo o território nacional. Existem três Centros de Acondicionamento de Computadores – CRC funcionando em caráter piloto em Porto Alegre (RS), Brasília (DF) e Guarulhos (SP), totalizando 234 jovens aprendizes em formação. Até abril de 2007, estas oficinas produziram 683 computadores acondicionados, dos quais 283 foram doados a 25 escolas, bibliotecas, telecentros e a outras iniciativas de inclusão digital selecionados pela Coordenação Nacional do Projeto.

Quiosque do Cidadão: Vinculado ao Ministério da Integração Nacional criou o projeto experimental de inclusão digital denominado Quiosque do Cidadão, para comunidades carentes da RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno. Através de doações da Secretaria da Receita Federal, são 148 computadores para atender o projeto. Esses equipamentos foram destinados a equipar bibliotecas públicas municipais desta região, com computadores proporcionando a redução das desigualdades sociais através da inclusão digital. O

projeto Quiosque do Cidadão já atende a diversos municípios dos estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Esses municípios são considerados estratégicos por ter baixo índice de desenvolvimento humano (IDH).

Serpro Cidadão: O Programa de inclusão digital do Serpro abrange ações diversificadas e se transforma em referência para outras instituições nacionais. Como maior provedor de soluções de TIC para a administração pública federal, a Empresa vem investindo em iniciativas voltadas à inclusão digital das comunidades de baixa renda das diversas regiões do país. O Serpro Promove a inclusão digital por meio da convergência nacional de ações com o Governo Federal e demais instituições públicas e privadas, viabilizando o uso e a apropriação das novas tecnologias pela sociedade, propiciando o atendimento das necessidades das comunidades, a formulação de políticas públicas, a criação de conhecimentos, a elaboração de conteúdos apropriados e o fortalecimento das capacidades das pessoas e das redes comunitárias. Dentre os modelos que promovem a inclusão Digital, o SERPRO definiu quatro ações importantes: Telecentros Comunitários, SERPRO Cidadão (Disponibiliza acesso à Internet à comunidade vizinha das regionais do Serpro), Oficina de Construção do Futuro (Parceria com MEC), Escola Aberta (Parceria com o MEC).

Telecentros Banco do Brasil: O Programa de Inclusão Digital do Banco do Brasil é uma ação que se alinha com a política de responsabilidade sócio-ambiental da empresa e começou com o processo de modernização de seu parque tecnológico, com a doação dos equipamentos substituídos para comunidades carentes, visando a implantação de Telecentros Comunitários. O Programa não se restringe à doação dos micros, pois o Banco também cuida do treinamento dos monitores e da

articulação de parceiras, fomentando o desenvolvimento local. O Banco do Brasil já implantou mais de 1.600 telecentros e salas de informática em todo o país, totalizando cerca de 39 mil computadores doados e atendendo a mais de 4 milhões de usuários por ano. Os telecentros disponibilizam o acesso às novas tecnologias digitais, treinamentos em informática, cursos à distância, serviços do Governo Eletrônico, digitalização e impressão de documentos, além de incentivar a pesquisa para preparação de trabalhos escolares. As entidades contempladas se responsabilizam pela gestão e administração dos espaços.

TIN - Telecentros de Informação e Negócios: Atua o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, apoiando a implantação de telecentros e salas de informática em associações empresariais, prefeituras, entidades sem fins lucrativos e instituições do terceiro setor, entre outras. Articula doação de equipamentos, apóia sua implantação junto aos projetos cadastrados, e disponibiliza conteúdos voltados a esses públicos por meio de portal na web. As instituições contempladas devem viabilizar a implantação dos equipamentos, bem como a gestão e a administração dos espaços por meios próprios. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome estabeleceu parceria para que esses telecentros apoiem famílias beneficiárias ou público-alvo dos programas sociais. A rede possui unidades instaladas em todos os 27 estados brasileiros e é formada por 1.616 unidades atualmente.

No *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia há uma síntese do que o Governo Federal acredita ser a inclusão digital:

“A inclusão digital está estreitamente vinculada à problemática da inclusão social dos menos favorecidos. Isto porque o governo, por intermédio do

MCT, está preocupado com a real necessidade em disponibilizar os meios e instrumentos que efetivamente criem as condições necessárias e suficientes para a geração de emprego e renda, objeto último dos esforços governamentais nos programas de inclusão social. O programa de inclusão digital, portanto, é um instrumento da promoção da inclusão social”.

Os beneficiários do programa de inclusão digital estarão recebendo conhecimento das técnicas e práticas envolvidas no quesito informática, não como um mero conhecimento a mais e sim como uma ferramenta útil, prática a ser utilizada nas atividades desenvolvidas nos postos de trabalho ou para aumentar as chances de concorrência nos postos de trabalho oferecidos pelo mercado.

O programa de inclusão digital do Ministério da Ciência e Tecnologia pode ser resumido em: oferta de instrumentos, meios e facilidades, para os menos favorecidos, facilitando o acesso às oportunidades de emprego, geração de renda ou melhoria da renda através da melhor qualificação profissional e com isto transformar cidadãos brasileiros, hoje à margem, em participantes ativos do processo de desenvolvimento econômico e social.

Paralelo a isto o programa de inclusão digital contribui substancialmente para a melhoria do ensino formal e da educação da população menos favorecida”.

(<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/9751.html>)

3. 2. Políticas estaduais

No portal do governo do Estado de Minas Gerais foram encontradas poucas informações sobre o programa Cidadão.Net, que consiste na implantação de telecentros comunitários nas regiões Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais que disponibilizam ferramentas avançadas de informática, tais como computadores de última geração, acesso à Internet via satélite e câmera digital. Todo cidadão pode utilizar as ferramentas disponibilizadas nos telecentros, participar de cursos de

Informática e navegar pela Internet, cujo órgão responsável é o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais.¹⁴

3.3 Políticas municipais

Assim como o Governo Federal, também a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte atua na área de inclusão digital. Entende por programas de inclusão digital os projetos em curso nos diversos setores da PBH, desde aqueles que tornem disponíveis os recursos já existentes, em especial a Internet, até os que envolvam a comunidade em projetos de desenvolvimento cultural, social e econômico baseados nessas tecnologias. Conta com parcerias da sociedade civil, ONGs, universidades, empresas privadas e com outras esferas de governo¹⁵.

São vários os projetos abaixo identificados; entretanto será estudado em maior profundidade o projeto intitulado Pontos de Cultura, cujo órgão responsável é a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte:

Unidade Móvel de Inclusão Digital : a unidade móvel é uma carreta equipada com duas salas de aula, cada uma delas com sete microcomputadores interligados, conectados à Internet.

Lelelé - Laboratório de Linguagens eletrônicas: centrado em linguagens eletrônicas associadas à música, poesia, vídeo e webdesign, estruturou -se como

¹⁴ Disponível em:

<https://www.mg.gov.br/portalmg/do/busca?op=viewForm&servicoForm=true&unidadeForm=false¶m=34756>

¹⁵ Disponível em:

<http://portal2.pbh.gov.br/pbh/index.html?idConteudoNv3=9809&emConstrucaoNv3=N&verServicoNv3=N&idNivel2Nv3=573>

um espaço multimídia e um fórum de temas ligados à questão do acesso aos novos meios tecnológicos e ao seu uso na educação. Tem como público alvo jovens artistas .

Internet Cidadã: espaços gratuitos de acesso coletivo à Internet.

Internet Popular: espaço gratuito de acesso coletivo na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Decidas: fornecer informações relacionadas ao processo de saúde e doença para os conselheiros municipais , distritais e locais da saúde (membros da comunidade). O projeto piloto prevê a implantação de computadores com acesso à Intranet da Saúde e à Internet nos distritos de Belo Horizonte.

Internet na Cultura: espaços para acesso coletivo à Internet nas bibliotecas comunitárias, centros culturais, museus , arquivo e teatros geridos pela SMC, com ênfase no acesso às informações culturais .

Telecentros Estações BHBUS: telecentros nas estações do BHBUS de Venda Nova e do Barreiro. Os telecentros terão como gestores as respectivas Comissões Regionais de Transporte e Trânsito (CRTTs).

3.4 Os centros culturais de Belo Horizonte e suas políticas de inclusão digital

3.4.1 A metodologia de pesquisa

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados vários instrumentos de coleta de dados, dentre eles a entrevista, que segundo GOLDENBERG (2002) “geralmente são feitas com pessoas que tem mais ‘sabedoria’ sobre o tema estudado”. As entrevistas possuem natureza interativa e, portanto, permitem tratar de temas complexos, que dificilmente poderiam ser investigados adequadamente através de questionários, explorando-os em profundidade.

As entrevistas realizadas tiveram uma estrutura aberta, na qual a resposta foi livre e não limitada por alternativas apresentadas e as pessoas pesquisadas foram os diretores dos Centros Culturais, assim como os responsáveis pelo Projeto de Inclusão Digital, tanto da Fundação Municipal de Cultura quanto da PRODABEL e também a Diretoria de Centros Culturais da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte. Outra característica deste trabalho é a questão da entrevista dirigida. Na entrevista dirigida o entrevistador comunica oralmente a cada entrevistado as mesmas perguntas fechadas, livres e escolha múltipla, e anota as repostas imediatamente dadas.

A entrevista, conduzida de modo diretivo ou não, não é uma técnica tão simples quanto parece ao utilizador superficial. Muitos autores a problematizam como situação de interação entre dois indivíduos na qual se manifesta condicionamento das respostas e das interpretações possíveis.

De acordo com MICHELAT e SIMON apud THIOLENT¹⁶, a entrevista não diretiva, contrariamente à entrevista dirigida, não propõe ao entrevistado uma completa estruturação do campo de investigação. “É o entrevistado que detém a atitude de exploração”. Michelat enfatiza que a entrevista não diretiva favorece a captação de uma informação “mais profunda” ou menos “censurada” do que no caso de outros procedimentos. O autor propõe 3 fases que são: (1) Escolha (seleção) de um pequeno número de pessoas representativas do assunto estudado; (2) Gravação das entrevistas. Estímulo dos entrevistados; (3) Análise do conjunto das entrevistas.

Mas, assim como todo instrumento, a entrevista possui vantagens e desvantagens, entretanto é um instrumento que ajuda o pesquisador conseguir certas respostas que ele não conseguiria através de outros instrumentos. Foram realizadas 11 entrevistas entre agosto de 2007 e janeiro de 2008.

Outro recurso utilizado nesta pesquisa foram alguns elementos de história oral que é bem definido por MEIHY (2002), como sendo “um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas e de grupos”. É sempre uma história do tempo presente – História viva. Diante disso, como considera ALVES-MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER (2005), história oral é um tipo de entrevista qualitativa, pois o pesquisador procura reconstituir, através da visão dos sujeitos envolvidos, um período ou evento histórico.

¹⁶ MICHELAT, G.; SIMON, M. Classe, religion et comportement politique. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences politiques e Editions Sociales, 1977. 498p.

O roteiro de entrevistas aplicado aos entrevistados teve como suporte certos elementos de história oral embutida nas falas dos interlocutores. Essa fonte oral serviu então como referência para assuntos tratados, que não foram encontrados em documentos oficiais. Para a coleta de dados referentes à história dos Centros Culturais, remetemo-nos às fontes orais devido à falta de documentação escrita, pois como sintetiza MEIHY: “Algumas histórias pessoais ganham relevo na medida em que expressam situações comuns aos grupos ou sugerem aspectos importantes para o entendimento da sociedade mais ampla”. Essas histórias, contudo, não podem ser generalizadas ou consideradas típicas. Por suas características narrativas, elas são mais completas e abrangentes pela capacidade narrativa ou pela coleção de fatos arrolados.

Para as entrevistas foram confeccionados dois tipos de roteiros. Um roteiro de entrevistas que foi aplicado para a diretoria de inclusão digital da Fundação Municipal de Cultura – ANEXO 1, para a coordenação de centros culturais da Fundação Municipal de Cultura – ANEXO 2 e para a assessoria de inclusão digital da PRODABEL - Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte – ANEXO 3. E outro roteiro, que pode ser visualizado no ANEXO 4 desta pesquisa, que foi aplicado aos diretores dos centros culturais visitados.

Alguns elementos de etnometodologia¹⁷ também foram utilizados para que se pudesse recuperar e analisar o “senso comum” com o objetivo de considerar a realidade uma construção prática do dia-a-dia.

¹⁷ Corrente da sociologia americana que surgiu em meados dos anos 60 como uma perspectiva de pesquisa interessada na “sociologia instituinte” – sociologia que descreve minuciosamente o social .

3.4.2 A contribuição da PRODABEL em programas de inclusão digital

A PRODABEL é a Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte e de acordo com o assessor do Programa BH Digital, ela atua montando espaços e disponibilizando infra-estrutura para que dessa forma seja minimizado o problema de exclusão digital em Belo Horizonte.

Além de possuir um programa específico de inclusão digital cujo folder pode ser visualizado no ANEXO 8 desta dissertação, a PRODABEL atua em parceria com a Fundação Municipal de Cultura, disponibilizando a infra-estrutura de acesso à Internet e aos computadores e montando os espaços, pois a PRODABEL atua na assistência técnica.

A diferença entre os programas é:

“O projeto da Cultura é um projeto de inclusão digital. Eles têm os pontos e nós os apoiamos, disponibilizando para eles o acesso a Internet. E nós temos um trabalho que é todo em cima do Programa BH Digital que é a implantação do programa digital na comunidade como um todo, para todos. A PRODABEL é a gestora desse programa. Temos hoje 98 pontos instalados que o pessoal acessa a Internet, faz tudo. Tem na associação, tem nas regionais, nos CARCS, nos NAFS. Em cada um pontinho tem um BH Digital”.

Assessor do Programa BH Digital

Para gerenciar o programa BH Digital o assessor relata algumas dificuldades financeiras e afirma que:

“Não existe verba da prefeitura para compra de computadores o BH Digital recebe doações de equipamentos mais antigos que nós reciclamos para que eles possam funcionar bem. Só temos um

micro bom que é o servidor que nós alugamos e disponibilizamos nos locais. Como sempre existem dificuldades orçamentárias nós buscamos alternativas”.

Assessor do Programa BH Digital

Antes do Programa BH Digital, a PRODABEL atuava com o Programa Internet Cidadã. Após a atuação da Diretoria específica, a Diretoria de Inclusão Digital, foi feita uma enquete para a escolha de um nome para o programa de inclusão e foi escolhido o nome de BH Digital. Portanto, “a Internet Cidadã seria o começo do BH Digital, seria parte”.

Apesar de atuar na questão de infra-estrutura para os programas de inclusão, a PRODABEL também se preocupa com o lado social das pessoas. Segundo o entrevistado “nós precisamos incluir cidadãos que não têm acesso à tecnologia. Nós fomos buscar formas de incluir montando o BH Digital. Tem total compromisso com o social”.

Quando questionado sobre a aplicação do conceito de competência informacional, o assessor não demonstrou conhecimento do termo, mas afirma que:

“Nós estamos criando formas pedagógicas para que o cidadão aprenda a Internet, aprenda uma profissão, treine em alguma coisa. Nós estamos preocupados não em só ir lá instalar e pronto, nós estamos preocupados com o conteúdo de tudo”.

Assessor do Programa BH Digital

O programa BH Digital está em fase de estruturação e sobre a metodologia utilizada, só foi afirmado que irão construir uma cartilha. Eles possuem certificados dos cursos que ministram e retorno da comunidade sobre a satisfação com os projetos. De acordo com o entrevistado:

“Quando vamos montar um telecentro ou um posto de Internet municipal nós vamos à comunidade ver o espaço, como que é, ver o que é que tem e é em volta da necessidade é que montamos o projeto. Quase todos os postos de Internet estão localizados nas comunidades carentes. Nós vamos incluir cidadãos que não tem acesso a Internet, a preocupação é muito grande em cima disso e a noção de cidadania já é bem clara dentro do projeto”.

Assessor do Programa BH Digital

Dentre as atividades realizadas dentro do programa BH Digital, podemos citar os treinamentos de informática básica e acessos à Internet e, de acordo com o assessor do programa isso “dá mais coragem ao cidadão pra que ele possa enfrentar o mercado de trabalho, buscar novas oportunidades”.

O entrevistado garante que são feitas avaliações por meio de relatórios e estatísticas mas nada foi apresentado, enquanto que as enquêtes são em relação à satisfação local. Para 2008, a meta macro é de 300 espaços montados para a utilização de Internet.

3.4.3 Centros de Cultura e Centros Culturais

“O centro cultural não é apenas a memória social da cidade, mas a sua própria consciência, uma vez que pensa o coletivo e busca entre os muitos caminhos o seu por meio de análise, da crítica e da invenção”.

Milanesi, 1997

Da forma como conhecemos hoje, os centros de cultura não são apenas locais de armazenamento de objetos, mas sim, locais em constante diálogo com a população em geral, que reúnem cultura sob diversas formas, apresentando em seus espaços,

exposições, bibliotecas, cinematecas, salas multimídias, teatros, salas de danças, auditórios etc.

Segundo COELHO (2006), há o surgimento da idéia de centros culturais a partir do Iluminismo¹⁸, no qual as instituições culturais ganham espaço e se especializam fazendo com que essa denominação se torne muito esperada e cheia de sentido.

No mundo, inicia-se por volta da década de 1950 a “febre” dos centros culturais. A posse da cultura significava e ainda significa *status*. Não era tão importante a utilidade de um centro cultural, mas sim sua existência. Por mais que já existissem sob variadas formas, os centros culturais ganham fama a partir da defesa de escritores franceses como André Malraux, que entre outras coisas era teórico de arte e seus escritos figuram como os principais do século XX.

Até a disseminação da idéia de centros culturais pelos países desenvolvidos, não se falava do assunto no Brasil (MILANESI, 1990). A França foi um dos países que tomaram a iniciativa de construí-los com alta visibilidade, estabelecendo como modelo de centro cultural, o Centro Nacional de Arte e Cultura Georges de Pompidou também conhecido como o Beaubourg.

¹⁸ Século das Luzes ou Iluminismo, termos usados para descrever as tendências do pensamento e da literatura na Europa e em toda a América durante o século XVIII, antecedendo a Revolução Francesa. Foram empregados pelos próprios escritores do período, convencidos de que emergiam de séculos de obscurantismo e ignorância para uma nova era, iluminada pela razão, a ciência e o respeito à humanidade. As novas descobertas da ciência, a teoria da gravitação universal de Isaac Newton e o espírito de relativismo cultural fomentado pela exploração do mundo ainda não conhecido foram também importantes para a eclosão do Iluminismo.

Influenciada pela cultura e pela expressão intelectual francesa do século XIX até os anos 1930, foi por volta de 1970 que se iniciaram as construções de centros culturais no Brasil, pois crescem a demanda por bens culturais e os governos se vêem forçados a abrir espaços para esse assunto em suas discussões e em seus orçamentos, visto que os centros culturais começam a ser vislumbrados como objetos de desejo de muitas cidades após já terem conquistado bibliotecas, teatros, cinemas e museus.

É relevante ressaltar a importância das bibliotecas, pois são as mais antigas instituições identificadas com a cultura implantada pelo projeto luso de colonização. Mesmo assim elas não ocupam lugar de destaque na administração pública do país, sendo muitas vezes, colocadas à margem. De acordo com MILANESI (1990), A biblioteca é um óbvio órgão de utilidade pública, ainda que viva na penúria tradicional da educação e da cultura, sem recursos e muitas vezes, excluídas de orçamentos municipais.

O autor explica ainda que seja importante avançar inovando. Suscitar novas idéias. Por isso se faz necessário o surgimento dos centros culturais, pois eles refletem o desejo de não ser antigo e estar na trajetória do moderno, pois muitas vezes no Brasil, o importante é a velocidade com a qual se segue e raramente preocupa-se com a direção tomada.

Pode-se dizer que até a década de 1990, contexto no qual MILANESI (1990) escreveu sua obra, não se sabia bem como caracterizar os centros culturais no

Brasil. O autor atribui a isso vários fatores como as diversidades do país que faz com que os centros tenham um caráter vago e tarefas indefinidas.

Já em 1997, MILANESI ressurgiu com nova obra, *A casa da invenção*, cujo texto já é capaz de comparar uma biblioteca tradicional com uma contemporânea e, assim, discutir a invenção dos centros culturais que têm como missão conjugar os verbos “informar, discutir e criar”. Entretanto, o autor intercede a favor da idéia de que é necessário “a partir das bibliotecas existentes, investir na correção de rota, na sua dinamização e ampliação”, no que diz respeito à criação de centros culturais, que se configuram como espaços versáteis, nos quais cidadãos convivem com a possibilidade de pensar e de se expressar.

Outro problema apontado é que, até então, o Brasil copia os modelos de centros culturais estrangeiros e raramente discute-se entre os vários atores envolvidos qual o perfil e que utilidade deve ter o centro de cultura em questão.

COELHO (2006) defende a idéia de que o principal responsável pelo aparecimento de centros de cultura é a incapacidade de se distinguir entre processo cultural e processo educativo, que são, na verdade, meros substitutos ou complementos de sistemas educacionais formais depauperados ou falidos. Surgem, então, palestras, debates e cursos no lugar do espaço aberto à criação.

A partir da década de 1960, tempo marcado por uma carga de revolta jovem, liberação e divergência, surge a idéia de espaços culturais. Segundo COELHO (2006), centro era uma expressão carregada com idéias de convergência, dirigismo

e paternalismo, inaceitáveis para o espírito de 1968. Portanto, os espaços culturais figuram como locais de cultivo e desenvolvimento de um indivíduo que se reconhece e se afirma como tal.

3.4.3.1 Definições sobre centros culturais no âmbito de Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, a Lei Orgânica do Município (1990), capítulo VI **Art. 166** afirma que “O acesso aos bens da cultura e às condições objetivas para produzi-las é direito do cidadão e dos grupos sociais”. O **Art. 169** complementa que:

“O poder público promoverá a implantação, com a participação e cooperação da sociedade civil, de centros culturais nas regiões do Município, para atender às necessidades de desenvolvimento cultural da população”.

Parágrafo único – “Serão instalados, junto aos centros culturais, bibliotecas e oficinas ou cursos de formação cultural”¹⁹.

De acordo com a coordenação de centros culturais da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, é a partir da Constituição da República de 1988 que se começa a preocupar com a cultura enquanto “direito do cidadão e obrigação do Estado”. Para o coordenador entrevistado, “É direito do cidadão o acesso a todas as formas de instrução cultural que ele queira desenvolver”.

A participação da sociedade civil é característica marcante nos processos de implementação de centros culturais em Belo Horizonte. Em 1992, após manifestações da população local, a cidade inaugura o seu primeiro centro cultural, O Centro de Cultura Lagoa do Nado.

¹⁹ BELO HORIZONTE (MG). **Lei orgânica do município de Belo Horizonte 1990**. [Belo Horizonte], [1990]. 105p

Em 1994 é inaugurado mais um centro cultural, o Centro Cultural São Bernardo, também com intervenção de populares. Juntamente com a inauguração é pensado um projeto para a Implantação do Centro de Cultura de Belo Horizonte que só veio acontecer em 1997. Para CARDOSO e NOGUEIRA (1994), o centro de cultura é um espaço de representação, fruição e realização da cultura. No momento em que as autoras citadas pensam em um espaço para a cultura, Belo Horizonte, apesar de já ser uma cidade centenária, estava se preparando para receber o seu segundo Centro de Cultura, um equipamento cultural que seria um espaço representativo da cultura da cidade.

Então, é criado um projeto, sob a responsabilidade de uma equipe multidisciplinar, de implantação de um Centro de Cultura em Belo Horizonte. Com a localização central, o Centro de Cultura de Belo Horizonte pretendia atender tanto aos moradores da região central quanto os trabalhadores daquela área e também moradores de bairros próximos, com o objetivo de que este local ampliasse, alargasse e aprofundasse o raio e a dimensão do seu fazer sentir. CARDOSO e NOGUEIRA (1994).

Entre a elaboração desse projeto e a finalização com a entrega da obra do Centro de Cultura de Belo Horizonte, a cidade inaugura mais um centro cultural, também marcado pelas lutas populares, o Centro Cultural Alto Vera Cruz em 1996. É importante esclarecer, que a população de Belo Horizonte ganha voz através do Orçamento Participativo da cidade, no qual os moradores podem votar nas obras mais importantes da sua região. Em 1999 foi inaugurado o Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira, em 2000, o Centro Cultural Pampulha e o Centro Cultural Zillah

Spósito e em 2007 foram inaugurados os Centros de Venda Nova e Vila Marçola, todos aprovados pelo Orçamento Participativo. E, até o final de 2008, a Fundação Municipal de Cultura, entregará a população aproximadamente 10 centros culturais.

No que se refere à nomenclatura, não foram encontradas na literatura pertinente, diferenças entre os termos Centro de Cultura e Centro Cultural. Entretanto, durante a coleta de dados realizada, foram observadas as diferenças entre um termo e outro. Segundo os funcionários da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, órgão responsável pela gestão dos centros culturais na cidade, Centro de Cultura caracteriza um espaço mais amplo no que diz respeito a seu atendimento. O atendimento de um Centro de Cultura abrange não só a população local, a população que vive em torno do espaço cultural e sim toda uma área, o que eles chamam de inter-regional, enquanto que um Centro Cultural é um espaço local que atende à população da região na qual o espaço esteja sediado.

Os centros de cultura e os centros culturais de Belo Horizonte integram os equipamentos da Fundação Municipal de Cultura criada em 2005, substituta da antiga Secretaria Municipal de Cultura, que foi criada para incentivar ainda mais a produção cultural da cidade, mantendo tanto a Lei Municipal de Incentivo à Cultura quanto todas as ações e projetos.

A política cultural da cidade de Belo Horizonte que é democrática e participativa se orienta por quatro diretrizes básicas, a saber:

1. “Estender os chamados direitos culturais, ampliando o acesso de toda a população à produção e ao consumo de cultura, garantir a

preservação da memória social, bem como facilitar a participação popular nas decisões da política cultural”.

2. “Articular os programas sociais e culturais da administração municipal, promovendo o desenvolvimento integral de crianças e jovens envolvidos com a ação pública do município”.
3. “Descentralizar a ação cultural, instalando e fazendo a manutenção de centros culturais regionais, além de valorizar as manifestações culturais locais”.
4. “Incentivar e estimular a qualificação da produção cultural, viabilizando empreendimentos culturais estáveis e duradouros”.

E para colocar em prática as diretrizes citadas, a Fundação Municipal de Cultura estabelece cinco programas de ação. São eles:

- Informação, difusão e intercâmbio cultural;
- Formação cultural;
- Gestão e dinamização dos espaços e serviços públicos de cultura;
- Identificação, registro e proteção do patrimônio e das identidades culturais;
- Incentivo à leitura em Belo Horizonte

3.5 Os Pontos de Cultura

Ponto de Cultura refere-se à ação prioritária do Programa Cultura Viva – MinC²⁰, que trata de estimular e financiar iniciativas culturais já existentes no país. Ele tem como objetivo articular a produção cultural local promovendo o intercâmbio entre linguagens artísticas e expressões simbólicas, visando apoiar o desenvolvimento de uma rede de articulação, recepção e disseminação de iniciativas e vontades criadoras.

Os Pontos de Cultura são selecionados através de editais públicos e são responsáveis por “articular e impulsionar” as ações já existentes. Hoje, existem mais de seiscentos e cinqüenta Pontos de Cultura no país, cinqüenta e quatro só em Minas e destes, cinco funcionam em centros culturais de Belo Horizonte. São eles: Estação Digital do Alto, Liberalino Alves de Oliveira, Pampulha, São Bernardo e Zillah Spósito.

“O projeto da Cultura planejado para os cinco centros culturais possibilita o acesso à Internet além de outras atividades artístico-culturais nas quais os alunos das oficinas poderão utilizar a tecnologia para a valorização do patrimônio cultural e exercer a cidadania a partir do conhecimento que se tem, do espaço onde se vive.”

Diretoria de Inclusão Digital da FMC

As ações do Ponto de Cultura nos centros culturais de Belo Horizonte visam “direcionar o uso das tecnologias” para a vida cotidiana das pessoas, voltando para os cinco programas de ações da Fundação Municipal de Cultura, mas não necessariamente voltados para o mercado de trabalho. As atividades de inclusão digital serão realizadas através de oficinas; entretanto ainda não possuem

²⁰ Ministério da Cultura do Brasil.

mecanismos de avaliação, mas com “perspectivas sim de monitoramento e acompanhamento”.

Esta pesquisa, que estudou o Programa Pontos de Cultura nos centros culturais de Belo Horizonte, teve a coleta de dados realizada em quatro etapas, para as quais foi escolhida uma amostra intencional, no intuito de reconhecer a importância e a necessidade dos usuários em relação a um programa de inclusão digital.

- Na primeira etapa foram realizadas entrevistas com a diretoria dos Centros Culturais, com o assessor direto do programa BH digital e com a responsável pelo programa de inclusão digital da Fundação Municipal de Belo Horizonte.
- Na segunda etapa, foram realizadas entrevistas com os diretores dos centros culturais na qual também foram utilizados alguns elementos de “história oral” nos quais os entrevistados, além de responderem às perguntas propostas, discursaram sobre a história do centro onde ele atua, sobre a missão e a importância do espaço para a comunidade. Todas as entrevistas foram gravadas, ouvidas e transcritas para posterior análise.
- A terceira etapa foi de observação na qual foram observados os ambientes e os usuários presentes. A pesquisa teve caráter exploratório no qual foi escolhida uma amostra intencional no intuito de reconhecer a importância e a necessidade dos usuários em relação a um programa de inclusão digital.
- A quarta etapa foi a de aplicação dos questionários a partir de amostra intencional. Foram pré-selecionados 10 usuários de cada centro de cultura para responder ao questionário proposto. A principal característica para a escolha dos usuários foi a frequência; entretanto, crianças muito pequenas foram evitadas devido à complexidade do assunto abordado e do questionário

a ser respondido. O objetivo do questionário foi obter a opinião dos usuários em relação ao programa de inclusão digital. Dos 80 questionários repassados, obtivemos a resposta de 63,7%. Considera-se ser essa uma resposta muito positiva, pois os questionários foram aplicados no período de férias escolares, no qual, segundo os diretores dos centros, o movimento é menor.

Nesta pesquisa as respostas foram analisadas de acordo com a faixa etária dos usuários. Consideram-se então o seguinte esquema:

17% da amostra são crianças entre 10 e 11 anos;

23,5% da amostra são adolescentes entre 12 a 21 anos e;

58,8 % da amostra são adultos a partir de 22 anos.

3.6 Os Centros Culturais de Belo Horizonte

3.6.1 Centro Cultural São Bernardo – CCSB

O centro cultural São Bernardo foi inaugurado em 18 de dezembro de 1994 e tem como missão principal o acesso da comunidade aos bens culturais, fazendo com que seja uma forma de descentralizar os bens culturais da cidade. É um espaço plural e aberto que atende principalmente, a crianças e adolescentes, por meio de diversas atividades.

De acordo com entrevista realizada, foi a partir da mobilização da comunidade, por meio de discussões, eventos culturais, oficinas e reuniões, que nasceu o centro

cultural do bairro São Bernardo, uma parceria entre a Secretaria Municipal de Cultura e a Administração Regional Norte.

“A partir de 2005, o **CCSB** passou a fazer parte dos equipamentos culturais da Fundação Municipal de Cultura, desenvolvendo suas ações dentro dos programas estabelecidos pela FMC. Em 2006, iniciou-se uma nova etapa na história do **CCSB**, com a aprovação de verba para estruturação dos centros culturais da cidade, o projeto "Olhares sobre BH" possibilitou a compra de equipamentos e a realização de um plano de ação, através dos programas de formação cultural; incentivo à leitura ; difusão cultural: e valorização do patrimônio e identidades culturais”.

Dirigente de Centro Cultural

De acordo com esse dirigente, o objetivo do centro cultural é a descentralização da cultura, pois “se houvesse acesso para todos não haveria necessidade de descentralizar”. O direito à cultura é um direito garantido na Constituição, mas “a maioria das pessoas não acham, elas pensam que cultura é só entretenimento, é divertimento e só a saúde, a educação que é direito.”

A infra-estrutura do CCSB foi reformulada e ampliada recentemente através do Orçamento Participativo. Atualmente o CCSB ocupa um espaço com “cinco lotes” e possui programas voltados para as ações da FMC. De acordo com um dos entrevistados, os seus principais projetos são “A Criança e a Cidade e Brinquedos e Brincadeiras no qual eles podem conhecer a cidade e conhecem o bairro onde eles moram, trabalhando mesmo com suas identidades” E é dentro do programa Memória e Patrimônio que será trabalhado a inclusão digital. Conforme entrevista, o programa prevê o “acesso”, mas que “os meninos possam produzir, criar, interferir na comunidade, contribuir para esse mundo de informações”.

“Eu acho que só o acesso não é inclusão, eu acho que a comunidade pode ter acesso, mas de forma criativa, produzir conteúdo, interferir através de vídeos, de trabalhos artísticos, resgatando a cidadania e sendo incluídos. Possibilitar só o acesso à Internet, às tecnologias é fácil”.

Dirigente de Centro Cultural

A demanda da população para que esse serviço aconteça é grande, “os meninos cobram demais”, e observa-se que a maior parte da demanda vem de crianças e adolescentes, mas “temos notado que pessoas com mais idade já vêem essa necessidade”.

O Centro Cultural São Bernardo participará do programa Pontos de Cultura e assim como em outras unidades possui dificuldades financeiras a serem enfrentadas. Para a diretoria, os centros culturais são estruturas novas e isso justifica a falta de literatura da área. Sobre a diferença existente entre bibliotecas e centros culturais, a diretoria é categórica ao afirmar que “a biblioteca é um dos projetos do Centro Cultural, ela não é o centro cultural”. Por ser a biblioteca um espaço para a informação, os computadores para o programa Pontos de Cultura são instalados no local que é “uma parte muito importante do centro cultural”.

3.6.2 Centro Cultural Zillah Spózito – CCZS

O Centro Cultural Zillah Spózito foi inaugurado em 12 de outubro de 2000 com o nome de Espaço Cultural Conjunto Zillah Spózito e também surgiu através de uma demanda da comunidade local. Possui a missão de descentralizar a política cultural da cidade e prover a comunidade de formação artístico-cultural.

Dentre os objetivos do Centro Cultural Zilah Spósito salientam-se a formação e a capacitação nas áreas artísticas, culturais e de cidadania, o incentivo à leitura, o desenvolvimento de atividades socioculturais e a formação cultural da comunidade.

Atualmente o CCZS possui espaço físico de 80m², um dos menores centros culturais visitados. A partir da criação do Departamento de Coordenação dos Centros Culturais com suas diretrizes e ações, não se constroem centros culturais com menos de 1000m², portanto os centros mais novos são amplos e bem equipados.

Apesar de se afirmar que a estrutura que possui é “boa”, o que o centro cultural aparenta é ser um local improvisado, pequeno e escuro. Não possui auditório e a sala para oficinas é limitada apesar de possuírem “Data Show, telão para apresentação de filmes e palestras”. O CCZS também possui biblioteca com um acervo de aproximadamente cinco mil livros e quatro computadores para uso dos seis funcionários.

Sobre políticas públicas de inclusão digital, a diretoria do CCZS afirma não possuir nenhuma, pois só agora serão instalados os equipamentos para o Ponto de Cultura.

De acordo com o Dirigente de Centro Cultural:

“Este é um projeto ambicioso do MinC. Ele começou com 200 pontos de cultura no país inteiro, passou pra 800, pra 1000 e a estimativa é que até 2010 chegue a 20.000 pontos de cultura no país inteiro. E então veio para BH essa proposta do MinC dos pontos de cultura, uniu-se a FMC e descentralizou para os centros culturais. Então os cinco pontos de cultura assumem mais essa tarefa de gerenciar o ponto de cultura. Mas é agora, vamos

realmente desenvolver atividades no que diz respeito à Inclusão Digital, mas voltado também para a política pública de cultura”.
Dirigente de Centro Cultural

A comunidade em torno do centro cultural já teve experiências com computadores quando tiveram uma obra votada no OP Digital. A urna para votação ficou instalada no centro cultural e a população, mesmo com as dificuldades, participou e assim sentiram as dificuldades envolvidas com o processo digital, o que faz com que a diretoria conclua: “as pessoas não confiam na máquina principalmente por que não têm acesso à ela.”

A proposta de um programa de inclusão digital neste centro cultural não foi sugerido pela população, mas resultou de uma oportunidade advinda do Governo Federal em parceria com a Fundação Municipal de Cultural para que a população pudesse ter acesso ao meio digital e trocar informações, nesse caso, informações culturais, com população de várias partes do mundo. Apesar de os usuários, principalmente os mais jovens, freqüentarem as *lan houses*, o processo de inclusão digital é diferente no contexto dos centros culturais. De acordo com a Diretoria, há um “crescimento pessoal e na vida cotidiana daqueles usuários que freqüentam a *lan house* e utilizam os serviços oferecidos pelo centro cultural” e a partir do momento em que o serviço de acesso à Internet for procurado nos centros culturais haverá vantagens ainda maiores para os usuários como, por exemplo, não precisar mais pagar *lan houses*, além de formação cidadã, característica dos centros culturais.

Entretanto, a utilização do espaço não é livre, possui regras e regulamentos e alguma metodologia para o trabalho. O acesso à Orkut, por exemplo, ainda não foi

estudado mas se esse recurso está levando as pessoas à troca de informações culturais “qual seria o problema?” .

Devido à diversidade de pessoas, a Diretoria do CCZS afirma que o acesso “vai perpassar todas as linhas trabalhadas nos centros culturais, mas temos que esperar chegar o programa pra ver como será a demanda, só que a nossa diretriz é voltada para a política cultural mesmo”.

“Acreditamos que a cultura abre a cabeça das pessoas” e isso garante o desenvolvimento e a construção da cidadania. Um projeto como esse irá além da inclusão digital, “vai ao encontro da formação cultural”. Para a diretoria do CCZS não há objeções à implantação do programa nos centros culturais, mas sim, “trâmites burocráticos” que existem em qualquer área público.

Apesar de ainda não conhecer o programa Pontos de Cultura, a diretoria acredita que ele irá, em primeiro momento, criar curiosidade e a partir disso criar uma demanda das pessoas que querem conhecer e é para isto que “estamos nos preparando”.

Assim como outras atividades que são desenvolvidas nos centros culturais, pretendem-se criar metodologias de avaliação para mais esta atividade, tanto quantitativamente quanto qualitativamente.

3.6.3 Centro Cultural Pampulha – CCP

O Centro Cultural Pampulha foi inaugurado em oito de outubro de 2000 após a mobilização da comunidade para a ocupação de dois lotes vagos disponíveis na região. Esses lotes hoje abrigam a moderna construção do centro cultural que possui biblioteca com cerca de sete mil livros, duas salas administrativas, uma sala para vídeo e um salão com multimeios, auditório onde pode acontecer tanto uma oficina ou uma apresentação teatral e um jardim interno que é também usado para atividades como, por exemplo, o Sarau de História que acontece no último sábado do mês, com as cadeiras em volta do jardim. E possui também uma área externa que serve pra shows, espetáculos maiores ou oficinas.

Na época da mobilização da população para ocupação dos lotes vagos, por volta de 1993, havia uma indefinição da posse dos lotes. A quem ele pertencia? era a pergunta. Queriam que fossem construídos, ou um templo católico, ou um centro de saúde, ou deixassem vagos para ensaios de quadrilha. Mas a maior parte da comunidade escolheu um centro cultural, cuja referência a ser seguida seria a Lagoa do Nado.

De acordo com a Diretoria do CCP, a partir desta época é que a Secretaria Municipal de Cultura começa a “trazer atividades para potencializar ainda mais o espaço” e em 1998 o centro cultural vai para votação no OP e é aprovada a construção do mesmo. De acordo com o entrevistado, o CCP foi inaugurado nove dias após a inauguração do Centro Cultural Zillah Spózito.

A missão do Centro Cultural Pampulha, “de forma bem objetiva é o acesso à produção e aos bens culturais”. E os objetivos são a promoção da formação cultural, do incentivo à leitura, baseados nas ações de memória e patrimônio, difusão e intercâmbio cultural.

Apesar de pertencer ao Programa Pontos de Cultura ainda não foi instalado nenhum equipamento para o funcionamento do programa. E a instalação dos computadores se dará de forma improvisada, reaproveitando espaços e reorganizando ambientes, pois o CCP não possui espaço para mais essa atividade, que apesar de ser bem vinda, ainda não está bem estruturada.

A grande maioria dos usuários do CCP é jovem, mas há crianças e adultos que também participam de várias atividades. Esses usuários ainda não entenderam bem como será o Programa Pontos de Cultura. Eles têm consciência de que terão acesso às TIC's, mas ainda não sabem se vão fazer “curso de informática”. “Na verdade existe demanda na sociedade como um todo e principalmente na periferia, mas nossa função como poder público é também provocar, mostrar possibilidades” e não só oferecer cursos profissionalizantes.

Assim como a biblioteca é um projeto dentro do centro cultural, a estação digital vai ser outro projeto e um não competirá com o outro, pois serão mantidas as diversas oficinas e “o acréscimo da informação só irá somar”.

Para a diretoria do CCP, a inclusão digital é tão discutida atualmente por ser inevitável viver sem tecnologias, mas a proposta da Fundação Municipal de Cultura

é incluir de “outra forma”, contribuindo para a autonomia e a liberdade. O acesso às tecnologias de informação não é o único objetivo; a máquina é vista como “uma ferramenta para que você consiga produzir, disponibilizar e ter acesso também a outras produções”.

Os computadores a serem disponibilizados, “já estão pagos”, e não serão utilizados aleatoriamente, mas sim “para a produção e veiculação de resultados, de produtos de um trabalho de memória e patrimônio realizado aqui”. As regras para utilização dos computadores ainda não são claras, mas “se é necessário para a atividade de um grupo o acesso ao Orkut para que se divulgue alguma coisa, então o acesso será permitido”.

A diretoria do CCP acredita que seja fundamental para a promoção da cidadania o aumento das liberdades culturais e, a partir do acesso às tecnologias, o CCP estará dando condição “da fruição, da produção e com isso almejamos aumentar a liberdade cultural”.

Apesar de apresentar o Programa Pontos de Cultura como um projeto de inclusão digital a ser desenvolvido, o programa ainda não acontece em nenhum dos centros culturais visitados e segundo a diretoria do CCP o impedimento se deve aos trâmites legais e à burocracia que “deve existir por ser dinheiro público”.

O projeto de inclusão digital, assim como os outros projetos do CCP, terá avaliações periódicas baseadas em relatórios e estatísticas assim como pesquisas de

satisfação do usuário e contribuirá para aumentar a liberdade cultural dos usuários assim como “o sentimento de pertencimento a uma comunidade”.

3.6.4 Centro de Cultura Lagoa do Nado – CCLN

O Centro de Cultura Lagoa do Nado, o primeiro centro de cultura da capital, foi inaugurado em 23 de dezembro de 1992, devido a um movimento do próprio Parque Lagoa do Nado. No final da década de 70, início de 80 quando, por ameaça de construção de um conjunto habitacional nessa área, a população em torno, resolveu lutar pra que essa não se transformasse num conjunto, mas em um parque. Apesar do movimento ambiental ser ainda incipiente, a população lutou, com a ajuda de vários artistas de Belo Horizonte e do Estado, por 15 anos para que o espaço fosse transformado em um parque e todo esse processo de mobilização veio pela cultura como forma de sensibilizar as pessoas para a preservação dessa área.

De acordo com a diretoria do CCLN a palavra missão é uma palavra muito nova dentro da política de gestão, mas “a missão da cultura é assegurada pela Constituição e é a difusão, a produção e a memória que são também as diretrizes básicas da FMC” e os objetivos do CCLN são democratizar e incentivar a produção cultural.

Atualmente o CCLN conta com cerca de 25 funcionários e por ser o centro cultural que mais possui funcionários, eles podem dar acesso às mais variadas atividades nos mais variados horários. A diferença entre este centro de cultura e os demais

centros culturais é o espaço externo do parque que pode ser utilizado para atividades e oficinas.

Apesar de não estar entre os Pontos de Cultura, o Centro de Cultura Lagoa do Nado é o único centro cultural que dá acesso dos usuários à Internet e à máquinas, mesmo que elas sejam precárias e fruto de doações, e possui regulamento para utilização dos computadores. A PRODABEL é somente a base tecnológica que dá suporte.

A diretoria do CCLN afirma que não é possível dizer que exista uma política de inclusão digital dentro da FMC e entende que a inclusão digital não está somente ligada ao acesso dos equipamentos, apesar de que “ter o acesso já é um grande ganho”.

“Faz parte da inclusão, mas não é a inclusão. A inclusão não se faz só pelo acesso ao equipamento. Por mais dificuldades que você tenha de manutenção desse equipamento, do treinamento de pessoal, você tem por trás do projeto de inclusão mais do que só acesso à máquina, por enquanto nós temos o acesso à máquina. O que seria? Nós estamos num centro de cultura, as pessoas podem ir, sabemos que a princípio, os equipamentos de inclusão digital funcionam primeiro para Internet, e pra email, não funcionam para Orkut, MSN. Então um pedaço do que seria o grande chamariz da Internet você deixa de ter o acesso. Alguma pesquisa escolar, o incentivo a procurar nessas bases, na utilização dessa tecnologia, algumas informações por exemplo, de conhecimento da cultura. Alguns sites interessantes, alguns museus pelo mundo interessantes, alguns sites de cartunistas importantes. Alguns sites que possam estar fazendo a ligação entre a cultura e a inclusão. Isso a gente tem organizado. A gente criou possibilidade de curso em julho pra ensinar as pessoas a entrarem, então as pessoas tem uma parte que acessa a Internet, você ainda tem parte que ainda não sabe nem acessar a Internet. Então nós criamos um pequeno curso pra que as pessoas pudessem aprender a acessar a Internet, essa eu acho que é uma outra iniciativa. Eu fico muito preocupada com a inclusão, não só com equipamentos, mas como política e com qual informação você vai lidar. Nós não temos uma capacitação muito eficiente das pessoas que trabalham. Na Lagoa do Nado funciona só de manhã, por que nós temos uma profissional só pra trabalhar de manhã. Eu acho muito deficiente pelo ponto de vista da

inclusão, eu acho que é importante pelo ponto de vista de acesso aos equipamentos”.

Dirigente de Centro Cultural

Atualmente a maior dificuldade para a formalização da política pública de inclusão digital, na visão da diretoria do CCLN, é a falta de pessoal para pensar a política. “Alguém que consiga levantar os problemas com olhar diferente do nosso, que tenha um conhecimento além do nosso, e que possa sugerir algumas possibilidades”.

O CCLN é considerado um centro de cultura por atender uma região maior do que só a população local e com a criação do centro cultural de Venda Nova a diretoria não acredita que terá diminuição de público. Segundo estatística anual do local, foram setenta e oito mil pessoas visitando o CCLN. Afirma não ter competição entre os centros culturais e que o público varia de acordo com as atividades oferecidas.

A política de inclusão digital existente no centro é uma política à parte, com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte para disponibilização de equipamentos e a observação feita é que os usuários da biblioteca utilizam os computadores. As atividades estão interligadas e o regulamento para utilização dos computadores pode ser observado no ANEXO 10 desta dissertação.

Para a diretoria do CCLN “a cidadania implica em participação. A participação no caso da cultura se dá muito na forma de utilizar aquele equipamento” e no caso da oferta de computadores gratuitos isso já “contribui para a cidadania”.

A política de inclusão existente no CCLN é avaliada por meio de estatísticas e são grandes as dificuldades enfrentadas devido a orçamentos pequenos e computadores sucateados.

3.6.5 Centro Cultural Vila Marçola – CCVM

O centro cultural Vila Marçola, um dos centros mais recentes, foi inaugurado em 18 de agosto de 2007 e é também uma conquista da população via Orçamento Participativo.

Tem como missão possibilitar o acesso aos bens culturais, possibilitar a difusão da produção cultural da cidade, a produção cultural da região, possibilitar a valorização do espaço facilitador dessa produção local e também possibilitar o aprimoramento, o desenvolvimento, o crescimento dessa produção local. É um espaço aberto à comunidade com objetivos que, segundo a diretoria do CCVM, se confundem com a missão.

Atualmente, a estrutura do centro cultural é considerada boa, é uma construção moderna e possui auditório com multimeios, uma sala de oficinas com espelho, uma biblioteca equipada com um bom acervo cultural entre outros equipamentos, tanto para uso dos usuários quanto para uso dos 12 funcionários.

O CCVM ainda não é um Ponto de Cultura, mas existe a possibilidade e a vontade de no futuro vir a ser. Essa experiência de Pontos de Cultura é considerada

interessante pela diretoria do centro, pois seria uma oportunidade de “ampliar a ação do centro cultural”.

Os usuários do CCVM ainda estão aprendendo o que seja um centro cultural, que papel o centro cultural desempenha. Mas mesmo assim, segundo um funcionário que é morador da comunidade, a demanda por inclusão digital é uma das maiores do centro cultural. Em relação às idéias de inclusão “muitos confundem com curso de informática”, e o CCVM ainda não possui nenhum programa de inclusão digital, até mesmo porque “ainda precisamos definir qual o melhor local para isso aqui no espaço”.

De acordo com a diretoria do CCVM, existe a possibilidade de parcerias para a implantação dos equipamentos no local, mas ainda não surgiu nenhuma proposta, sendo que as maiores dificuldades apresentadas são as dificuldades financeiras. O acesso aos equipamentos seria essencial para a promoção da cidadania, pois o acesso possibilitaria a ampliação do universo pessoal de conhecimento do cidadão, tornando-o mais crítico, “capaz de buscar outros caminhos na vida, mudar as formas de leitura do mundo”.

3.6.6 Centro Cultural Alto Vera Cruz – CCAVC

O Centro Cultural Alto Vera Cruz completou onze anos em dezembro de 2007. Ele foi inaugurado em 8 de dezembro de 1996 e também nasceu a partir da mobilização popular. O espaço onde está instalado o centro cultural pertencia à Associação do

Bairro Alto Vera Cruz e foi adquirido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte através do Orçamento Participativo.

De acordo com o Dirigente do Centro Cultural CCAVC a conquista pelo local a ser construído o centro cultural deve ser uma luta diária, “fazendo com que as pessoas tenham consciência que esse espaço pertence a elas”.

Ao invés de utilizar a palavra missão para designar as incumbências do CCAVC, a diretoria prefere utilizar a palavra compromisso. O compromisso do centro em relação às pessoas seria então o de “facilitar para as pessoas o entendimento sobre cultura, incluir a comunidade no espaço do centro cultural assim como incluir o centro cultural na comunidade, trabalhar com seriedade, da forma mais democrática possível, dar as pessoas, a possibilidade delas se construírem enquanto sujeitos”.

Quando se pensa nos objetivos do centro cultural eles se confundem com a missão e são acrescentadas as palavras informar, formar, incluir, produzir e facilitar no seu aspecto genérico, pois não foi especificado para quem, o que, como etc.

O Centro Cultural Alto Vera Cruz possui vários projetos ligados à cultura, como por exemplo “Caminhos da ação cultural”, “Semana Paulo Freire”, “Memória e Patrimônio”, “Olhares sobre BH”, “Projetos de incentivo à leitura” e a biblioteca. Além desses projetos, o CCAVC faz parte dos Pontos de Cultura e o interessante foi observar que o local já dispõe de computadores, mas eles não são do projeto. Eles fazem parte do projeto BH Digital, mas nunca foram ligados. De acordo com a diretoria:

“Os computadores iam funcionar à rádio, mas por vários motivos não pode ser instalada a infra-estrutura. Os computadores do Ponto de Cultura serão ligados em outra sala. Esses que estão aqui são ultrapassados e por enquanto não foram utilizados”.

Dirigente de Centro Cultural

Tendo a burocracia como maior entrave para que os projetos de inclusão digital possam realmente acontecer, o CCAVC possui computadores, mas a população nunca os utilizou. Mas acredita-se que os próximos computadores a serem disponibilizados pelo projeto Pontos de Cultura serão modernos e serão rapidamente instalados e utilizados para os projetos a serem desenvolvidos. Entretanto, o fato de só disponibilizarem computadores não constitui a inclusão digital. “Temos que incluir de outra forma, quebrar paradigmas. Por ser um lugar de formação e informação não podemos trabalhar como *lan houses* ou escolas de informática”.

“As pessoas precisam aprender a utilizar as tecnologias para a vida pessoal, no seu cotidiano, transformando-se em protagonistas da própria história”.

Atualmente, o centro cultural possui uma infra-estrutura considerada boa com salão multiuso, biblioteca com sala de processamento, 2 salas de arte, cozinha e banheiros e sete funcionários para atender à demanda local.

A política pública de inclusão digital ainda é incipiente se considerarmos os Pontos de Cultura, mas se considerarmos o BH Digital ela efetivamente nunca foi implantada. Existe a demanda da comunidade, “uma expectativa grande”, mas o que mais colabora para a implantação dessa política pública seria o empenho dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

As pessoas beneficiadas pela política de inclusão digital “deverão se construir enquanto sujeitos, e saber que as tecnologias estão aí pra todos, que é uma conquista diária”.

Como ainda não acontecem os programas de inclusão digital não existem relatórios, regulamentos, estatísticas e, efetivamente, as maiores dificuldades enfrentadas devem-se ao aparelho burocrático.

3.6.7 Centro Cultural Venda Nova – CCVN

O Centro Cultural Venda Nova foi inaugurado em 12 de agosto de 2007, resultado de movimentos culturais organizados na região de Venda Nova em meados da década de 80. Em 2000, foi aprovada a verba para a construção e implantação do CCVN no Orçamento Participativo.

O local onde está construído o CCVN é um espaço cedido pela prefeitura e é mais um equipamento surgido da demanda da população local. “É muito importante para a cidade que a população demande, do poder público, a instalação de equipamentos culturais”.

O espaço externo do CCVN é um local privilegiado com uma área de 3900m². Possui biblioteca, sala de estudos, auditório, área para administração, sala de exposição e teatro de arena. Possui equipamentos de mídia, aparelhos de som, data show, projetor, vídeo e DVD. “Dos centros hoje em funcionamento ele é um que tem

a maior área da biblioteca”. Apesar da equipe de funcionários ter múltiplas habilidades, os doze funcionários que atuam no local são poucos para a demanda existente.

Pelo pouco tempo de funcionamento, ainda não se definiu a missão, mas se sabe que ele deverá “proporcionar ao cidadão o acesso ao direito cultural previsto em lei. O cidadão deverá alcançar o direito de acesso aos bens culturais”. E seu objetivo deverá ser o de desenvolver ações que possibilitem ao cidadão o acesso ao seu direito à cultura.

O CCVN não possui nenhuma política de inclusão digital, mas afirma que “o projeto Metamorfose que trabalha com Memória e Patrimônio e ainda está sendo formatado vai utilizar como principal recurso o meio digital”.

Assim como os outros centros culturais, o CCVN possui dificuldades orçamentárias e ainda não criou sistemas de avaliações incluindo critérios que possam medir a satisfação do usuário.

3.6.8 Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira – CCLAO

O Centro Cultural Liberalino Alves de Oliveira está localizado na comunidade Pedreira Prado Lopes e foi inaugurado em 24 julho de 1989, mas só passou a fazer parte dos centros culturais da cidade em 2005, como equipamento cultural da Fundação Municipal de Cultura.

Sua missão seria a de dar direção aos trabalhos realizados dentro dos programas da área de cultura: incentivo à leitura e à formação, difusão, memória e patrimônio. O objetivo do CCLAO seria apoiar o trabalho dos grupos culturais.

A estrutura do centro cultural é considerada boa pela diretoria, possui quinze funcionários, biblioteca, sala multiuso e computadores do programa BH Digital para acesso à Internet, em uso. Entretanto durante a observação realizada para esta pesquisa, foram notadas muitas deficiências como falta de um auditório, de salas com boa acústica para aulas de percussão ou canto por exemplo.

Como Ponto de Cultura, ainda estão sendo trabalhadas as questões que irão ser desenvolvidas através do projeto. Ainda não foi instalada a infra-estrutura necessária.

“A Pedreira tem vários equipamentos, mas ela não tem um projeto direcionado para a área de inclusão digital. Tem as escolas, as escolas profissionalizantes, tem também equipamentos para pesquisa, para Internet. Mas não tem um programa, um projeto direcionado pra inclusão. Acho que é uma coisa nova pra Pedreira no qual estamos apostando muito”.

Dirigente de Centro Cultural

A demanda pelo programa existente partiu da população, aí surgiram as doações de computadores, de conexões com a internet. Foi um programa piloto que deu certo e continua até hoje. Já o Programa Pontos de Cultura surge a partir de incentivos dos Governos.

A sala onde estão instalados os computadores é a atração do centro cultural. Por não ter nenhum programa voltado para a inclusão, a equipe do CCLAO incentiva a leitura enquanto os usuários esperam pela utilização do computador.

Os usuários obedecem à ordem de chegada e enquanto isso lêem e fazem oficinas. Não pode ser acessado qualquer site, mas podem usar Orkut e jogos e os usuários têm 20 minutos para usar o computador.

“Através do Orkut podemos trabalhar a informação também. Cada centro cultural tem seus projetos a serem desenvolvidos de forma característica. Podemos levar informações para a comunidade através do Orkut por exemplo”.

Dirigente de Centro Cultural

A promoção da cidadania através de uma política pública de inclusão digital se dá “a partir do momento que o cidadão interage com a sua comunidade, com o mundo”. Considera-se que o CCLAO já possua uma caminhada na questão digital e o maior entrave para o novo projeto, o Ponto de Cultura, é a burocracia para a compra de material, assim como a definição do local a ser instalado os computadores.

Com acessos diários de aproximadamente 100 pessoas, possuem estatísticas e relatórios, mas não realizam pesquisa para saber a satisfação do usuário diante o projeto.

Diante de tantas dificuldades orçamentárias, a criatividade e as parcerias se fazem muito importantes.

3.7 Quadro síntese de fatores dos quais depende a inclusão digital

De acordo com a visita *in loco* aos centros culturais de Belo Horizonte e com os cinco fatores dos quais depende a inclusão digital citados por SORJ (2003)²¹, foram observados**:

QUADRO 1 – Os cinco fatores dos quais depende a inclusão digital

FATORES	CAVC	CCP	CCSB	CCZS	CCLN	CCVM	CCVN	CCLAO
existência de infra-estrutura física de transmissão	sim	Não	sim	Não	sim	sim	Não	sim
disponibilidade de equipamento / conexão de acesso	sim *	Não	sim *	Não	sim	Não	Não	sim
treinamento do usuário para uso do computador e da Internet	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
capacitação do usuário para aproveitamento efetivo da comunicação pela Internet	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
produção de conteúdos específicos adequados às necessidades dos diversos segmentos da população	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

* - Possui, mas não é utilizado.

** - Fonte: Elaboração própria.

²¹ Ver páginas 43 e 44.

3.8 Quadro síntese dos passos para a inclusão digital

De acordo com os quatro passos citados por RONDELLI (2003), *apud* FREIRE (2004)²², para a inclusão digital podemos dizer que antes de se preocupar com a inclusão digital deve-se preocupar com o preparo das pessoas para receber a capacitação para uso efetivo dos recursos tecnológicos:

QUADRO 2 – Os passos para a inclusão digital

PASSOS	CCAVC	CCP	CCSB	CCZS	CCLN	CCVM	CCVN	CCLAO
Oferta de computadores conectados em rede	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim
*Criação de oportunidade para que os aprendizados feitos a partir dos suportes técnicos digitais possam ser empregados no cotidiano da vida e do trabalho das pessoas.	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Entorno institucional	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
*Inovação no uso das tecnologias	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

* - Pretendem-se alcançar esses passos com a introdução e a execução do Programa Pontos de Cultura.

²² Ver página 46.

4 Um estudo com os usuários dos programas de inclusão digital dos centros culturais de Belo Horizonte

4.1 Metodologia

Foi aplicada a técnica de entrevista individual (com roteiro) ministrada de modo aprofundado, juntamente com questionários aplicados aos componentes de uma amostra intencional, o que significou um pequeno estudo de usuários que segundo FIGUEIREDO (1979):

“São investigações que se fazem para se saber o quê, os indivíduos precisam em matéria de informação, ou então para se saber se as necessidades de informação por parte dos usuários de uma biblioteca ou centro de informação estão sendo satisfeitas de maneira adequada. Através destes estudos verifica-se por que, como e para quais fins os indivíduos usam informação e quais os fatores que afetam tal uso.”

Para essa pesquisa a amostragem possui critério de representatividade qualitativa. “Pessoas ou grupos são escolhidos em função de sua representatividade social dentro da situação considerada”. Na prática da pesquisa social, a representatividade dos grupos investigados se dá por critérios quantitativos (amostragem estatisticamente controlada) e por critérios qualitativos (Interpretativa ou estatisticamente controlada).

Amostras intencionais são pequenos números de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da referência que elas apresentam em relação a um determinado assunto. Podem ser os elementos ativos da comunidade. Sobre a amostra intencional da pesquisa, considera-se:

- 17% crianças entre 10 e 11 anos;
- 23,5% adolescentes entre 12 e 21 anos;
- 58,8% adultos a partir de 22 anos.

No entanto, quando a população é ampla e o objetivo da descrição e da análise da informação é bem definido e detalhado, o questionário geralmente é indispensável.

Antes de ser aplicado em grande escala às pessoas selecionadas na amostra ou intencionalmente, o questionário é testado em um pequeno número de pessoas representativas, o que permite melhorar a formulação e tirar algumas ambigüidades de linguagem.

Entre as limitações do questionário aplicado deste modo são apontados, como inerentes ao seu caráter fechado, a pobreza da resposta, o desconhecimento dos quadros de referência, a indução da resposta pela formulação da pergunta etc. Mas, na pesquisa convencional, o uso de questionários desempenha um importante papel na obtenção de informação sobre as características sócio-econômicas e opinativas da população.

Os questionários aplicados aos usuários dos centros culturais pesquisados foram utilizados para conhecer um pouco mais sobre esse público que, a cada dia, aumenta sua importância na cidade de Belo Horizonte. Esse questionário inclui cinco perguntas, sendo quatro questões de múltipla escolha e uma aberta, além de possuir também a identificação do usuário para posterior análise. O questionário aplicado

aos usuários pode ser visualizado no ANEXO 5 desta dissertação. Esse instrumento foi aplicado concomitantemente às entrevistas com os diretores dos centros culturais, em janeiro de 2008.

4.2 Resultados

Os resultados obtidos foram divididos a partir de três grupos separados por faixas etárias:

TABELA 1 – Faixa etária dos usuários

<i>Faixa etária</i>	<i>Nº de indivíduos</i>	<i>Porcentagem da mostra</i>
10 e 11 anos	9	17,6%
12 a 21 anos	12	23,5%
a partir de 22 anos	30	58,8%
Total	51	100%

4.2.1 Grupo de crianças: 10 e 11 anos de idade

Das nove crianças que responderam sobre a frequência com que utilizam os centros culturais, 44,4% responderam que o fazem diariamente, enquanto que 55,5% visitam os centros culturais aleatoriamente.

Sobre as atividades de que participam, 66,6% das crianças disseram que freqüentam somente as oficinas, enquanto as outras atividades: biblioteca, Internet são freqüentadas por 33,3% das crianças.

Para saber se os usuários dos centros culturais gostariam de poder utilizar os computadores de forma gratuita, perguntou-se sobre a opinião de cada indivíduo sobre o assunto e a resposta foi que 77,7% achariam muito boa a oferta de mais este serviço, contra 11,1% que não tem interesse no assunto.

Sobre a necessidade de haver computadores disponíveis gratuitamente nos centros culturais e acesso à Internet, a maioria das crianças respondeu que a necessidade é baixa (44,4%), enquanto 33,3% responderam que a necessidade é alta e 11,1% responderam que a necessidade é muito alta e 11,1% não responderam.

A ajuda, na vida pessoal dessas crianças, viria através dos computadores disponíveis gratuitamente nos centros culturais, pois segundo os usuários, eles:

- “Eu iria aprender a mexer”.
- “Eu poderia conhecer o mundo virtual, fazer novos amigos, trabalhos e pesquisas”.
- “Eu poderia ser mais inteligente”.
- “Eu teria mais informações sobre coisas interessantes”.
- “Eu teria oportunidade de aprender coisas novas”.
- “Eu ia poder agradecer pela oportunidade de usar”.
- “Eu ia aprender coisas diferentes. Se alguém perguntar se eu sei fazer isso eu saberei”.
- “Eu usaria para trabalho escolar”.
- Sem resposta.

4.2.2 Grupo de adolescentes: 12 a 21 anos de idade

Dos doze adolescentes que responderam à pesquisa, a maioria (75%) freqüentam o centro cultural diariamente, enquanto 25% freqüentam o local aleatoriamente.

Sobre as atividades de que os jovens mais participam, foram escolhidas as oficinas com a maioria dos votos, 33%. A biblioteca é freqüentada por 25% dos jovens, enquanto a biblioteca e as oficinas são freqüentadas, juntas, por 16,6%. E 25% dos jovens responderam que realizam todas as atividades dos centros.

Sobre a utilização dos computadores de forma gratuita nos centros culturais, 66,6% achariam muito bom poder fazê-lo, enquanto 8,3% não tem interesse, 8,3% não responderam e 16,6% disseram não utilizar.

A maioria dos adolescentes, 50%, disseram ser muito alta a necessidade da disponibilização de computadores com Internet gratuita nos centros culturais. 25% afirmaram ser alta a necessidade, enquanto 8,3% consideram a necessidade baixa e 16,6% consideram a necessidade baixa porque o centro cultural não oferece esse serviço.

Segundo os adolescentes, a ajuda na vida pessoal seria para:

- “Trabalhos de escola e pesquisas”.
- “Proporcionar conhecimentos. Seria melhor se tivesse Internet”.
- “Na inclusão digital ajudando a abranger conhecimentos e intercâmbio para pessoas de baixa renda”.

- “Pesquisas, diversão, conhecimentos gerais”.
- “Muitos **interesses**”.
- “Conviver com diferenças, respeito a todos e ser feliz com o que temos e gostamos de fazer”.
- “Facilitar nas pesquisas escolares, mostraria um mundo fora da comunidade e apoiaria a inclusão digital”.
- “Falta de computador em casa relacionada à falta de dinheiro para freqüentar *lan houses*”.
- “Para apresentação dos grupos”.
- “Para fazer trabalhos e entrar na Internet”.

4.2.3 Grupo de adultos: acima de 22 anos de idade

Considera-se que a pesquisa realizada com o grupo de adultos foi mais consistente devido à maior maturidade nas respostas abertas dos questionários. No que tange à assiduidade, 33% dos adultos alegam freqüentar, diariamente, os centros culturais, enquanto 66,6% os freqüentam aleatoriamente.

Quanto às atividades de que eles participam a maioria, 33,3%, disseram participar, utilizando a biblioteca, enquanto 23,3% usam a biblioteca e participam das oficinas simultaneamente, 16,6% usam a biblioteca e a Internet, 13,33% participam de todas as atividades oferecidas, 6,6% usam a Internet e 3,3% participam das oficinas, biblioteca e Internet e 3,3% participam somente das oficinas.

Sobre a opinião pessoal a respeito da utilização de computadores e Internet de forma gratuita, 83,3% acham que seria muito bom, 10% acham que seria bom e 6,6% não têm interesse.

De acordo com o grupo de adultos, a necessidade de utilizar computadores e Internet de forma gratuita nos centros culturais é muito alta para 43,3% sem resposta para 36,6%, alta para 10% e baixa para outros 10% da amostra intencional.

Para os adultos, a ajuda na vida pessoal seria:

- “Para pesquisas escolares e email”;
- “Não precisar usar mais *lan house*”;
- “Busca por livros, Internet para trabalhos de escola”;
- “Internet como fonte de pesquisa”;
- “Para conhecimentos”;
- “Acesso a um conjunto de informações e serviços”;
- “Desenvolvimento e divulgação de novas idéias, facilita o intercâmbio e a realização de trabalho. Só se deve tomar cuidado para não se tornar um vício”;
- “**Nós capacita** e aprende mais”;
- “Conhecimento, desenvolvimento, pesquisas e estudo”;
- “Pesquisa e atualização”;
- “Acesso de email, pesquisa de preços, oportunidades de trabalho, concursos, notícias, saúde”;
- “Conhecimento, atualização digital e pesquisa profissional”;
- “Pesquisas escolares dos filhos”;
- “Apesar de já possuir Internet em casa, a comunidade em geral necessita”;

- “Possibilita interação cultural”;
- “Pesquisas, vida social e emails”;
- “Pesquisa sobre o mercado de trabalho e emails”;
- “Contato da informação com a sociedade”;
- “Para facilitar o meu dia-a-dia”;
- “Para facilitar a inclusão social”;
- “Suporte principal para meus propósitos e passatempo”;
- “Utiliza muito pouco a inclusão digital”;
- “Em questões de documento para trabalho, pesquisas e informações básicas”;
- “Pesquisas em geral, correio virtual, entretenimento e sem gastos com Lan House”;
- “Manter ciente a cada dia o desenvolvimento da cidadania”.

4.2.4 Comparação entre os grupos de usuários:

TABELA 2 – Freqüência dos usuários

Grupos	Freqüência Diária	Freqüência Aleatória
Crianças	4	5
Adolescentes	9	3
Adultos	10	20
Total de usuários	23	28

TABELA 3 – Atividades que participam

<i>Atividades</i>	<i>Crianças</i>	<i>Adolescentes</i>	<i>Adultos</i>
Biblioteca	0	3	10
Oficinas	6	4	1
Internet	0	0	2
Todas	3	3	4
Biblioteca e oficinas	0	2	1
Biblioteca, oficinas e internet	0	0	7
Biblioteca e internet	0	0	5

TABELA 4 - Opinião sobre a utilização gratuita dos computadores

<i>Opinião</i>	<i>Crianças</i>	<i>Adolescentes</i>	<i>Adultos</i>
Bom	0	0	3
Muito Bom	7	8	25
Não tenho interesse	2	1	2
Sem resposta	0	1	0
Não utilizo	0	2	0

TABELA 5 - Sobre a necessidade de computadores e Internet gratuita nos centros culturais

<i>Necessidade</i>	<i>Crianças</i>	<i>Adolescentes</i>	<i>Adultos</i>
Baixa por que não tem computadores	4	2	3
Alta	3	3	3
Muito alta	1	7	13
Sem resposta	1	0	11

5 Considerações Finais

Mas afinal, o que significa incluir? Pode-se definir a inclusão como a busca permanente por fluência tecnológica, para que dessa forma o indivíduo possa garantir melhorias na qualidade de vida.

O estudo sobre a inclusão digital nos centros de cultura vinculados à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, realizado por meio da observação das políticas e das práticas de inclusão digital vivenciadas nestes centros, discutiu várias questões importantes. A principal delas foi a constatação de que poucas são as ações desenvolvidas, nesta capital, para viabilizar a inclusão digital dos seus cidadãos. Sendo assim, é possível dizer que não tem ocorrido a consolidação do letramento digital para os usuários que freqüentam os poucos programas desenvolvidos neste campo. E, ainda, que as práticas lá desenvolvidas não provêem às pessoas a requerida competência informacional.

As intervenções públicas de inclusão digital encontradas são consideradas incipientes e marcadas por entraves financeiros e burocráticos, o que impossibilita, por enquanto, a compra dos materiais tecnológicos necessários para proporcionar ao grupo de usuários dos centros culturais a inclusão digital.

DEMO (2007) afirma que o acesso tecnológico sempre foi fator preponderante de inclusão social; entretanto os excluídos fazem parte do mesmo "sistema". O

problema é que são incluídos na margem e permanecem marginalizados “ainda que um pouco dentro do sistema”.

A questão da inclusão na margem ocorre quando os programas de inclusão digital não se preocupam com o letramento dos indivíduos ou com a formação da competência informacional dos mesmos ou, ainda, ao fornecerem computadores obsoletos ou sucateados para as pessoas que desejam ser inseridas no mundo digital.

A pesquisa de campo mostra, através de diversos relatos sobre as formas de disponibilização de computadores, que raramente são destinadas verbas para a compra de equipamentos. Em geral, são doados por grandes empresas, já usados, cabendo ao poder público consertá-los para disponibilizá-los à população. Quando são destinadas verbas para a compra de novos equipamentos, os entraves burocráticos são tão grandes que a espera pode demorar vários meses.

As políticas e práticas observadas não contribuem para o letramento digital dos usuários, apenas proporcionam acesso às máquinas. Faltam estratégias voltadas para os programas de inclusão, que incluam o desenvolvimento da competência informacional e do letramento digital. É importante ressaltar que só o acesso às máquinas não caracteriza inclusão digital.

Antes de incluir a competência informacional e o letramento digital para a inclusão digital da população usuária é necessário difundir os dois conceitos, assim como proporcionar aos funcionários dos centros culturais fluência tecnológica através de

qualificação de excelência. Percebe-se que o problema da exclusão digital começa com os próprios funcionários, pois muitos reclamam de não saberem operar os equipamentos.

Foram observadas práticas de inclusão digital somente em dois centros culturais da cidade, não incluídos no atual programa público proposto. Essas práticas não permitiram uma reflexão em torno do usuário, sobre o uso de ferramentas que possam melhorar sua capacidade criativa, fazendo com que ele se torne um cidadão mais crítico. A observação dessas práticas nos faz concluir que ela se limite à disponibilização de acesso à Internet, sem agregar sentido.

Faz-se necessário salientar que as práticas realizadas são superficiais e terminam reproduzindo o modelo das *lan houses*, apesar de os espaços culturais públicos da cidade criticarem tal modelo. O que ocorre, na prática, é que não há suporte, nem treinamento de pessoal para que os centros culturais façam a diferença.

A proposta sugerida pelo programa Pontos de Cultura é muito interessante uma vez que se propõe trabalhar a inclusão digital a partir da cultura. Vale ressaltar que este será mais um projeto a integrar o conjunto de vários outros que acontecem nos centros culturais, ou seja, a inclusão digital ocorrerá a partir de atividades já desenvolvidas nos mesmos. É interessante enfatizar que todos os diretores dos centros sabem que o projeto exista, já existem informações no *site* do Governo Federal, mas ninguém tem a certeza de como será o projeto. Também, devido a entraves burocráticos e financeiros, os equipamentos não foram instalados e os funcionários dos centros culturais ainda não receberam treinamento.

É necessário esclarecer que não se obteve resposta do responsável pelo programa de inclusão digital da Fundação Municipal de Belo Horizonte, quando foi indagado sobre a relação da Fundação com a questão da competência informacional. Faz-se indispensável ressaltar a importância deste conceito para um melhor aproveitamento das políticas de inclusão digital implantadas nos Centros Culturais de Belo Horizonte.

Outra questão relevante é que apesar dos centros culturais já figurarem na lista de Pontos de Cultura, nenhum, até o momento, possuía os equipamentos para dar início às atividades de inclusão digital. Os funcionários dos centros culturais que irão participar desta proposta têm conhecimentos sobre o Programa, entretanto ainda não sabem que tipos de equipamentos irão receber e nem quando terão o treinamento necessário para operar tais equipamentos.

Vale mencionar que a PRODABEL, além de atuar como suporte e assistência técnica também possui programas de inclusão próprios que se baseiam no usuário enquanto cidadão, como por exemplo o BH Digital²³.

A população da cidade de Belo Horizonte, através do Orçamento Participativo Digital, solicita cada vez mais a implantação de equipamentos culturais. Há indícios de que os cidadãos estão entendendo a cultura como direito e dever do Estado.

²³ Folder do Programa em anexo.

A dissertação, ora apresentada, pretende ser difusora de conceitos tais como letramento e competência informacional. Esses são fundamentais para que instituições, tais como a Fundação Municipal de Cultura, como proponentes de projetos de inclusão digital a partir dos Pontos de Cultura, possam melhor conhecer, sistematizar e adotá-los como referentes conceituais. Assim, poderiam levá-los para a realidade dos Centros Culturais buscando proporcionar aos seus usuários, além do acesso às tecnologias, também certa fluência tecnológica. Dessa forma, acredita-se, poderia reduzir-se a chamada “inclusão na margem” e favorecer a efetiva inclusão digital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

1. ABRANCHES, Sérgio Henrique; SANTOS, Wanderley Guilherme dos; COIMBRA, Marco Antônio. *Política social e combate à pobreza*. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987. p. 9-31.
2. AFONSO, Carlos A. Internet no Brasil: O Acesso para todos é possível? *Policy Paper*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, n.26, set., 2000. Disponível em: <
<http://federativo.bndes.gov.br/destaques/egov/docs/lldes.pdf>> Acesso em: 30 mai. 2006.
3. AGUIAR, Sônia. Observatório da cidadania: monitorando as políticas públicas em âmbito global. Brasília: *Ciência da Informação*, v.28, n.2, mai./ago. 1999.
4. ALMEIDA, Maria Elizabeth Bianconcini de. Letramento digital e hipertexto: contribuições à educação. In: PELLANDA, Nize Maria Campos; SCHÜNZEN, Elisa Tomoe Moruça, SCHÜNZEN JR., Klaus. (Orgs.) *Inclusão digital: tecendo redes afetivas, cognitivas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. P.171-192.
5. ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. 2.ed. São Paulo: Thompson Learning, 1999. 203p.
6. AMADEU, S. *Exclusão Digital: a miséria na era da informação*. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2001. 46p.
7. AMERICAN ASSOCIATION OF SCHOOL LIBRARIANS / ASSOCIATION FOR EDUCATIONAL COMMUNICATIONS AND TECHNOLOGY. Information literacy standards for student learning: standards and indicators. Chicago: ALA, c1998. Disponível em: <
http://www.ala.org/ala/aasl/aaslproftools/informationpower/InformationLiteracyStandards_final.pdf>. Acesso em: 09 de mai. de 2006.
8. AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. Information literacy standards for student learning: standards and indicators. Disponível em: <
http://www.ala.org/aasl/ip_nine.html> Acesso em: 26 jul. 2007.
9. ANDALÉCIO, Aleixina Maria Lopes. *O uso de ferramentas de tecnologia da informação e comunicação no desenvolvimento da pesquisa em Ciências Sociais: possibilidades e competências*. 117 f. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) –, Universidade Federal de Minas Gerais, 2004.

10. ARANHA, Antônia Vitória Soares; CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi. Formação e ocupação profissional no modelo de competência: maior inclusão social?. Belo Horizonte: *Revista de Administração da FEAD – Minas*, v.1, n.2, p. 41-53, dez. 2004.
11. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. 352 p.
12. ASSMANN, Hugo; SUNG, Jung Mo. *Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.p. 331p.
13. AUN, Marta Pinheiro. Políticas de informação; Políticas emergentes na sociedade da informação: o olhar formal. In:__. *Antigas nações, novas redes: as transformações do processo de construção de políticas de informação*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBCT/ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.
14. BAGGIO, Rodrigo. A sociedade da informação e a infoexclusão. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n.2, p. 16-21, mai./ago. 2000.
15. BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette. A inclusão digital como forma de inclusão social. In: BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette; TOME, Takashi (Orgs.). *Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão social*. São Paulo: Paulinas, 2005. 368p. (Comunicação – estudos).
16. BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette; TOME, Takashi. (Orgs.). *Mídias digitais: convergência tecnológica e inclusão social*. São Paulo: Paulinas, 2005.368p. (Comunicação - estudos).
17. BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. 141p.
18. BELLUZZO, Regina Célia Baptista; KOBAYASHI, Maria do Carmo Monteiro; FERES, Glória Georges. Information Literacy: um indicador de competência para a formação permanente de professores na Sociedade do Conhecimento. *Educação temática digital*, Campinas, v.6, n.1, p. 81-99, dez. 2004.
19. BELLUZZO, Regina Célia Baptista. Competências na era digital: desafios tangíveis para bibliotecários e educadores. *Educação temática digital*, Campinas, v.6, n.2, p. 27-42, jun. 2005.
20. BELO HORIZONTE. Centros Culturais. Disponível em: <<http://portal1.pbh.gov.br/pbh/index.html?idNv2=195&idConteudoNv2=&emConstrucaoNv2=N&verServicoNv2=&idNivel1Nv2=10&nivel3=S>>Acesso em: 25 mar. 2008.

21. BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. 13.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 351 p. (Legislação brasileira A, v.5).
22. BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. *Dez mandamentos para a biblioteca pública ser útil ao município*. Brasília, 1973. 62p.
23. BRASIL. Ministério da Cultura. Pontos de Cultura. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/?page_id=31 > Acesso em: 25 mar. 2008.
24. BRASIL. Portal da Inclusão Digital Disponível em:< <http://www.inclusaodigital.gov.br>>. Acesso em: 13 mai. 2006.
25. BRITO, Rovilson Robbi. Sociedade, novas tecnologias de comunicação e a possibilidade de articulação de espaços públicos de debate e embate. In: SOUSA, Mauro Wilton de (Org.). *Recepção mediática e espaço público: novos olhares*. São Paulo: Paulinas, 2006. P. 199-214. (Pastoral da comunicação: teoria e prática. Comunicação e cultura).
26. BRUCE, Christine Susan. Information literacy as a catalyst for educational change: a background paper. White Paper prepared for UNESCO, the U.S. National Commission on Libraries and Information Science, and the National Forum on Information Literacy, for use at the Information Literacy Meeting of Experts, Prague, The Czech Republic. Disponível em: < <http://www.nclis.gov/libinter/infolitconf&meet/papers/bruce-fullpaper.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2007.
27. BUZATO, Marcelo. Letramento digital abre portas para o conhecimento. Disponível em: < <http://www.icoletiva.com.br/icoletiva/secao.asp?tipo=entrevista&id=15> > Acesso em: 01 out. 2005.
28. CAMPELLO, Bernadete et al. *A biblioteca escolar: temas para uma política pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. p. 9-11.
29. CAMPELLO, Bernadete. O movimento da competência informacional: uma perspectiva para o letramento informacional. *Ciência da Informação*, Brasília, v.32, n.3, p. 28-37, set./dez. 2003.
30. CARDOSO, Ana Maria P.; NOGUEIRA, Maria Cecília Diniz. Projeto de implantação do Centro de Cultura de Belo Horizonte. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte v.23, n. 2, p. 203-216, jul./dez. 1994.
31. CARDOSO, Ruth. Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21, São Paulo, *São em perspectivas*, v.18, n.2, abr./jun. 2004.

32. CARVALHO, Alysso (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
33. CARVALHO, José Murilo. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, Newton (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. P.105-131.
34. CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet*: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2003. P.203-233.
35. CEPIK, Marco. Direito à informação: situação legal e desafios, Belo Horizonte, *Informática pública*, v.2, n.2, p. 43-56, dez. 2000.
36. COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural*: cultura e imaginário. 2.ed. São Paulo: FAPESP; Iluminuras, 1999.383p.
37. COELHO, Teixeira. *O que é ação cultural*. São Paulo: Brasiliense, 2006. 94p. (Primeiros Passos, 216).
38. COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Informação, trabalho e tempo livre: políticas de informação para o século XXI. Brasília, *Ciência da Informação*, v.28, n.2, mai./ago. 1999.
39. COSTA, Leonardo. *Inclusão Digital*: uma análise de projetos realizados em salvador. In: ENLEPICC, 5, 2005, Bahia. Disponível em:<<http://www.gepicc.ufba.br/enlepcc/pdf/LeonardoCosta.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2006.
40. COTRIM, Gilberto. *História global*: Brasil e geral. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2002. 608p.
41. COULON, Alain. Etnometodologia e educação. In: FORQUIN, Jean Claude (Org.) *Sociologia da Educação*: dez anos de pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1995. p.299-350
42. COUTO, Cláudio Gonçalves. *Constituição, competição e políticas públicas*. São Paulo, *Lua Nova*, n.65, mai./ago. 2005. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em 12 ago. 2007.
43. CRUZ, Renato. *O que as empresas podem fazer pela inclusão digital?*. São Paulo: Instituto ETHOS, 2004.112p.
44. CUNHA, Edite da Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysso (Org.). *Políticas públicas*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. P. 11-25.

45. DARELLI, Lúcio Eduardo. *Telecentro como instrumento de inclusão digital para o e-gov brasileiro*. 2002. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina, FLORIANÓPOLIS, Santa Catarina, 2002.
46. DEMO, Pedro. *Política social do conhecimento: sobre futuros do combate à pobreza*. Petrópolis: Vozes, 2000. 93p.
47. DEMO, Pedro. Inclusão digital: cada vez mais no centro da inclusão social. *Inclusão Social*, Brasília, v.1, n.1, p. 36-38, out./mar. 2005.
48. DEMO, Pedro. Marginalização Digital: digital divide. *Boletim Técnico do SENAC: a revista da educação profissional*, Rio de Janeiro, v.33, n.2, p. 4-19, maio/ago. 2007.
49. DUDZIAK, Elizabeth Adriana. Information Literacy: princípios, filosofia e prática. Brasília: *Ciência da Informação*, v.32, n.1, p. 23-35, jan./abr. 2003.
50. DUDZIAK, Elizabeth Adriana. Information Literacy Education: integração pedagógica entre bibliotecários e docentes visando a competência em informação. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/47.a.pdf>> Acesso em: 26 jul. 2007.
51. EISENBERG, José; CEPIK, Marco. Internet e as instituições políticas semiperiféricas. In.: EISENBERG, José; CEPIK, Marco (Orgs.). *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 293-314 (Humanitas).
52. FALEIROS, Vicente de Paula. *O que é política social*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006. 83p. (Primeiros passos, 168).
53. FERNANDES, Antônio Sérgio Araújo. Políticas públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, Humberto; MARTINS JÚNIOR, José Paulo; (Orgs.). *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus, 2007. 303 p. (Ciências sociais).
54. FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986. 1838 p
55. FERREIRA, Maria Mary. Políticas públicas de informação e políticas culturais: e as bibliotecas públicas para onde vão?. *Transinformação*, Campinas, v.18, n.2, p. 113-122, mai./ago. 2006.
56. FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janína (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. 6.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005. 277p.
57. FERREIRA, Nilda Tevês. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. p.19-31.

58. FIALHO, Janaína Ferreira. *A formação do pesquisador juvenil: um estudo sob o enfoque da competência informacional*, 2004. 130f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Escola de Ciência da Informação, UFMG. Belo Horizonte.
59. FIGUEIREDO, Nice de Menezes. *Avaliação de coleções e estudo de usuários*. Brasília: Associação dos bibliotecários do Distrito Federal, 1979. p.77-96.
60. FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972. 256p.
61. FREIRE, Paulo. *Política e educação: ensaios*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995. 119p. (Questões de nossa época, 23).
62. FREIRE, Isa Maria. O desafio da inclusão digital. *Transinformação*, Campinas, v.16, n.2, p.189-194, maio/ago. 2004.
63. FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. 42 ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Questões de nossa época, 13).
64. FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Biblioteca pública: princípios e diretrizes*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2000. 160p. (Documentos técnicos, 6).
65. GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 4.ed. São Paulo: 1994, 207p.
66. GLÓRIA, Juliana Silva. *Letramento digital: estudo sobre práticas escolares de leitura e escritura no computador*, 2004. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, UFMG. Belo Horizonte.
67. GOLDENBERG, Miriam. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 107p.
68. GOMES, Elisabeth. Exclusão digital: um problema tecnológico ou social? *Instituto de estudos do trabalho e sociedade*. Rio de Janeiro: Trabalho e sociedade, ano 2 - nº especial – dez. 2002. Disponível em: <
http://www.iets.inf.br/biblioteca/Exclusao_digital_um_problema_tecnologico_ou_social.pdf> Acesso em: 26 abr. 2006.
69. GUEDES, Clediane de Araújo; FARIAS, Gabriela Belmont. Information Literacy: uma análise nas bibliotecas escolares da rede privada em Natal / RN. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v.4, n.2, p.110-133, jan./jun. 2007.

70. GUESSERL, Adalto H. A etnometodologia e a análise da conversação e da fala. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, Florianópolis, v.1, n.1,p. 149-168, ago./dez. 2003.
71. HABERMAS, Jurgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 397 p. (Biblioteca Tempo Universitário,76).
72. HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2925 p.
73. INCLUSÃO DIGITAL. Disponível em: <<http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/outros-programas>> Acesso em: 07 ago. 2007.
74. INCLUSÃO DIGITAL. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/9751.html>> Acesso em: 07 ago. 2007.
75. INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ITI. *Projeto Casa Brasil*. Disponível em: <<http://iti.br/twiki/bin/view/Main/CasaBrasil>>. Acesso em: 5 abr. 2006.
76. KLEIMAN, Angela (Org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
77. La Biblioteca Pública. Disponível em: <<http://travesia.mcu.es/documentos/bp-def.asp>> Acesso: 10 set. 2005.
78. LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 406 p.
79. LASTRES, Helena Maria Martins. Ciência e tecnologia na Era do Conhecimento: um óbvio papel estratégico? *Brasília, Parcerias Estratégicas*, v.9, p. 14-21, out. 2000.
80. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: ArtMed, 1999. 340p.
81. LE COADIC, Yves- François. *A ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. 118p.
82. LEMOS, Antônio Agenor Briquet de. Bibliotecas. In: CAMPELLO, Bernadete Santos; CALDEIRA, Paulo da terra; MACEDO, Vera Amália

- Amarante. *Formas e expressões do conhecimento: introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. P. 347 – 366.
83. LESBAUPIN, Ivo. *Poder local x exclusão social: a experiência de prefeituras democráticas no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000. 102p.
84. LETRAMENTO DIGITAL. Disponível em: www.ufmg.br/rede.le/aredele.html Acesso em: 28 jul. 2007.
85. LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: 34, 1999. 264p. (Trans.).
86. LIMA, Jussara Borges de; MACHADO, Lurdes Regina B.L. (2004) Política de informação para alfabetização digital. In *Proceedings CINFORM - Encontro Nacional de Ciência da Informação V*, Salvador - Bahia.
87. LUCAS, Clarinda Rodrigues. As tecnologias de informação e a exclusão digital. Campinas, *Transinformação*, v.14, n.2, p. 159-165. jul./dez. 2002.
88. MACADAR, Marie Anne. *Desmistificando a inclusão digital*. São Paulo: Revista eletrônica do terceiro setor de Integração, 2002. Disponível em: < <http://integracao.fgvsp.br/ano5/20/opinioa.htm> > . Acesso em: 25 mai. 2006.
89. MACE, Eduardo. *Bibliotecas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: Socinfo, 2001. Disponível em: [http://portalfust.socinfo.org.br/Docs10 jun. 2005](http://portalfust.socinfo.org.br/Docs10jun.2005).
90. MANGUE, Manuel Valente. *Consolidação do processo de informatização em sistemas de bibliotecas universitárias da África do Sul, Brasil e Moçambique*. 289 f. 2007. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –, Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
91. MANTOVANI, Flávia. *Exclusão digital, inclusão digital as tecnologias da informação como fatores de exclusão e inclusão social*. Disponível em: < <http://www.eci.ufmg.br/memex/DiscoRigido/edicao2/nave2.htm> > Acesso em: 05 mai. 2005.
92. MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. 78p. (Primeiros passos, 250).
93. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005. 315p.
94. MARTINS, Jeová Dias. O ciclo das políticas públicas e o Estado contemporâneo: tendências e desafios. In: SERVIÇO PASTORAL DOS

- MIGRANTES (Org.) *Travessias na desordem global: fórum social das migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005. 349-354.
95. MAUÉS, Olgaíses. Os organismos internacionais e as políticas públicas educacionais no Brasil. In: GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira (Org.). *Currículo e políticas públicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 10-11.
96. MEIHY, José Carlos Sebe bom. *Manual de história oral*. 4.ed. São Paulo: Loyola, 1996. 246p.
97. MILANESI, Luiz. *Ordenar para desordenar: centros de cultura e bibliotecas públicas*. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 261p.
98. MILANESI, Luís. *A casa da invenção: biblioteca, centro de cultura*. 3.ed. São Caetano do Sul: Ateliê editorial, 1997. 270p.
99. MILANESI, Luís. *Centro de Cultura: forma e função*. São Paulo: Hucitec, 1990. (Linguagem e Cultura, 19). 91p.
100. MINAS GERAIS. Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte. Disponível em: < http://portal2.pbh.gov.br/pbh/srvConteudoArq/lei-organica-pbh.pdf?id_conteudo=4058&id_nivel1=-1 > Acesso em: 25 mar. 2008.
101. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994.
102. MIRANDA, Silvânia Vieira. Identificando competências informacionais. *Brasília: Ciência da Informação*, v.33, n.2, p. 28-37, mai./ago. 2004.
103. MORAES, Reginaldo C. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado – Sociedade. *Campinas, Educação e Sociedade*, v.23, n.80, p. 13-24, set. 2002.
104. NERI, Marcelo Côrtes (Org.). *Mapa da exclusão digital*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.
105. OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.40, n.2, mar./abr. 2006.
106. OLIVEIRA, Maria Marly de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007. 182p.
107. PELLANDA, Nize Maria Campos; SCHLÜNZEN, Eliza Tomoe Moriza; SCHLÜNZEN JUNIOR, Klaus (Org.) *Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/cognitivas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

108. PERRENOUD, Philippe. *Construir as competências desde a escola*. Porto Alegre: ArtMed, 1999. p.19-48.
109. PICONEZ, Stela C. Bertholo. Inclusão social e inclusão digital: elementos dinamizadores da inteligência coletiva e os desafios permanentes da educação básica. *Momento do professor: revista de educação continuada*, São Paulo, ano 3, n. 1, p. 36-44, verão 2006.
110. PORCARO, Rosa Maria. *Tecnologia da comunicação e informação e desenvolvimento: políticas e estratégias de inclusão digital no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
111. REVISTA INCLUSÃO SOCIAL. Disponível em: <<http://www.ibict.br/revistainclusaosocial>>. Acesso em: 09 abr. 2006.
112. REZENDE, Laura V.R. *O processo de alfabetização em informação inserido em projetos de inclusão digital: uma análise crítica*. Salvador: VI CIFORM, 2005. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000521/>>
113. RIBEIRO, Ana Elisa. *Ler na tela: novos suportes para velhas tecnologias*. 2003. 97f. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) Faculdade de Letras, UFMG. Belo Horizonte.
114. RIBEIRO, Marlene. Exclusão e educação social: conceitos em superfície e fundo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v.27, n.94, p.155-178, jan./abr. 2006.
115. RIOS, Terezinha Azerêdo. *Ética e competência*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1994. P. 46-67. (Questões de nossa época, 16).
116. RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética, ciência e inclusão social. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 118-128.
117. ROCHA, Marisa Perrone Campos. A questão da cidadania na sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.29, n.1, p.40-45, jan./abr. 2000.
118. ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; ODDONE, Nanci. Políticas públicas para o livro, leitura e biblioteca. *Ciência da Informação*, Brasília, v.35, n.3, p. 183-193, set./dez. 2006.
119. SEABRA, Carlos. Inclusão digital: desafios maiores que as simples boas intenções. Disponível em: <www.cidec.futuro.usp.br/artigos/artigo6.html> Acesso em: 05 mai. 2005.

120. SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 335p.
121. SILVA FILHO, Antonio Mendes da. Os três pilares da inclusão digital. *Revista Espaço Acadêmico*. Ano III, n. 24, mai. 2003. Disponível em: < <http://www.espacoacademico.com.br/024/24amsf.htm> > Acesso em: 04 abr. 2006.
122. SILVA NETO, Calixto. *O programa de inclusão digital do governo brasileiro: análise sob a perspectiva da intersecção entre Ciência da Informação e interação humano – computador*. 2006. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.
123. SILVA, Helena et al. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 34, n.1, p. 28-36, jan./abr. 2005.
124. SILVA, Vera Alice. Reflexões sobre aspectos políticos de políticas públicas. *Pensar BH / Política Social*, Belo Horizonte, p. 26-30, dez.2005/fev. 2006.
125. SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Internet, governo e cidadania. *Ciência da Informação*, Brasília, v.30, n.2, p. 80-90, mai./ago. 2001.
126. SIMAN, Angela Maria. *Políticas públicas: a implementação como objeto de reflexão teórica e como desafio prático*. 2005. p.28-41. (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.
127. SOARES, Magda. Letramento / alfabetismo: Dicionário crítico da educação. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte v.2, n.10, p. 83-89. jul./ago. 1996.
128. SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2.ed. Belo horizonte: Autêntica, 2003. 125p.
129. SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=50101-73302002008100008 >. Acesso em: 15 jun. 2005.
130. SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. *Campinas, Educação e Sociedade*, v.23, 81, dez. 2002. Disponível em: < www.scielo.br > Acesso em: 24 ago. 2006.

131. SORJ, Bernardo. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Brasília: UNESCO, 2003. 176p.
132. SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. São Paulo, *Novos Estudos CEBRAP*, n.72, jul. 2005. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 12 ago. 2003.
133. SORJ, Bernardo; GUEDES, Luís Eduardo. *Exclusão Digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas*. Novos estud. - CEBRAP. [online]. jul. 2005, n.72, p.101-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002005000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 Maio 2006.
134. SOUZA, Celina. *Políticas públicas: uma revisão de literatura*. Porto Alegre, *Sociologias*, n.16, jul./dez. 2006. Disponível em: <www.scielo.br> Acesso em: 4 ago. 2007.
135. SUAIDEN, Emir. *Biblioteca pública e informação à comunidade*. São Paulo: Global, 1995.112p.
136. SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 29, n.2, p. 52-60, mai./ago. 2000.
137. TAKAHASHI, Todao (Org.) *Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde*. Brasília: MCT, 2000. 152p.
138. TFOUNI, Leda Verdiani. *Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso*. Campinas, SP: Pontes, 1988. 131p.
139. TFOUNI, Leda Verdiani. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1995. 104p. (Questões da nossa época, 47).
140. THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 3.ed. São Paulo: Polis, 1982. 270p. (Teoria e história, 6).
141. THIOLENT, Michel. *Metodologia de pesquisa – ação*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1988. 108p. (Temas básicos de pesquisa ação).
142. VIRKUS, Sirje. Information Literacy in Europe: a literature review. *Information research*, v.8, n.4, 2003. Disponível em:<<http://informationr.net/ir/8-4/paper159.html>> Acesso em: 28 jul. 2006.
143. ZARIFIAN, Philippe. *O modelo da competência: trajetória histórica, desafios atuais e propostas*. São Paulo: Senac São Paulo, 2003. 192p.

ANEXO 1

Roteiros de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CHEFE DO DEPARTAMENTO DE INCLUSÃO DIGITAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Nome:
- Escolaridade:
- Profissão:
- Cargo / Função:
- Tempo de trabalho no cargo / na instituição

PERGUNTAS

1. Os projetos da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte aplicam o conceito de competência informacional?
2. Quais as principais características dos projetos da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte?
3. Os projetos utilizam os sistemas de avaliação como indicadores para mensuração de impacto, eficiência e eficácia dos mesmos?
4. Como se dá a promoção da cidadania nesses projetos?
5. Qual a tecnologia utilizada?

6. Qual a metodologia utilizada?
7. Quais atividades realizadas?
8. Na sua opinião, qual o impacto da iniciativa na qualidade de vida ou no comportamento das pessoas?
9. Quais as diretrizes do programa Internet cidadã?
10. O processo de implantação do programa é de cima para baixo ou de baixo para cima?
11. Quais as metas desejadas?
12. Quais os efeitos do programa na população alvo?
13. Possuem algum meio de avaliação das políticas como relatórios e estatísticas?
14. Possui alguma pesquisa cujo critério de avaliação seja a satisfação do usuário do programa?
15. Houve ou há dificuldades orçamentárias e/ou operacionais para a implementação do projeto. Quais são / foram?

ANEXO 2

Roteiros de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CHEFE DO DEPARTAMENTO DE CENTROS CULTURAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Nome:
- Escolaridade:
- Profissão:
- Cargo / Função:
- Tempo de trabalho no cargo / na instituição

PERGUNTAS

1. Como a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte entende o Centro Cultural?
2. Qual a definição de Centro Cultural?
3. Qual a missão e a finalidade dos Centros Culturais em Belo Horizonte?
4. Qual a realidade dos Centros Culturais no caso de Belo Horizonte?
5. Como funciona a parceria entre PRODABEL e Fundação Municipal de Cultura no que diz respeito aos programas de inclusão digital que acontecem nos Centros Culturais?

6. Os projetos de inclusão digital que acontecem nos Centros Culturais aplicam o conceito de competência informacional?
7. Quais as principais características dos projetos de inclusão digital?
8. Como se dá a promoção da cidadania nesses projetos?
9. Qual a tecnologia utilizada?
10. Qual a metodologia utilizada?
11. Quais atividades realizadas?
12. Na sua opinião, qual o impacto da iniciativa na qualidade de vida ou no comportamento das pessoas que freqüentam os Centros Culturais?
13. Quais os efeitos do programa na população alvo?
14. Os Centros Culturais possuem algum meio de avaliação das políticas como relatórios e estatísticas?
15. Possui alguma pesquisa cujo critério de avaliação seja a satisfação do usuário do programa?
16. Houveram ou há dificuldades orçamentárias e/ou operacionais para a implementação do projeto. Quais são / foram?

ANEXO 3

Roteiros de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM O DIRETORIA DE INCLUSÃO DIGITAL DA PRODABEL – EMPRESA DE INFORMÁTICA E INFORMAÇÃO DE BELO HORIZONTE

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Nome:
- Escolaridade:
- Profissão:
- Cargo / Função:
- Tempo de trabalho no cargo / na instituição

PERGUNTAS

17. Como a PRODABEL atua para minimizar o problema da exclusão digital?
18. Como a PRODABEL atua nos projetos de Inclusão digital da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte?
19. Quais as propostas de inclusão digital da PRODABEL?
20. Neste sentido, o que faz a Diretoria de Inclusão Digital? Onde ela atua?
21. O programa “Internet cidadã” foi o primeiro programa de inclusão digital? Este programa ainda existe? Quais foram os benefícios? O que ele visava?
22. Só a parte tecnológica fica com a PRODABEL ou também há uma preocupação com o lado social dos projetos?

23. Como funciona a parceria entre PRODABEL e Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte?
24. Os projetos da PRODABEL aplicam o conceito de competência informacional?
25. Quais as principais características dos projetos da PRODABEL?
26. Os projetos utilizam os sistemas de avaliação como indicadores para mensuração de impacto, eficiência e eficácia dos mesmos?
27. Como se dá a promoção da cidadania nesses projetos?
28. Qual a tecnologia utilizada?
29. Qual a metodologia utilizada?
30. Quais atividades realizadas?
31. Em sua opinião, qual o impacto da iniciativa na qualidade de vida ou no comportamento das pessoas?
32. Quais as diretrizes do programa Internet cidadã?
33. O processo de implantação do programa é de cima para baixo ou de baixo para cima?
34. Quais as metas desejadas?
35. Quais os efeitos do programa na população alvo?
36. Possuem algum meio de avaliação das políticas como relatórios e estatísticas?
37. Possui alguma pesquisa cujo critério de avaliação seja a satisfação do usuário do programa?

38. Qual foi o ciclo dessa política pública? como se deu?

39. Houve ou há dificuldades orçamentárias e/ou operacionais para a implementação do projeto. Quais são / foram?

ANEXO 4

Roteiros de Entrevistas

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DIRETORES DOS CENTROS CULTURAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome:

Idade:

Escolaridade:

Profissão:

Cargo / Função:

Tempo de trabalho no cargo / instituição:

CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE PESQUISADA

Nome:

Data de criação (história):

Missão:

Objetivos:

Estrutura:

PERGUNTAS PARA A ENTREVISTA

- 1) O Centro de Cultura ... possui alguma política pública de inclusão digital?
- 2) Se sim, conte como aconteceu à implantação da política. Foram os usuários que sugeriram a implantação de computadores com acesso à Internet no Centro?
- 3) Qual comportamento é assumido pelos usuários que interagem com as tecnologias de informação frente aos serviços oferecidos pelos Centros Culturais?
- 4) Quais as regras para a utilização dos computadores?

- 5) Qual o tipo de acesso é o mais observado? Consultas escolares, sites de empregos, diversão, jogos?
- 6) Como se dá a promoção da cidadania através da política pública de inclusão digital que acontece no Centro?
- 7) Se ainda não acontece alguma política pública de inclusão digital, o que está impedindo tal implantação no Centro?
- 8) Em sua opinião, qual o impacto da iniciativa na qualidade de vida ou no comportamento das pessoas?
- 9) Possuem algum meio de avaliação da política como relatórios e estatísticas?
- 10) Possui alguma pesquisa cujo critério de avaliação seja a satisfação do usuário do programa?
- 11) Houve ou há dificuldades orçamentárias para a implementação do projeto. Quais são / foram?

ANEXO 5

Questionário

QUESTIONÁRIO COM USUÁRIOS DOS CENTROS CULTURAIS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Nome:
- Idade:
- Escolaridade:
- Profissão:
- E-mail:

PERGUNTAS

1) Com qual freqüência visita o Centro Cultural:

- a. Diariamente
- b. Às vezes

2) De quais atividades oferecidas pelo Centro participa:

- a. Biblioteca
- b. Oficinas
- c. Internet Gratuita
- d. Todas

3) Se você utiliza os computadores no Centro Cultural, o que acha de poder utilizá-los de forma gratuita:

- a. Bom
- b. Muito Bom
- c. Não tenho interesse

4) Se o Centro Cultural ainda não oferece o serviço de Internet gratuita, como você caracterizaria a necessidade deste serviço:

- a. () Baixa
- b. () Alta
- c. () Muito Alta

5) Fale como este serviço ajuda ou ajudaria em sua vida pessoal:

ANEXO 6

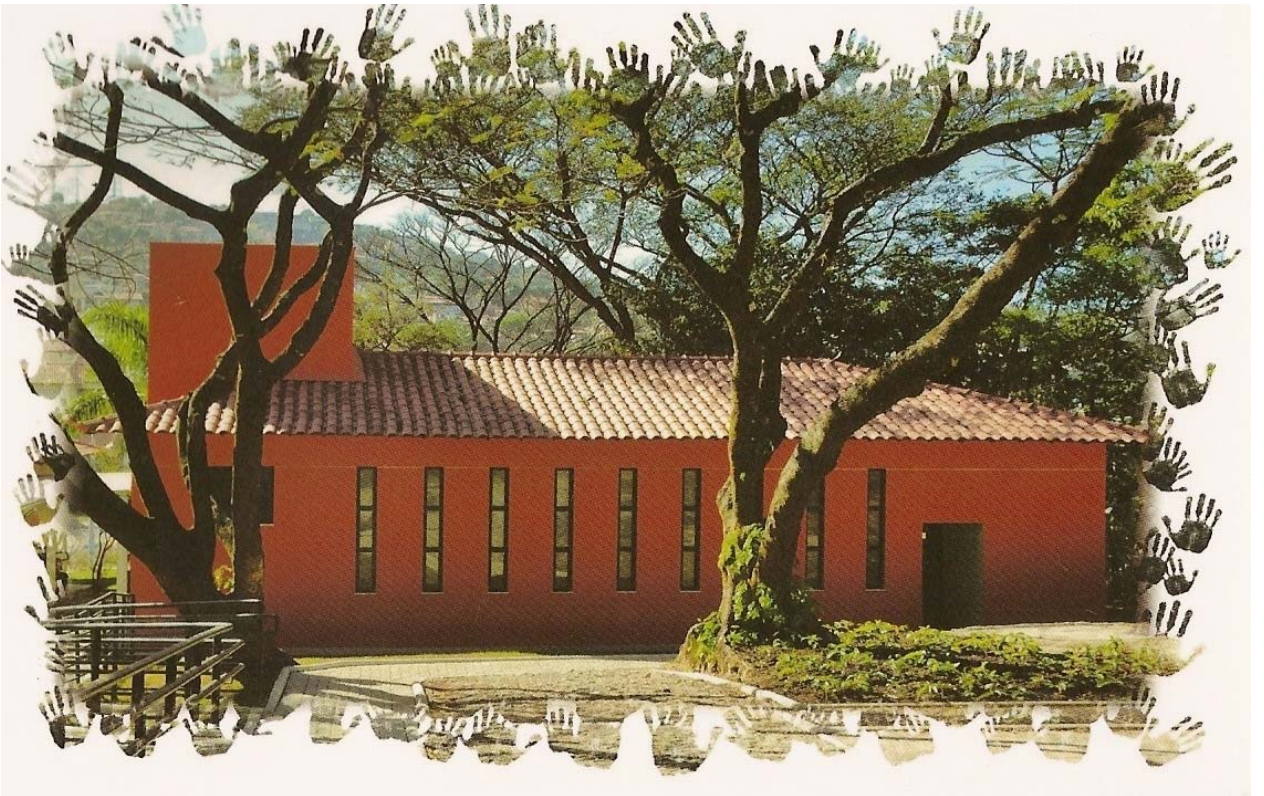
FOTOS DOS CENTROS CULTURAIS VISITADOS

São Bernardo:





Venda Nova:







Zillah Spósito:

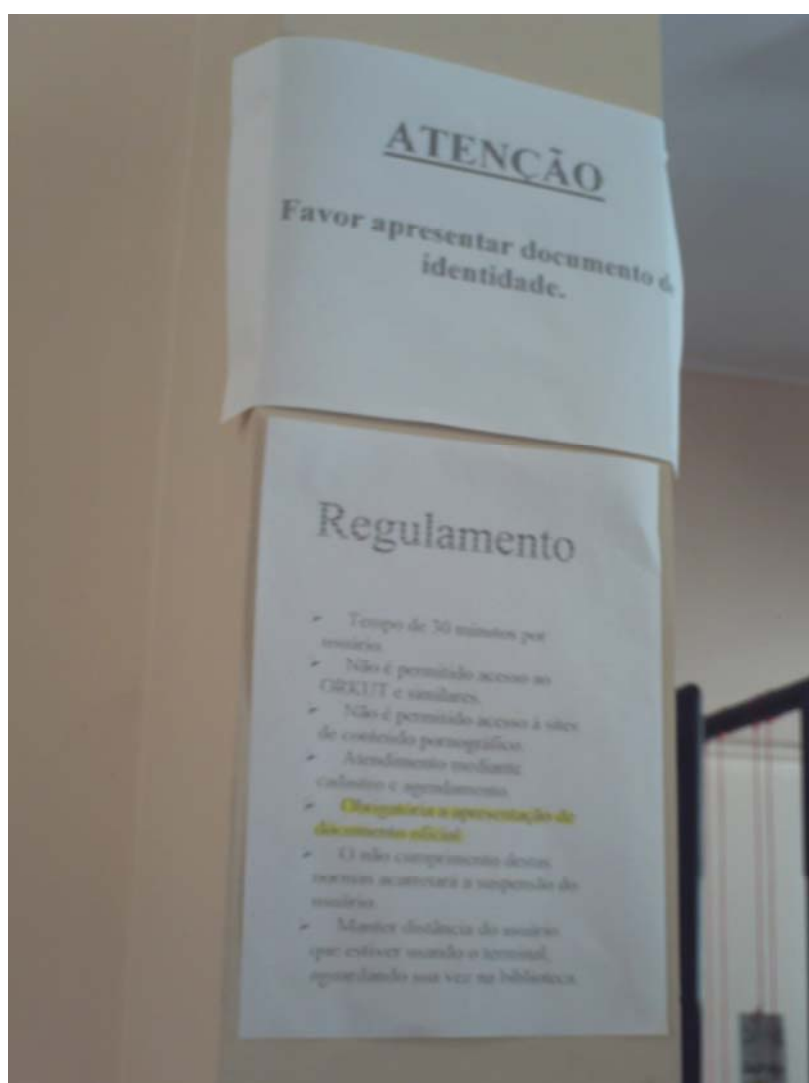






Lagoa do Nado:





Vila Marçola:





Alto Vera Cruz:





ANEXO 7

Seção II Da Cultura, Art. 215 e 216 da Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 216

Constituição da República Federativa do Brasil

os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o poder público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§ 2º. As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do poder público.

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à:

- Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.
- Lei 10.172/2001 – Plano Nacional de Educação – PNE.

- I. erradicação do analfabetismo;
- II. universalização do atendimento escolar;
- III. melhoria da qualidade do ensino;
- IV. formação para o trabalho;
- V. promoção humanística, científica e tecnológica do País.

SEÇÃO II
DA CULTURA

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

- Lei 8.313/91, alterada pela Lei 9.312/96 – Programa Nacional de Apoio à Cultura.

§ 1º. O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- Lei 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

- I. as formas de expressão;
- II. os modos de criar, fazer e viver;
- III. as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV. as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V. os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º. O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários,

Constituição da República Federativa do Brasil

Art. 217

registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acatamento e preservação.

- Lei 8.394/91 – Preservação, organização e proteção dos acervos documentais privados dos presidentes da República.
- Lei 7.347/85 – Ação Civil Pública.
- Lei 4.717/65 – Ação Popular.
- Dec.-lei 25/37 – Legislação sobre tombamento.

§ 2º. Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

- Lei 8.159/91 – Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados.

§ 3º. A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º. Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º. Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

- Lei 8.313/91 – Lei Rouanet – Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac.

§ 6º. É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

- I. despesas com pessoal e encargos sociais;
- II. serviço da dívida;
- III. qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados.

- Parágrafo e incisos acrescentados pela EC 42/2003.

SEÇÃO III
DO DESPORTO

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

- Leis 8.672/93; 9.615/98; Dec. 981/93 – Normas gerais sobre o desporto.

- I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;
- II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;
- III. o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;
- IV. a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

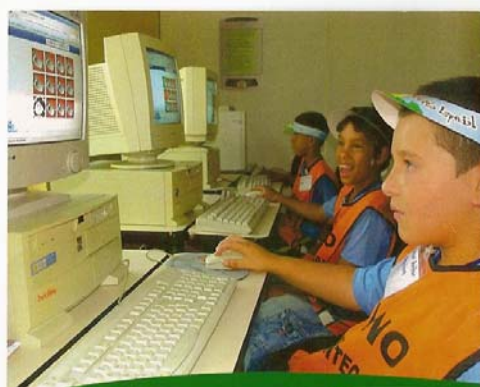
§ 1º. O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

- CF art. 5º, XXXV.

- Lei 9.615/98 – Lei Pelé – Institui normas gerais sobre o desporto.

ANEXO 8

Folder do Programa de Inclusão Digital da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, com o suporte da PRODABEL



BH
DIGITAL

AQUI, A TECNOLOGIA
É INSTRUMENTO
DE CIDADANIA.



PREFEITURA BH
TRABALHO PELA VIDA

O Programa



Criado em 2005 pela Prefeitura de Belo Horizonte, o BH Digital é um trabalho inspirado no programa de inclusão digital do governo federal.

O BH Digital tem como objetivo a implantação de espaços públicos e gratuitos para assegurar a inclusão digital dos cidadãos de Belo Horizonte. Nele, a tecnologia digital é utilizada intensamente para ampliar a cidadania e combater a pobreza, além de garantir a inserção de comunidades no mundo digital e contribuir para o fortalecimento e desenvolvimento social.

Para isso, a Empresa de Informática e Informação do Município (Prodabel) identifica, entre outras ações, os possíveis locais de instalação dos pontos de inclusão digital, capacita menores aprendizes e promove parcerias com a sociedade civil, ONGs, universidades, empresas privadas, governo municipal, estadual e federal e com organismos internacionais.



Características Técnicas e Infra-Estrutura



No BH Digital, o acesso à internet é possibilitado a partir da implantação de links da Rede Óptica Municipal, instalada na região central de Belo Horizonte. O programa é baseado nas tecnologias WiMax, WiMesh e WiFi, que viabilizam a cobertura de mais de 90% do município, além da criação de hotspots em praças, parques e outros locais públicos.

A plataforma utilizada no BH Digital é a de software livre – Libertas (distribuição GNU/Linux) – desenvolvido pela Prodabel. Em todos os postos de inclusão digital de Belo Horizonte, o cidadão tem acesso à internet e aos programas oferecidos pelo Libertas. Essa iniciativa está em sintonia com o Governo Eletrônico - Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), que tem como premissa o Incentivo ao uso de softwares livres e possui toda a plataforma multiserviços para inclusão digital.



Ações do Programa



O BH Digital está dividido em 4 grandes ações:

1- Telecentros e Postos de Internet Municipal - PIMs

Espaços públicos e gratuitos de inclusão digital. Os Telecentros possuem de 10 a 20 microcomputadores conectados à internet banda larga. Nesses são oferecidos cursos profissionalizantes de informática básica, oficinas especiais e acesso à internet, entre outras.

Os PIMs possuem de três a quatro microcomputadores disponíveis para acesso gratuito à internet. São implantados nos órgãos públicos da

Prefeitura, como bibliotecas, Núcleos de Apoio à Família (NAFs), núcleos do programa BH Cidadania, no Centro de Cultura de Belo Horizonte e também em ONGs, associações de bairro e igrejas.

2- Unidade Móvel de Inclusão Digital

Carreta com duas salas de aula equipadas com 14 microcomputadores interligados e conectados à internet, videocassetes e televisões. A Unidade circula pelos bairros de Belo Horizonte, atendendo às demandas regionais e de escolas municipais. Nela são oferecidos cursos de informática básica e acesso gratuito à internet.



3- Oficina de Reciclagem Digital

Resultado de uma parceria da Prodabel com as secretarias municipais de Políticas Sociais e Adjunta de Assistência Social da Prefeitura de Belo Horizonte. Os cidadãos que fazem parte dos programas sociais da Prefeitura têm a oportunidade de participar dos cursos de recondição de microcomputadores usados, montando novos equipamentos a partir de peças reaproveitadas. Todos os micros disponíveis nas aulas foram doados por empresas para o BH Digital. Assim que são construídos ou reciclados, são enviados para os Telecentros e PIMs.



4- Cursos de Formação

A qualidade e a eficiência dos serviços prestados nos pontos de inclusão digital são garantidas pelas oficinas de formação de gestores e pela capacitação de jovens aprendizes.

- **Oficina de Formação de Gestores:** os gestores dos Telecentros e PIMs passam por oficinas nas quais têm acesso às disciplinas de ética, atendimento, didática e metodologia, assim como de Linux, Libertas e suas ferramentas.
- **Capacitação de Jovens Aprendizes:** esse projeto tem o objetivo de capacitar jovens para que eles possam atuar nas Escolas Integradas de Belo Horizonte. Eles atendem às demandas de serviços técnicos de informática das escolas e ensinam os alunos a utilizar o computador como ferramenta de pesquisa, reforço escolar e lazer.

Os Telecentros, Unidade Móvel e PIMs são também disponibilizados para que a população apóie e participe ativamente das ações e decisões do governo municipal relativas aos assuntos públicos.

Mais Informações:

Empresa de Informática e Informação do Município de Belo Horizonte - Prodabel
End.: Av. Presidente Carlos Luz, 1.275 - Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil
Telefone: 55 (31) 3277-8363 • www.pbh.gov.br.

ANEXO 9

Projeto de Inclusão Digital da Fundação Municipal de Cultura

**PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL DA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE
CULTURA**

I. Introdução

O mundo digital é um mundo de telas, um mundo de ... comunicação virtual. Comunicação virtual essa, presente em nosso cotidiano, seja via celular, Internet, videogame, bancos etc.

Segundo o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, "cultura digital é um conceito novo que parte da ideia de que a revolução das tecnologias digitais é, em essência, cultural. O que está implicado aqui é que o uso das tecnologias digitais muda os comportamentos, o uso pleno da Internet e do software livre cria fantásticas possibilidades de democratizar os acessos à informação e ao conhecimento (...)"

Inclusão digital, dessa forma, significa criar oportunidades para que os aprendizados adquiridos a partir dos suportes tecnológicos e digitais possam ser empregados no cotidiano da vida e do trabalho.

Há também um elemento importante de inovação no uso das tecnologias digitais, uma vez que a cultura digital pressupõe outras formas de produção e circulação da informação e do saber, diferentes das tradicionais, as quais estamos acostumados a utilizar.

No entanto, o acesso a essa cultura digital tem como contrapartida o domínio de linguagem própria, ou seja, o indivíduo tem que se ambientar e se capacitar com essa linguagem digital para que lhe seja possível interagir com o mundo das mídias digitais como consumidor e como produtor de seus conteúdos e processos. Setores significativos da população, porém, ainda não têm acesso a computadores e à internet, não estão inclusos digitalmente.

Explorar as potencialidades da tecnologia da informação no âmbito da política pública e pensar um projeto em que a Cultura seja o canal estratégico para a inclusão digital fazem com que a Fundação Municipal de Cultura apresente uma proposta para a implantação de um projeto de "Inclusão Digital", conforme disposto no item II.

A presente proposta insere-se no Programa de Inclusão Digital da Prefeitura de Belo Horizonte - BHDIGITAL, bem como no Programa de Inclusão Digital do Governo Federal CULTURA VIVA - CULTURA DIGITAL. No caso do BH Digital, o papel da Fundação Municipal de Cultura é o de agregar valor de conteúdo cultural.

Os princípios norteadores desse projeto são os mesmos que balizam as políticas da PBH: descentralização, intersetorialidade e participação cidadã, que possibilitam a ampliação do acesso aos bens e serviços públicos e dos mecanismos de inserção da sociedade na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Com isso, propiciará o incentivo à ocupação desses espaços culturais, enquanto bens públicos municipais, a uma parcela significativa da população, a maioria totalmente excluída a esse tipo de educação, a educação digital.

II. Objetivo Geral:

Promover oportunidades digitais na área cultural por meio da disponibilização, para a população, do acesso à internet em equipamentos culturais da Fundação Municipal de Cultura, bem como a criação de possibilidades para a formação e qualificação técnica em linguagens eletrônicas com conteúdo cultural, visando, ademais, à construção de uma Rede Cultural Digital, municipal.

Este projeto se divide em duas ações orientadas para o universo cultural - acessibilidade e formação / qualificação técnica, conforme descrito a seguir:

1. ACESSIBILIDADE

A proposta desta ação é a instalação de quiosques de acesso à internet nas bibliotecas regionais, centros culturais, museus, Biblioteca Pública Infanto-Juvenil, Arquivo Público da Cidade de BH e teatros da PBH/FMC, proporcionando à população o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, às informações gerais disponíveis na rede mundial de computadores - Internet, mas também o estímulo e a oportunidade de se frequentar esses espaços culturais e usufruir dos serviços prestados, potencializando, desta forma, as possibilidades do saber e sentir cultural, seja sob a forma de informação e conhecimento, seja sob a forma de expressão artística.

A implantação desta ação será também um passo importante no processo de inclusão digital, social e cultural, por permitir, de forma gratuita, o acesso à Internet a quem vive no entorno desses equipamentos culturais, bem como à população de modo geral.

É de se destacar a importância da implantação desses serviços nos centros culturais e bibliotecas regionais - geralmente localizados em áreas carentes e de risco social - num projeto de inclusão digital; no entanto, também, é necessário que esses serviços estejam disponíveis nos museus, na BPIJBH, no APCBH e nos teatros da PBH/FMC que poderão explorar suas potencialidades para atender a um público mais amplo e diversificado. Diante dessa amplitude do perfil do público frequentador dos equipamentos culturais, acreditamos que esta ampliação deste projeto realmente irá contribuir para possibilitar ao cidadão o acesso aos meios digitais e à informação disponível na Internet.

O desafio que se apresenta através deste projeto é a utilização da Internet enquanto uma ferramenta que possibilite a ampliação do universo cultural do usuário que deverá ser orientado para o acesso às informações sobre a FMC no portal da PBH, disponíveis na internet, bem como consultar sites culturais de interesses múltiplos: museus virtuais, enciclopédias digitais, bibliotecas e assim em diante.

Objetivos específicos:

- Ampliar a oferta de serviços culturais digitais;
- Promover a consulta a conteúdos informacionais de utilidade relevante na área cultural (sites públicos/serviços, enciclopédias digitais, sites privados entre outros).

BH DIGITAL - PROJETO DE INCLUSÃO DIGITAL NA FMC - DIAGNÓSTICO - 2006							
EQUIPAMENTO CULTURAL	Funciona- mento	Acesso	Espaço	Nº micros	Monitoria	Mobiliário	Observações
Centro de Cultura Lagoa do Nado	X	RMI	Espaço interno da biblioteca	3		OK	1- readequar mobiliário 2 - problemas c/monitoria
Centro de Cultura Belo Horizonte	X	RMI	próximo à biblioteca	3		OK	readequar mobiliário
Casa do Baile	X	RMI	Auditório	1			
Centro Cultural Alto Vera Cruz	*	Wireless	espaço interno da biblioteca	4			
BPIJBH - Biblioteca Pública Infantil e Juvenil de BH	*	RMI	espaço interno da biblioteca	5		OK	1 - avaliar micros 2 - readequar mobiliário
Centro Cultural Liberalino de Oliveira	*	Acesso remoto	espaço interno da biblioteca	2	OK		1 - não são micros da Prodabel 2 - avaliar disponibilidade do Jorcimar para monitoria
Centro Cultural São Bernardo		RMI	espaço interno da biblioteca				
Centro Cultural Pampulha		Acesso remoto	próximo à biblioteca				Providenciando acesso RMI
Espaço Cultural Zilah Spósito		Acesso remoto	espaço interno da biblioteca				Providenciando acesso RMI
Biblioteca Sucursal - Santa Rita de Cássia		Acesso remoto	não tem atualmente				1 - terá espaço após a mudança 2 - Providenciando acesso RMI
Biblioteca Sucursal - Renascença		não tem	não tem				Providenciando acesso RMI
Biblioteca Sucursal - Bairro das Indústrias		não tem	não tem				Providenciando acesso RMI
Biblioteca Sucursal - São Cristóvão		não tem	não tem				Providenciando acesso RMI
APCBH - Arquivo Público da Cidade de BH		RMI	espaço interno da Sala de Consultas				avaliar viabilidade
MAP - Museu de Arte da Pampulha		RMI	espaço interno da biblioteca				avaliar viabilidade
CRAV - Centro de Referência Audiovisual		RMI	não tem atualmente				implantação somente após a mudança
MMPDG - Museu de Mineralog. Prof. Djalma Guimarães		RMI	Saguão				avaliar viabilidade

MHAB - Museu Histórico Abílio Barreto		RMI	espaço interno da biblioteca				avaliar viabilidade
TFN - Teatro Francisco Nunes		RMI	Saguão				avaliar viabilidade
TM - Teatro Marília		RMI	Saguão				avaliar viabilidade
FMC - Fundação Municipal de Cultura		RMI	Núcleo de Criação e Formação Artística				avaliar viabilidade
* Potencialidade de implantação / reativação do serviço							

Etapas:

1 - Priorizar a implantação do serviço nos locais que já possuem microcomputadores doados pela Prodabel.

- Avaliar e verificar as condições dos microcomputadores (Prodabel)
- Viabilizar a conexão Internet (Prodabel)
- Contratar monitores (FMC)
- Capacitar monitores (Prodabel/FMC)
- Adequar mobiliário (Prodabel)
- Sinalizar o local onde os quiosques estarão instalados, indicando a prestação do serviço (Prodabel)
- Coletar informações sobre o serviço prestado e definir normas de funcionamento (FMC)
- Acompanhar e avaliar o serviço prestado (FMC)

2 - Avaliar a possibilidade de implantação do serviço nos outros equipamentos culturais, estabelecendo prioridades.

3 - Planejar ações que permitam o acesso a pessoas portadoras de deficiência, já excluídas socialmente.

2. FORMAÇÃO / QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Oferta diferenciada das linguagens eletrônicas ao público alvo do projeto, através da realização de cursos e oficinas que poderão contemplar as diversas possibilidades de uso das TIC's, passando desde a formação básica até a avançada - módulo introdutório com conteúdo de informação cultural e noções básicas de hardware e software, apresentação e técnicas de uso de ferramentas específicas, apreciação artística, criação e mostra eletrônica em rede.

Esta ação irá oferecer a esse público condições para a utilização de recursos multimídia, por meio do software livre, como ferramenta de suporte à produção artística nas áreas de música, cinema, literatura, teatro e design gráfico, voltado para público diversificado, através da realização de oficinas culturais.

Sendo necessária uma coordenação desta ação, sugerimos para tal a Divisão de Ações Permanentes da Diretoria de Ação Cultural, trabalho esse que deverá ser executado nos diversos ambientes digitais onde o projeto for implantado.

Objetivos Específicos:

- Ampliar a quantidade/qualidade de espaços e de ambientes digitais propícios à formação e qualificação técnicas na área cultural;
- Ampliar o acesso/utilização às modernas ferramentas de comunicação por meio do uso de software livre como suporte à produção artística nas áreas de música, cinema, literatura, teatro e design gráfico;
 - Promover e coordenar as ações de formação e qualificação técnica de artistas nas diversas linguagens propostas;
 - Promover a formação de uma rede cultural digital municipal e o intercâmbio das experiências, divulgando e dando visibilidade à produção realizada.

Público Alvo:

- Alunos em processo avançado de formação artística de projetos da FMC, como: Arena da Cultura e BH Cidadania;
- Professores da rede pública municipal, de acordo com a parceria que será firmada entre a FMC e SMED;
- Alunos de oficinas culturais dos centros culturais;
- Artistas.

Possibilidades de uso das tecnologias em cursos e oficinas de formação:

- Música Eletrônica: edição, masterização e mixagens de produtos musicais;
- Webdesign e Design Gráfico: Webdesign e a editoração e diagramação de textos e tratamento de imagens;
- Cinema: criação, animação, sonorização, edição e montagem;
- Literatura: Quadrinhos, Poesia, Leitura etc;
- Teatro: Figurino e Adereços, Palco e Iluminação etc;
- Espaço Cultural Virtual: desenvolvimento de um pólo de produção de conhecimento e criação de redes de comunicação e intercâmbio de informações, que possa promover o desenvolvimento de grupos e comunidade em geral;
- Fóruns de discussões.

Produtos Previstos:

- Produção de vídeo-documentários;
Mostras e exposições virtuais;
- Web sites.

Etapas:

1. Definir o perfil dos cursos e oficinas que serão realizados;
2. Definir os locais onde serão realizadas os cursos e oficinas;
3. Verificar a infra-estrutura existente nos locais;
4. Adequar a infra-estrutura existente às necessidades específicas dos cursos e oficinas;
5. Elaborar calendário de realização dos cursos e oficinas;
6. Contratar profissionais para a realização dos cursos e oficinas;
7. Divulgar a programação do projeto;
8. Abrir período de inscrições;
9. Selecionar inscritos;
10. Realizar as atividades planejadas - cursos e oficinas;
11. Acompanhar e avaliar as atividades realizadas;
12. Elaborar projeto de captação de recursos externos para continuidade do projeto.

Diagnóstico

Espaços com possibilidade de implantação do projeto: **1-**

FMC

- Núcleo de Formação e Criação Artística - NFCA
- Centro Cultural Lagoa do Nado
- Centro de Cultura Belo Horizonte
- Centro Cultural Alto Vera Cruz *
- Centro Cultural Liberalino Alves *
- Centro Cultural Pampulha *
- Centro Cultural São Bernardo *
- Centro Cultural Zilah Spósito*

(*) - Pontos de Cultura integrantes do projeto Cultura Viva

2 - PBH - através de atividades em parceria

- Escolas Municipais
- Telecentros localizados nas áreas do BH-Cidadania

Programa	Objetivo do programa
X I - INFORMAÇÃO, DIFUSÃO E INTERCÂMBIO CULTURAL	<p>CONSTITUÍDO POR UM CONJUNTO DE AÇÕES QUE VISAM ORGANIZAR SISTEMA DE REGISTRO DE ESTATÍSTICAS E INFORMAÇÕES CULTURAIS QUE POTENCIALIZE A PRODUÇÃO, A DIFUSÃO E O INTERCÂMBIO DE BENS E SERVIÇOS CULTURAIS, POSSIBILITANDO CONHECER O UNIVERSO CULTURAL DA CIDADE E ENTENDER A CULTURA COMO CAMPO DE CONVÍVIO, IDENTIDADE E COESÃO SOCIAL E EM SUA DIMENSÃO ECONÔMICA, E TAMBÉM INCENTIVAR, ESTIMULAR E DIFUNDIR A PRODUÇÃO ARTÍSTICO-CULTURAL, PROMOVENDO O INTERCÂMBIO ENTRE AS DIVERSAS REGIÕES, O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS BENS E SERVIÇOS DA CULTURA E A ARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS E GRUPOS DE CULTURA DA CIDADE.</p>
X II - PROMOÇÃO, APOIO E INCENTIVO À FORMAÇÃO CULTURAL	<p>BUSCA POSSIBILITAR A SENSIBILIZAÇÃO, A INICIAÇÃO E A FORMAÇÃO CULTURAL DE PESSOAS E GRUPOS, NAS DIVERSAS REGIÕES DA CIDADE E A QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO E DA PRODUÇÃO CULTURAL.</p>
X III - IDENTIFICAÇÃO, REGISTRO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO E DAS IDENTIDADES CULTURAIS	<p>VISA PROMOVER A VALORIZAÇÃO, A PRESERVAÇÃO E A FRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL PELA DINAMIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DA CULTURA E PELO FOMENTO À CRIAÇÃO DE NOVOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DE BENS CULTURAIS, REPRESENTATIVOS DE DIFERENTES GRUPOS SOCIAIS E ÉTNICOS NO ÂMBITO DA CIDADE.</p>
IV - GESTÃO DOS PROGRAMAS, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	<p>CARACTERIZA-SE POR PROMOVER A QUALIFICAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA E DOS SERVIÇOS DE CULTURA, COM A IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES E CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS E A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS SISTEMÁTICOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS E PROGRAMAS DA FMC.</p>
X V - PROMOÇÃO, APOIO E INCENTIVO À LEITURA	<p>VISA IMPLEMENTAR E AMPLIAR, DE MANEIRA ARTICULADA E DESCENTRALIZADA, UMA POLÍTICA DE INCENTIVO À LEITURA, TENDO AS BIBLIOTECAS COMO ESPAÇOS ORGANIZADORES E FACILITADORES DO ACESSO À INFORMAÇÃO, ALÉM DE ESTIMULAR A REFLEXÃO A RESPEITO DAS DIFERENTES LETURAS NO CAMPO DA CULTURA.</p>
VI - GESTÃO SUPERIOR DA POLÍTICA CULTURAL	<p>VISA DEFINIR E PLANEJAR AS POLÍTICAS CULTURAIS PARA O MUNICÍPIO; PROMOVER A INTERSETORIALIDADE COM AS DEMAIS SECRETARIAS TEMÁTICAS; ESTABELEÇER NORMAS SOBRE A EXECUÇÃO DA POLÍTICA CULTURAL; PRESTAR ASSISTÊNCIA E ASSESSORAMENTO DIRETO E IMEDIATO AOS CONSELHOS CURADOR E FISCAL E À PRESIDÊNCIA DA FUNDAÇÃO.</p>
VII - GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA E QUALIFICAÇÃO	

ANEXO 10

Regulamento da utilização dos computadores do Centro Cultural Lagoa do Nado



Regulamento

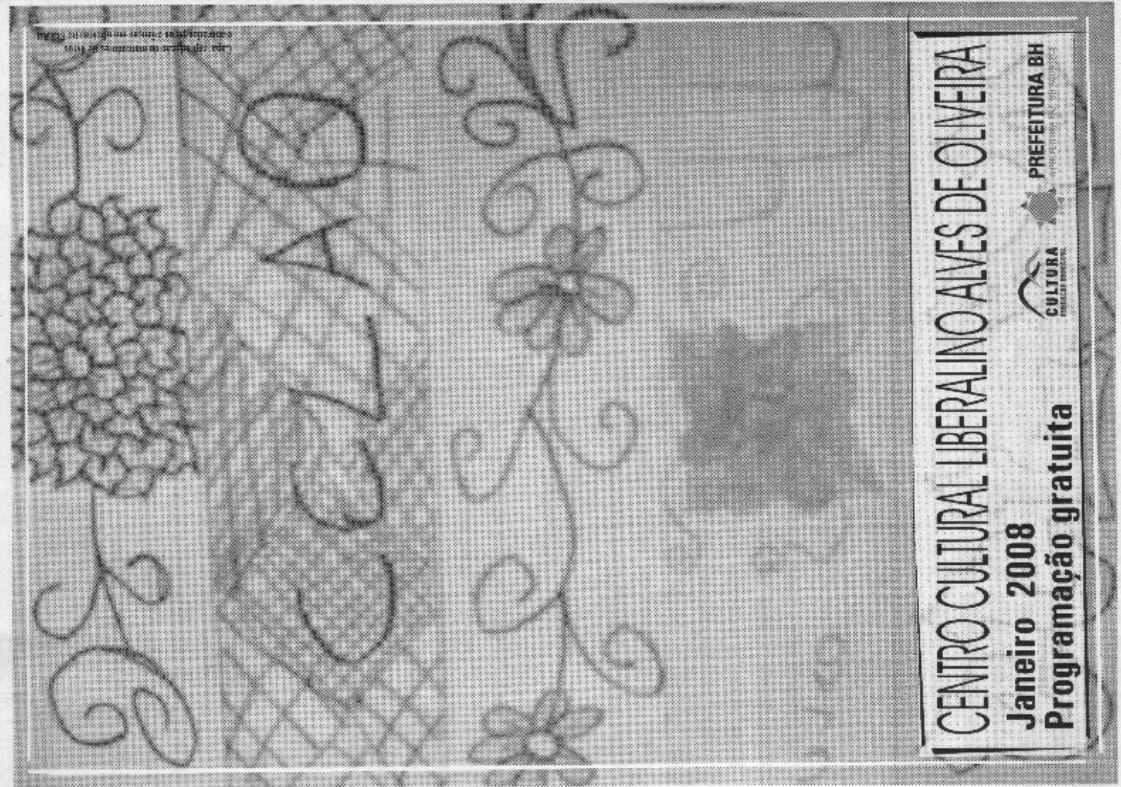
- Tempo de 30 minutos por usuário
- Não é permitido acesso ao ORKUT e similares
- Não é permitido acesso de sites de fotos pornográficas
- Atendimento por meio de cadastro e agendamento
- Obrigatório apresentação de documento oficial
- O não cumprimento destas normas acarretará na suspensão do usuário
- Manter distância do usuário que estiver usando o terminal, aguardando na biblioteca

Diretoria do
Centro de Cultura Lagoa do Nado

ANEXO 11

Programação Cultural dos Centros Culturais de Belo Horizonte

<p>PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DE FÉRIAS</p> <p>Gincana: Campeonato de Xadrez, Quem cria um conto ganha um ponto, oficina de vídeo em mídia móvel e campeonato de jogos eletrônicos. Quartas e sextas-feiras, das 15 às 17h.</p> <p>Passoio ao Zoológico Encerramento da gincana de férias Dia 31, quinta-feira, às 13h.</p>	<p>PATRIMÔNIO CULTURAL</p> <p>Promove a valorização do patrimônio cultural de diferentes grupos étnicos no âmbito da cidade.</p> <p>Brinquedos e Brincadeiras Valoriza a cultura da criança e resgata a arte da brincadeira, do encontro e das trocas típicas da infância. Coordenador: José Farias Todos os sábados, das 9 às 11h, no CCLAO.</p> <p>Referências Culturais e Comunitárias Pesquisa sobre as características culturais da Comunidade da Pedreira Prado Lopes e Região Coordenadora: Paula Regina Albertini Segunda-feira, das 14 às 17h, no CCLAO.</p>
<p>CENTRO CULTURAL LIBERALINO ALVES DE OLIVEIRA R. Araribá, 975 (Antiga Caixa D'Água) • Pedreira Prado Lopes Tel.: (31) 3277-6077/6091 • Ônibus 9402/4106 Horário: terça a sexta, das 8 às 17h e sábado, das 8 às 13h. E-mail: cclao.fmc@pbh.gov.br</p>	
<p>Realização:</p> <p> CULTURA FUNDAÇÃO MUNICIPAL</p> <p> PREFEITURA BH A PREFEITURA FAZ BH ADORECE.</p>	



INCENTIVO À LEITURA

Inclusão digital

(pesquisas, iniciação e jogos)

Público em geral

Terça a sexta-feira, das 8 às 17h.
Sábado, das 8 às 13h, no CCLAO.

Biblioteca

Livros de literatura brasileira e estrangeira, material para pesquisa, jornais, gibis e outros.

Inscrição: para o empréstimo de livros, faça sua ficha apresentando documento de identidade e um comprovante de residência. Para menores de 12 anos, é necessária a presença de um responsável no ato da inscrição.

Horário de atendimento:

Terça a sexta-feira, das 8 às 17h.
Sábado e domingo, das 9 às 12h.

Caravana Cultural

Museu da Oi

Dia 22, terça-feira, das 14 às 17h

Exibição de Filmes

Transformers

(EUA 2007 - 144 min.)

Dois tipos de alienígenas robóticos duelam no planeta Cybertron causando muita destruição e espalhando robôs pelo universo. O líder de um deles vem à Terra em busca da AIsparck, um cubo de Cybertron que possibilita a qualquer aparelho eletrônico a inteligência própria.

Dia 3, quinta-feira, às 15h, no CCLAO.

Ela Danço, Eu Danço

(EUA 2006 - 98 min.)

Um jovem é enviado para prestar serviços comunitários em uma escola de arte. Lá ele conhece uma aluna de dança moderna que está que à procura de um novo parceiro.

Dia 10, quinta-feira, 15h, no CCLAO.

Vem Dançar Comigo

(EUA 2006 - 118 min.)

Drama inspirado na história real de Pierre Dulaine, um professor que ensina dança de salão, como voluntário, a um grupo de alunos do ensino médio de uma área carente do centro de Nova York.

Dia 17, quinta-feira, às 15h, no CCLAO.

Turma do Barulho

(EUA 2006 - 102 min.)

Uma barbearia em Chicago serve como ponto de encontro dos moradores de um bairro negro. Além de cortar o cabelo, os frequentadores trocam confidências, brigam, sofrem, dão boas risadas e até emprestam dinheiro uns para os outros. Enfim, todos estão em busca de algum sentido para a vida.

Dia 24, quinta-feira, às 15h, no CCLAO.

High School Musical 2

(EUA 2007 - 100 min.)

Sharpay Evans consegue um emprego para Troy Bolton no melhor clube de Albuquerque, com o objetivo de afatá-lo de Gabriella Montez. Troy consegue reunir os amigos, por meio de empregos temporários no local onde passou a trabalhar.

Dia 31, quinta-feira, às 15h, no CCLAO.

FORMAÇÃO CULTURAL

Oficinas que permitem um contato inicial com várias linguagens artísticas

Para todos

O Centro Cultural disponibiliza seus espaços para reuniões e ensaios de grupos culturais mediante a solicitação por escrito, agendamento prévio e aprovação da proposta apresentada.

Graffiti

(Oficina do Programa Fica Vivo)

Coordenador: Eder dos Santos

Dia 9, quarta-feira, das 9 às 11h.

Sexta-feira, das 15 às 17h, no CCLAO.

Artesanato – Bijuteria com material

reciclado

(Oficina do Programa Fica Vivo)

Coordenadora: Rosemary

Terça e quinta-feira, das 19 às 21h,

no CCLAO.

Reunião do Núcleo de Moradia da Pedreira

Prado Lopes

Dias 12 e 26, sábados, das 10 às 12h, no CCLAO.

Se você quer utilizar o Centro Cultural para reuniões, ensaios e encontros culturais, agende e aproprie-se desse espaço que também é seu.

Experimentar

Oficina de Criação

Terças-feiras, das 14 às 16h, no CCLAO.

Sensibilização Oficina de Afro-brasileira

Coordenadora: Flávia Soares

Toda segunda-feira, das 18 às 20h30.

Público: crianças acima de 12 anos.

Aula de Dança do Ventre

Coordenadora: Michele.

Toda terça-feira, às 15h.

Mania de Cinema

Sessões gratuitas de cinema para grupos organizados, entidades, órgãos públicos, hospitais, albergues, escolas e outros.

As Branquelas

(EUA 2004 - 78 min.)

Shawn e Marlon Wayans interpretam dois ambiciosos, porém desafortunados agentes do FBI. Eles se disfarçam de mulheres da alta sociedade para investigar uma quadrilha de sequestradores. Quando vão ao maior evento do ano, descobrem que ser da alta sociedade é muito mais difícil do que se parece.

Dia 3, quinta-feira, às 20h, no Albergue Municipal D. Branca

Em Busca da Felicidade

(EUA 2006 - 100 min.)

Chris Gardner é um vendedor que mesmo talentoso, luta para sustentar sua família. Sua mulher acaba por deixá-lo sozinho com o filho de cinco anos. Chris decide aceitar um estágio não remunerado numa conceituada empresa, na esperança de ser contratado no final.

Dia 23, quarta-feira, às 20h,

no Albergue Municipal D. Branca.

Crianças Invisíveis

(2005 - 116 min.)

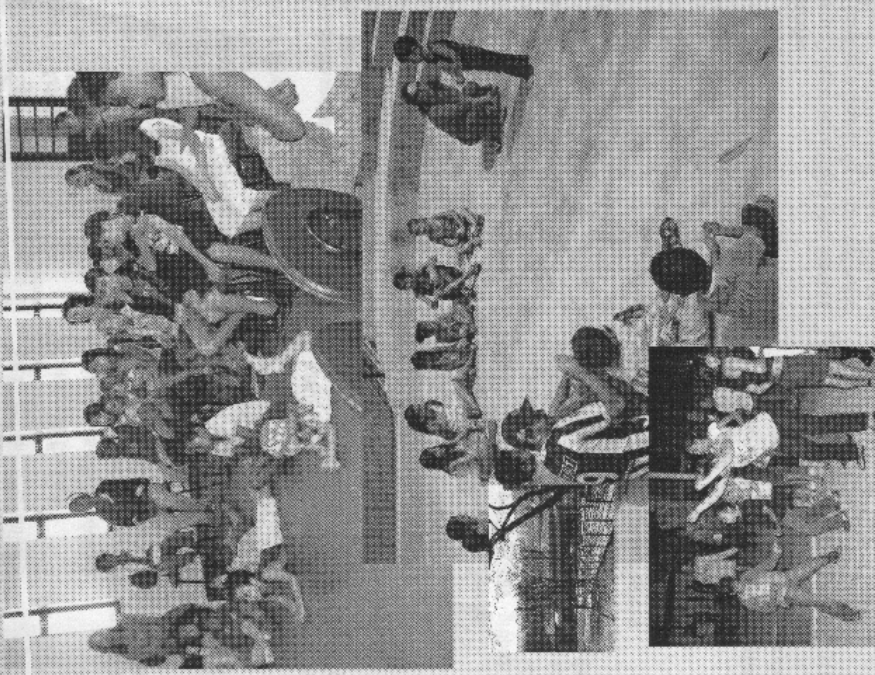
Guerra, pobreza, AIDS e outros fatos conflitantes que colaboram para a desilusão na infância, são mostrados neste filme. O projeto, que contou com apoio da Unicef, é composto por sete curtas-metragens de diferentes diretores.

Dia 29, terça-feira, às 15h.

Público: a partir de 12 anos

Convidados: Núcleo de Mediação Pedreira

Prado Lopes



CENTRO CULTURAL Venda Nova
Janeiro 2008
Programação gratuita

CULTURA
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL

PREFEITURA BH
 A PREFEITURA FAZ A AGRIPECES

Espaço de Exposições:

Momento Contemporâneo
 Exposição de telas do artista Jonas Odab de 07 a 20/01.

Marchinhas e Retretas
 História das bandas da cidade de 21/01 a 04/02.
 A exposição acontece com os benefícios da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

DIFUSÃO CULTURAL

Noite de Autógrafos
 Noite de autógrafos do livro de poemas *Trilhas*, de Rogério Salgado (pesquisa e coletânea de Virgílene Araújo).
 Com Rogério Salgado e Virgílene Araújo.
 Dia 17, quinta-feira, às 19h30.

Apresentação Circense
Manual de Sobrevivência do Palhaço Pindaíba.
 Com Thiago Araújo (Palhaço Pindaíba).
 Dia 25, sexta-feira, às 15h30.

CENTRO CULTURAL VENDA NOVA

Rua José Ferreira dos Santos, 184 • Novo Leticia
 Tel.: (31) 3277-5533 - Ônibus 2224 A 601(Est. BHbus)
 Horário: terça a sexta, das 8 às 17h
 Sábado e domingo, das 9 às 12h
 E-mail: ccvn.fmc@pbh.gov.br

Agendamento de visitas de terça a sexta-feira, das 8 às 16h.



FORMAÇÃO CULTURAL**Iniciação às Artes****Oficina de Tai Chi Chuan**

O Tai Chi Chuan é uma prática cultural chinesa de relação com o corpo por meio de exercícios que envolvem alongamento, equilíbrio, flexibilidade e postura.

Com Lara de Melo.
Quartas-feiras, das 7 às 9h e sextas-feiras, das 17h30 às 19h30.
Público em geral

Oficina de Desenho e Arte Livre**Técnica Mistash**

Com Walter Reis

Sextas-feiras, às 14h (a partir do dia 18)
Público: crianças a partir de 10 anos.
20 vagas.

Experimental**Oficina de Kusudama**

Técnica de origami modular.

Com Ana Maria Silva

Sábados: 12, 19 e 26, das 9 às 12h.
Público: a partir de 14 anos. 15 vagas.

"Colcha Mágica Literária"

Exposição de trabalho realizado por alunos do 2º ciclo da Escola Municipal Armando Ziller, do dia 15 ao dia 31.

Paratodos

O Centro Cultural disponibiliza seus espaços para reuniões e ensaios de grupos culturais, mediante solicitação por escrito, agendamento prévio e aprovação da proposta apresentada.

Aula Aberta da Fundação Internacional de Capoeira Arte das Gerais.

Supervisão: Mestre Museu.

Organização: graduado Jabuti.
Quartas e sextas-feiras, das 9h30 às 11h.
(A partir do dia 9, quarta-feira).

PATRIMÔNIO CULTURAL**Cultura da Criança****Brinquedos e Brincadeiras**

Valoriza a cultura da criança e resgata a arte da brincadeira, do encontro e das trocas típicas da infância.

Com equipe do CCVN.
Terças-feiras, das 10 às 12h e das 14 às 16h.
Público em geral.

A Criança e a Cidade

Incentivo à observação da cidade pelas crianças, com uso de referências da história individual.

Com Bruno Rangel
Programação especial de férias.
Público: a partir de 10 anos.

Senhores e Senhoras do Tempo

Estímulo à criatividade dos grupos da comunidade, fortalecendo o papel do idoso como guardião da memória social e multiplicador da solidariedade intergeracional.

Bate-papo com o grupo Senhores e Senhoras do Tempo de Venda Nova.
Dia 24, quinta-feira, às 14h.

Oficina de Origami

Arte milenar japonesa que transforma fragmentos de papéis em formas e figuras.

Com equipe do CCVN.
Toda segunda quarta-feira do mês (9/01), das 9 às 11h.
Público: a partir de 10 anos, 15 vagas.

Oficina de Quilling

Origami da Europa do século XVII, utiliza finos filigramas de papel para criar formas diversas.

Com equipe do CCVN.
Toda última sexta-feira do mês (25/01), das 9 às 11h.

INCENTIVO À LEITURA**Biblioteca**

Dispõe de um acervo de títulos diversos, infantil e adulto, para consulta local e empréstimo domiciliar.

Cadastre-se apresentando documento de identidade e um comprovante de residência.
Para menores de 12 anos, é necessária a presença de um responsável.

Horário de funcionamento:

De terça a sexta-feira, das 9 às 17h.
Sábado e domingo, das 9 às 12h.

Escritor homenageado do mês:

Rubinho do Vale.

Pra você eu conto

Todos têm uma história para contar. Momento de contar e ouvir histórias na Biblioteca.

Com equipe do CCVN.

Quintas-feiras, às 14h.

Público em geral.

Os Sentidos do Verbo**Contação de Histórias**

Histórias de Lá e de Cá.

Com Uraci Micael, o Senhor Conta-mentos.
Participação de Tamires de Oliveira, tocando clarineta.

Dia 18, sexta-feira, às 15h.

Encontro Mercado Com a**Pesquisa e a Poesia**

Com a pesquisadora Virgílene Araújo, participação do poeta Rogério Salgado.
Dia 17, quinta-feira, às 19h.

Encontro Marcado - com o Palhaço

Com Tiago Araújo (Palhaço Pindaliba).

Dia 25, sexta-feira, às 15h.

Exibição de filme**O Grilo Feliz**

(BRA, 2001, 80min)

Em um pequeno povoado de insetos, o Grilo Feliz compõe suas músicas e dá lições de cidadania à sua turma e anima a todos com sua alegria e bom humor. Mas, a paz vai ser quebrada com a invasão do povoado pelo pior inimigo dos insetos da floresta - o ignorante e ambicioso lagarto Maledeto.
Dia 9, quarta-feira, às 9 e às 14h.

Ruas Ilustres

(BRA, 2007)

Documentário sobre os personagens ilustres que dão nome a importantes avenidas da capital mineira. A exibição acontece com os benefícios da Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

Dia 16, quarta-feira, às 19h.

Rainha Sol

(FRA, 2005, 74min)

Conta a jornada de Akhessa ao lado de Tut, dois adolescentes à procura de um tesouro sem precedentes: o trono do Egito.
Dia 23, quarta-feira, às 9 e às 14h.

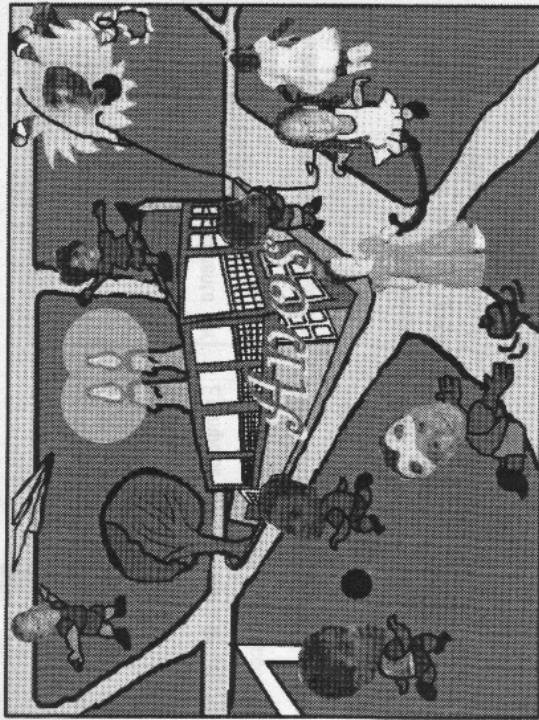


Foto: José Cláudio Raposo/Arte gráfica: Ruffano Gonçalves. Desenho: Evandro, Diego, Malcom, Taina, Marich, Gustavo, Matheus e Isisio.

CENTRO CULTURAL ALTO VERA CRUZ

Janeiro 2008
Entrada Gratuita



CENTRO CULTURAL ALTO VERA CRUZ

Rua Padre Júlio Maria, 1577 - Alto Vera Cruz
Ônibus: 9407 (Alto Vera Cruz/Dom Bosco) ou Circular 901 (Hospitalis/Baleia)
e-mail: ccavc@pbh.gov.br - www.pbh.gov.br/cultura
Telefone: 3277-5612 (secretaria) 3277-5618 (Biblioteca)

Visitas: Todas as atividades podem ser agendadas previamente por telefone.
Entrada gratuita.

Realiza:



PREFEITURA BH
A PREFEITURA PAZ, BH ACORDADESE

<p>INCENTIVO À LEITURA</p>	<p>Gostar de Cinema</p>	<p>Senhores e Senhoras do Tempo</p>
<p>Biblioteca</p> <p>As atividades da Biblioteca estimulam a criatividade e o conhecimento por meio da leitura e da pesquisa.</p> <p>Acervo com livros, revistas, jornais, gibis, cds, dvds, fotografias e outros.</p> <p>Oficinas, sessões de vídeo e diversas atividades artístico-culturais para crianças, adolescentes, jovens e adultos.</p> <p>Inscrição: faça a sua ficha, apresentando documento de identidade e comprovante de residência. Para menores de 14 anos, é necessária a presença de um responsável no ato da inscrição.</p> <p>Empréstimo: Cada leitor, leitora poderá levar 2 livros durante o prazo de 10 dias.</p> <p>Funcionamento: de terça a sexta-feira, das 9 às 17h e sábados, das 13 às 17h.</p>	<p>Exibição em telão</p> <p>É tempo de férias e o Gostar de Cinema deste mês, será especial: escolha o filme, ajeite-se na "poltrona" e boa viagem!</p> <p>Toda quarta-feira e sexta-feira, às 9h30, no Salão Multiuso.</p> <p>Hora de Ouvir e de Contar Histórias</p> <p>Oportunidade para estimular a leitura a partir de suas próprias histórias.</p> <p>Facilitadora: equipe da Biblioteca</p> <p>Todas as quintas-feiras, das 14 às 15h, na Biblioteca.</p>	<p>Estímulo à criatividade dos grupos da comunidade, fortalecendo o papel do idoso como guardião da memória social e multiplicador da solidariedade intergeracional.</p> <p>Facilitadora: Daniela Cota Vieira de Carvalho</p> <p>Quintas-feiras, das 9 às 11h.</p> <p>Apresentando para a Folia do Carnaval 2008</p> <p>Oficina de confecção de máscaras e adereços, recontando a história do Carnaval.</p> <p>Todas as terças e quintas-feiras, das 9 às 11h, a partir do dia 8.</p> <p>Todas as atividades podem ser agendadas previamente por telefone.</p>
<p>FORMAÇÃO CULTURAL</p>	<p>Paratodos</p> <p>O Centro Cultural disponibiliza espaços para reuniões, ensaios de grupos culturais, mediante a solicitação por escrito, agendamento prévio e aprovação da proposta apresentada.</p> <p>Contato: 3277-5612 ou na Secretaria.</p>	<p>PATRIMÔNIO CULTURAL</p> <p>Cultura da Criança Brinquedos e Brincadeiras</p> <p>Valoriza a cultura da criança e resgata a arte da brincadeira, do encontro e das trocas típicas da infância.</p> <p>Facilitador: Nuno Arcanjo, brincante.</p> <p>Sextas-feiras, das 15 às 17h</p> <p>A Criança e a Cidade</p> <p>Incentivo à observação da cidade pelas crianças, utilizando referências da história individual e coletiva.</p> <p>Facilitador: Bruno de Araújo Rangel, historiador.</p> <p>Todas quartas-feiras, das 9 às 11h.</p> <p>Público: crianças de 7 a 12 anos.</p>

O Centro Cultural Via Marçola, localizado no Aglomerado da Serra, é um espaço voltado para o desenvolvimento de projetos e práticas culturais. Com biblioteca, sala para oficinas de artes cênicas, praça de dança, auditório com tratamento acústico e camarim, mobiliário e modernos equipamentos, o Centro Cultural oferece uma série de atrativos para você.



Campanha de Doação de Livros

A Biblioteca do Centro Cultural Vila Marçola informa que está aceitando doações de livros e revistas para aumentar o seu acervo. As bibliotecas públicas, em sua maioria, necessitam das doações de obras para disponibilizá-las ao público. Sua participação é fundamental para o sucesso da campanha.

Informações pelo telefone: 3277-5250.

Centro Cultural Vila Marçola

Rua Mangabeira da Serra, 320 • Serra
 Próximo ao portão do Parque das Mangabeiras
 E-mail: ccvm.fmc@pbh.gov.br • ccvm.fmc@gmail.com

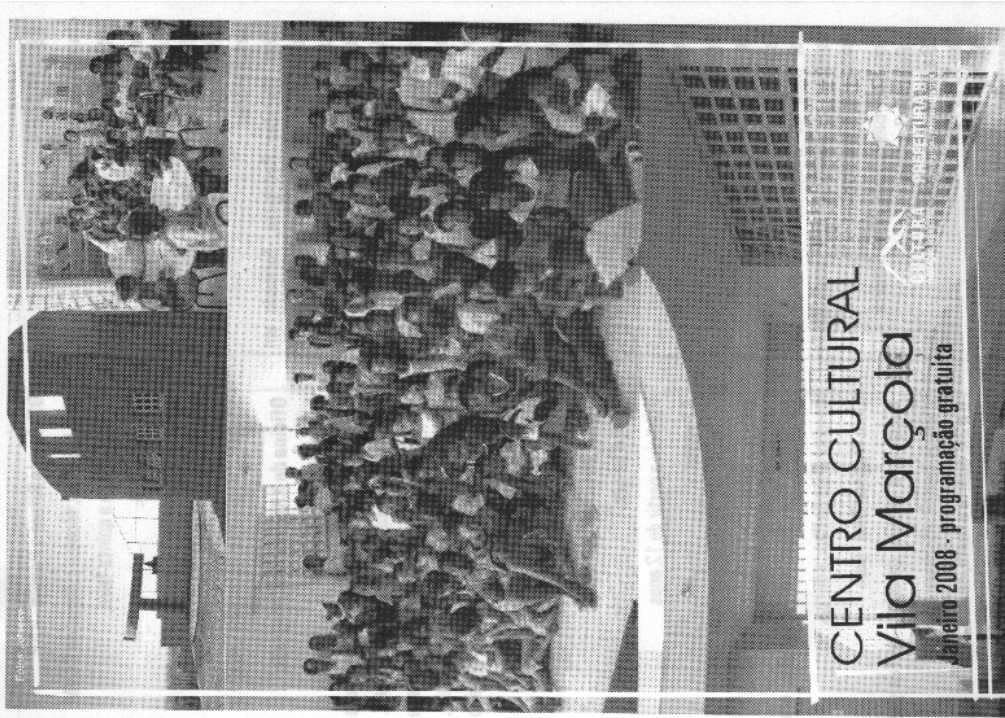
Tel.: 3277-5250

Terça a sexta, das 8 às 17h.
 Sábado e domingo, das 9 às 12h.
 Ônibus 2102, 9106, 107(suplementar)



CULTURA
 FUNDAÇÃO MUNICIPAL

PREFEITURA BH
 A PREFEITURA DE BH APRESENTA



CENTRO CULTURAL

Vila Marçola

Janeiro 2008 - programação gratuita



FORMAÇÃO CULTURAL**Iniciação às Artes**

Oficina de Yoga
Possibilita o contato com uma manifestação da cultura oriental. A oficina propõe a busca do equilíbrio interno por meio de práticas corporais e respiratórias

Com Ubiratan Rodrigues, formado em yoga e com atuação em espaços comunitários.
Quartas e sextas-feiras, das 8 às 9h30
Público: acima de 14 anos. 20 vagas.

Oficina de Confeção de Livro Infantil

Proporciona o contato dos participantes com as técnicas básicas da editoração de livros infantis.

Com Jotaerre, bibliotecário do CCVM.
29 a 31, terça a quinta-feira,
das 15 às 17h.

Público: a partir de 10 anos.
Inscrições a partir do dia 7,
segunda-feira. 20 vagas.

Oficina de Confeção de Máscaras de Carnaval

Estimula a criatividade dos participantes por meio de trabalhos artesanais que remetem à fantasia das tradicionais máscaras de carnaval.

Com Kelly Bitencourt, Aline Simões e Reinaldo Santana
29 a 31, terça a quinta-feira,
das 10 às 12h.

Público: a partir de 10 anos.
Inscrições a partir de 10/12 - 20 vagas.

Oficina de Ritmo e Poesia - RAP

Com Reinaldo, técnico cultural do CCVM.
22 a 24, terça a quinta-feira,
das 15 às 17h.

Público: a partir de 12 anos
Inscrições a partir do dia 7.
20 vagas.

Oficina de Xilogravura integrada à Literatura de Cordel

Iniciação na técnica da Xilogravura *(impressão realizada sobre o papel, por meio de uma matriz de madeira)* e sua relação com a Literatura de Cordel, versos populares comuns na região Nordeste do Brasil.

Com Ana Paula Alves Santos
8 a 17, terça e quinta-feira,
das 14 às 16h.

Público: a partir de 12 anos
12 vagas.

Oficina de Dança de Rua

Iniciação na técnica utilizada em coreografias da dança de rua.

Com Wallison Dias - Culu

Iniciação à técnica da dança de rua por meio de exercícios corporais.

9 a 25, quarta e sexta, das 14 às 17h.
Público: a partir de 10 anos. 15 vagas.

Paratodos

O Centro Cultural disponibiliza seus espaços para reuniões e ensaios de grupos culturais, mediante a solicitação por escrito, agendamento prévio e aprovação da proposta apresentada.

PATRIMÔNIO CULTURAL**Cultura da Criança****A Criança e a Cidade**

Incentivo à observação da cidade pelas crianças, utilizando referências da história individual.

Facilitadora: Paula Albertini Túlio, historiadora, com atuação na área de memória e patrimônio cultural.

Terças-feiras, das 14 às 16h

Público: crianças de 10 a 15 anos
20 vagas.

Brinquedos e Brincadeiras

Valoriza a cultura da criança e resgata a arte da brincadeira, do encontro e das trocas típicas da infância.

Facilitadora: Jaqueline Ferreira Freitas, brincante e agente cultural.

Sábados e domingos, das 10 às 12h.

Público em geral.

INCENTIVO À LEITURA**Gincana Cultural no Marcola**

Com Aline e Camila, funcionárias do CCVM.

De 22 a 24 de janeiro de 2008, terça a quinta-feira, das 10 às 12h.

Público: a partir de 10 anos.
20 vagas.

Biblioteca

Oferece revistas, livros de literatura brasileira, estrangeira e nas diversas áreas do conhecimento.

Inscrição: para o empréstimo de livros, faça sua ficha apresentando documento de identidade e um comprovante de residência. Para menores de 14 anos, é necessária a presença de um responsável no ato da inscrição.

Horário de atendimento:

Terças, quintas e sextas-feiras, das 8 às 17h. Quartas-feiras, das 12 às 17h.

Sábados e domingos, das 9 às 12h.

DIFUSÃO CULTURAL**Encontro Sobre Plantas Medicinais**

Debate:

"A importância das plantas medicinais em nossa saúde"

Convidados:

Grupo Millefolium de Plantas Medicinais.

Dia 26, sábado, às 10h.



Centro Cultural São Bernardo

Janeiro 2008 - Entrada Gratuita



PREFEITURA BH
A PREFEITURA PAZ, BH, ACORDECE

...a realização de eventos culturais e artísticos, visando à promoção e ao desenvolvimento da cultura popular e tradicional da cidade de São Bernardo do Rio de Janeiro. O Centro Cultural São Bernardo é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado, constituída por iniciativa particular, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Rio de Janeiro.

CENTRO CULTURAL SÃO BERNARDO

R. Edna Quintel, 320 - CEP31750-030 - São Bernardo
Tel.: 3277-7416 - e-mail: ccsb@pbbh.gov.br



PREFEITURA BH
A PREFEITURA PAZ, BH, ACORDECE



CULTURA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL

DIFUSÃO CULTURAL**GIRA ~ SOL****Exposição**

"Diálogos nos Tempos da Fotografia", uma homenagem ao fotógrafo belo-horizontino Wilson Baptista, que completa 94 anos de idade e 75 de profissão.

A mostra reúne também trabalhos de outros fotógrafos.

De 8/01 a 8/02, terça a sexta-feira, das 9 às 17h.

Sábado e domingo, das 9 às 12h.

PATRIMÔNIO CULTURAL**Cultura da Criança****Brinquedos e Brincadeiras**

Valoriza a cultura da criança e resgata a arte da brincadeira, do encontro e das trocas típicas da infância.

Facilitadora: Mariza Máximo, brincante.
Sábados, das 10 às 12h.

FORMAÇÃO CULTURAL**Paratodos**

O Centro Cultural disponibiliza seus espaços para reuniões ensaios de grupos culturais, mediante apresentação de proposta, solicitação por escrito e agendamento prévio e aprovação da proposta apresentada.

INCENTIVO À LEITURA**Encontro Marcado**

"O Circo nas Artes Cênicas" uma conversa descontrainda com Thiago Criança, o Palhaço Pindaliba.

Dia 23, quarta-feira, às 15h30.

Caldeirão Cheio de Histórias

Venham se deliciar com esse Caldeirão.

A Biblioteca do Centro Cultural São Bernardo atenderá o público ao ar livre.

Facilitadora: Mônica Malaquias
Dia 27, domingo, das 10 às 12h.

Biblioteca

Acervo com livros, revistas, jornais, gibis, cds, dvds, fotografias e outros.
Oficinas, sessões de vídeo e diversas atividades artístico-culturais para Crianças, adolescentes, jovens e adultos.

Inscrição: faça a sua ficha, apresentando documento de identidade e comprovante de residência. Para menores de 12 anos, é necessária a presença de um responsável no ato da inscrição.

Empréstimo: cada leitor poderá levar 2 livros durante o prazo de 10 dias.

Funcionamento: de terça a sexta-feira, das 9 às 17h e sábados, das 13 às 17h.

Confira alguns títulos disponíveis na biblioteca.

Um Sopro de Vida - Clarice Lispector

O Ser e o Tempo da Poesia - Alfredo Buzi

Poemas Concebidos Sem Pecado - Manoel de Barros

Alexandre e outros Heróis - Graciliano Ramos

Depois do Sol - Ignácio de Loyola Brandão

Corda Bamba - Lygia Bojunga

O Incrível Bicho Homem - Elias José

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL DE FÉRIAS**Exibição de filme****"Kiriku e a Feiticeira"**

(Michel Ocelot, França, 1998)

Desenho animado que mostra a tradição africana e seu fascínio. A história enfatiza coragem, curiosidade e astúcia.

Baseado em um conto sobre uma comunidade subjugada por uma terrível feiticeira e a luta do pequeno Kiriku para preservar sua aldeia das forças do mal.

Dia 16, quarta-feira, às 9h

Brincadeiras no Quintal

As tardes de janeiro serão mais divertidas no Centro Cultural com brincadeiras de corda, pegadores, amarelinhas, ateliê de desenho, pintura e muito mais.

Facilitadores: Equipe CCSB.

Dias, 22, 23 e 24, das 14 às 16h.

Oficina de Construção de Instrumentos Musicais com Sucatas.

Traga uma garrafa pet vazia e tampinhas de garrafa.

Facilitador: Fritas

Dias 29 e 30, terça e quarta-feira, das 14 às 17h.

Pré-Carnaval 2008

Dia 29, terça-feira, das 15 às 17h.

Confeção de Máscaras e Adereços de Carnaval.

Estimula a criatividade dos participantes por meio dos trabalhos artesanais que remetem à fantasia das máscaras e adereços, ao som das tradicionais marchinhas de carnaval.

Dia 30, quarta-feira, das 8 às 10h.

Baile de Carnaval

Venha e traga sua fantasia.

Dia 31, quinta-feira, das 15 às 18h.

Cristina - 3277-4648

Centro Cultural Zilah Spósito
 R. Carnáuba, 286 - Conjunto Zilah Spósito - Jaqueline
 Ônibus 5534 e 607 - Telefone 3277-5498
 Horário de funcionamento: 3ª a 6ª feira, das 8 às 17h
 Sábados e domingos, das 9 às 12h
 e-mail: cczs@pbh.gov.br

CULTURA
 PREFEITURA MUNICIPAL

PREFEITURA BH
 A PREFEITURA PÁLE BY-ACRIFITECE.

CENTRO CULTURAL ZILAH SPÓSITO
 Janeiro 2008 - Programação gratuita

CULTURA
 Prefeitura Municipal

PREFEITURA BH
 A Prefeitura Pale by Acrifitece

<p>FORMAÇÃO CULTURAL</p> <p>Paratodos</p> <p>O Centro Cultural disponibiliza seus espaços para reuniões e ensaios de grupos culturais, mediante solicitação por escrito, agendamento prévio e aprovação da proposta apresentada.</p> <p>I Ciclo de Reflexão Projeto Paratodos</p> <p>Mesa composta pelo Centro Cultural e os grupos integrantes do projeto.</p> <p>Dia 7, segunda-feira, às 10h, no CCZS.</p>	<p>Cinema e vídeo</p> <p>TV de Rua</p> <p>Filme: Deus é Brasileiro (BRA, Caica Diegues, 2003)</p> <p>Deus tira férias e vem ao Brasil para conversar com o seu substituto. No entanto, com dificuldade para encontrá-lo, viaja por todo o país.</p> <p>Dia: 25, sexta-feira, das 19h30, no Conjunto Ubrajara.</p>	<p>Exibição de Cinema e Vídeo.</p> <p>"Sessão Anime Férias"</p> <p>Semana Especial de Cinema de Animação Japones. Uma visão retrospectiva da cultura oriental no Brasil, por meio dos clássicos de Anime.</p> <p>De 8 a 11, terça a sexta-feira, às 9 e às 14h, no CCZS.</p> <p>Oficina de Quilting</p> <p>Com: Carina Neves</p> <p>Dia 18, sexta-feira, 8h, no CCZS.</p> <p>Oficina de Catavento</p> <p>Com: Sílvia Figueiredo</p> <p>Dia 16, quarta-feira, 14h, no CCZS.</p>	<p>Exibição de Cinema e Vídeo</p> <p>Dia 24 - A Ilha do Terrível Rapatterra (Ariane Porto, BRA, 2006)</p> <p>Rapatterra, um terrível vilão que rouba terras, devasta florestas e polui as águas, resolve roubar o único bem que ainda não possui, as histórias do litoral. No entanto, uma turminha tenta impedi-lo.</p> <p>Dia 31 - Uma Aventura do Zico (Antônio Carlos de Fontoura, BRA, 1988)</p> <p>Uma rede de TV seleciona 22 garotos que farão parte da escolinha de futebol treinada por Zico. A trama envolve uma menina distraída de menino que sonha ser jogadora de futebol e um magnata que usa seu poder para realizar as vontades de seu filho.</p>
<p>INCENTIVO À LEITURA</p> <p>Biblioteca</p> <p>Oferece revistas, livros da literatura brasileira, estrangeira e nas diversas áreas do conhecimento.</p> <p>Inscrição: para o empréstimo de livros, faça sua ficha apresentando documento de identidade e um comprovante de residência. Para menores de 14 anos, é necessária a presença de um responsável no ato da inscrição.</p> <p>Em janeiro/2008, a Biblioteca reabre com novidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reorganização do acervo para recuperação da informação. • Aquisições dos periódicos "O Estado de Minas", "Carta Capital", gibis: "Turma da Mônica", obras literárias e outros. <p>Horário de atendimento</p> <p>Terça a sexta-feira, das 8 às 17h.</p> <p>Sábado e domingo das 9 às 12h.</p>	<p>PATRIMÔNIO CULTURAL</p> <p>Cultura da Criança.</p> <p>Brinquedos e Brincadeiras</p> <p>Valoriza a cultura da criança e resgata a arte da brincadeira, do encontro e das trocas típicas da infância. .</p> <p>Com: Maria de Fátima (Marisa)</p> <p>Dias 2, 23 e 30, quartas-feiras, das 9 às 11h, no CCZS</p> <p>VII Festival de Férias</p> <p>De 8 a 18 de janeiro o CCZS tem uma programação especial para as férias, elaborada de acordo com o Programa Incentivo à Leitura e o Projeto Biblioteca.</p>	<p>PROGRAMAÇÃO INFANTIL</p> <p>Exibição em Telaô</p> <p>Sempre às quintas-feiras.</p> <p>Sessões às 9 e às 14h, no CCZS.</p> <p>Dia 3 - A Batalha dos Vegetais (EUA, Steve Box e Nick Park, 2005)</p> <p>Produzida com a mesma técnica ensinada na oficina de "Animassinha", ministrada no Centro Cultural, esta produção americana mostra a aventura de dois épicos dos quadrinhos cujo tema abordado é a proteção das plantações.</p> <p>Dia 17 - Lisbela e o Prisioneiro (Israel Araez, BRA, 2003)</p> <p>Uma comédia romântica. Divertida história do malandro Leléu, rapaz aventureiro e conquistador que se apaixona por Lisbela, mocinha sonhadora que adora ver filmes com heróis americanos.</p>	<p>Oficina de Origami</p> <p>Com: Sílvia Figueiredo</p> <p>Dia 15, terça-feira, às 14h, no CCZS.</p> <p>Referências Culturais</p> <p>Oficina de Dança Afro</p> <p>Um olhar sobre a cultura africana como raiz da cultura brasileira por meio de seus ritmos e movimentos.</p> <p>Com: Nicole Marinho, historiadora e integrante do Grupo de Dança Afro-UNI-BH.</p> <p>Cultura da Criança</p> <p>Brinquedos e Brincadeiras</p> <p>Com: Maria de Fátima (Marisa)</p> <p>Sextas-feiras, 14h, no CCZS.</p>



CENTRO DE CULTURA
LAGOA DO NADO

CENTRO DE CULTURA
LAGOA DO NADO
Janeiro 2008 - programação gratuita

CULTURA
Pensando diferente.

PREFEITURA BH
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

FILMES INFANTIS

- Yu-Gi-Oh! O Filme -**
2004. Direção: Tatsuki Tsuji
Dia: 08/01, terça, às 10h e às 15h.
- Eragon (Eragon).**
LEUA, 2003. Direção: Stefen Fangmeier
Dia: 10/01, quinta, às 10h e às 15h.
- A Família do Futuro -**
Direção: (2007, Stephen J. Anderson
Dia: 15/01, terça, às 10h e às 15h.
- Formiguinhas**
1998, Eric Darnell e Tim Johnson
Dia: 17/01, quinta, às 10h e às 15h
- Asterix e os Vikings**
Direção: Gérard Pirès (França / Dinamarca)
2006.
Dia: 22/01, terça, às 10h e às 15h.
- Um Dia, Um Gato**
Direção: Vojtech Jasný (1963), Tchecoslováquia
Dia: 24/01, quinta, às 10h e às 15h.
- Ratatouille**
(LEUA 2007) - Direção: Brad Bird e
Jan Pinkava.
Dia: 29/01, terça às 10h e às 15h.
- Oliver Twist**
Direção: David Lean (Inglaterra, 1948)
Dia: 31/01/2008, Quinta, às 15h.

MOSTRA MINAS DE CINEMA E VIDEO

Era uma vez...
Ficção, 2006, cor, 94"
Direção: Giselle Werneck, Guilherme R. e Byron O'Neill

CENTRO DE CULTURA LAGOA DO NADO
PARQUE MUNICIPAL FAZENDA LAGOA DO NADO
R. Ministro Heumenegildo de Barros, 904 - B. Ilipatã.
CEP 31710-230. BH - MG
Administração: (31) 3277-6746 / 3277-1420 -
E-mail: ccldagoadonado@gmail.com
Biblioteca: (31) 3277-7336, e-mail: ccdb@pbh.gov.br

Lúmen
Ficção, 2007, cor, 3:53"
Direção: William Salvoator Santos

Normal
Ficção, 2007, cor, 15".

Bão Horizonte que chove
Vídeo - Filme, 2007, cor, 13".
Direção: Rodrigo Nascimento

Crisálidas
Experimental, 2006, cor, 7:15".
Direção: Fernando Mendes

Ausência
Experimental, 2007, p&b/cor, 11:50".
Direção: Cassio Lignani e Leonardo Rocha

Eu sou como o polvo
Experimental, 2006, cor, 4".
Direção: Sávio Lelle

Enroscada
Animação, 2005, cor, 5:53".
Direção: Vanessa Strelec.

Solidão sem fim
Animação, 2007, cor, 4:20".
Direção: Alexandre Costa

O perdão muda o mundo?
Animação, 2005, cor, 3:40".
Direção: Alexandre Costa

Ambigramina
Animação, 2007, cor, 4".
Direção: Jackson Ixoveria

Lúmen
Animação, 2007, cor, 3:53"
Direção: William Salvoator Santos

O caminho
Animação, 2007, cor, 2:50"
Direção: Thiago Mallet

Nos de gravata
Animação, 2007, cor, 4:40".
Direção: Mateus Di Mambro

Pescaria
Animação - 2004 - 5'33" - cor
Direção: Joacelino Batista da Silva e Chico
Mariano
Dia: 20/01/2008, Domingo, às 15h.

MOSTRA MINAS CINEMA E VIDEO, é realizada em parceria UFMG - Programa A, Teia e o Inseto.

realizado por



OFICINAS

Oficina capoeira de férias

A oficina repassa movimentos da capoeira regional e angolã, além de uma breve explanação sobre a história da capoeira no Brasil.

Com Mestre Calango

Dias: 21, 23 e 25/01

Inscrições a partir de 04/01.

Faixa etária: 14 anos - 30 vagas.

Oficina de brinquedos e brincadeiras

Construção de brinquedos com material reciclado.

Com Júlio César.

Todos os domingos das 15 às 17h.

Em frente à Biblioteca.

Oficina Tai Chi Chuan

Sensibilização e relaxamento contido

Com a natureza

Instrutor: Virgíley Del Duca

Público: a partir de 12 anos

Toda quarta e sexta-feira, das 6h30 às 8h.

Oficina de yoga para autotransformação

Exercícios de harmonização corporalmente para um viver integral em parceria com a Associação Mineira de Yoga - AMYOGA

Com Miriam Amorim, Paulo Henrique O. Souza e

Emílio Rizzoni; ambos com formação na Índia.

Público: a partir de 14 anos

Vagas: 20

Inscrições pelo telefone a partir de 2 de janeiro.

Local: Galpão

Dias: 03 e 17/02 - domingo, das 9 às 12h.

BIBLIOTECA

A Biblioteca do CCLM reformula seu atendimento normal a partir de 2 de janeiro de 2008.

Horário de funcionamento:

De terça a sexta, das 8 às 17h, sábados e domingos, das 9 às 17h.

EXPOSIÇÕES

Imagens do Meu Mundo

A mostra reúne fotografias sob perspectivas e ângulos diferentes dos participantes das oficinas ministradas pelo "Projeto Acolher", coordenado por Camilla Maria Silva, tendo como professora Angela Bacon.

De: 10/01 a 31/01/2008

De: terça a domingo das 9 às 17h.

Espaço Hall do Casarão.

Figuras Urbanas

Exposição permanentemente Figuras Urbanas, do artista plástico Thibau. Esculturas desenvolvidas diretamente nos troncos de eucaliptos vivos em frente às quadras.

Técnica: entalhe em madeira.

De: terça a domingo, das 7 às 18h

FAN SOBRE A CIDADE - EXPOSIÇÕES E MOSTRA DE CINEMA

A exposição pode ser visitada das 9 às 17h, de terça a domingo.

Local: Espaço Multimeios Mestre Orlando e sala

04 do Casarão

FILMES

Saworide, o sagrado iambor falante.

Direção: Junde Kelani, 1999, 110 min.

De: 05/01, às 15h.

Memórias da Dança Afro em Belo Horizonte.

Coordenação: Aday Assumpção e Rui Moreira.

30 min.

De: 12/01, às 15h

Agogo Êewo, o gongo de purificação.

Direção: Junde Kelani, 2002, 110 min.

De: 19/01, às 15h

Capoeira da Memória

Coordenação: Mestre Neggaivo e Mestre Primo,

40 min.

De: 26/01, às 15h.

Atonjá - construção da

Sociedade Yoruba. Direção: Iara Adenigerun e Yemi Amodeber, 2003, 120 min.

De: 02/02, às 15h.

Coletivo FAN da Imagem.

De: 09/02, às 15h.

Sango, Xangô

Direção: Olatem B. Lasode, 1997, 160 min.

De: 16/02, às 15h.

TEATRO

Cia de Teatro Ícaros apresenta o

espetáculo "Maria Lira"

Direção: João das Neves.

De: 25, 26 e 27/01/2008 - sexta a

domingo às 20h.

Realizado com benefícios da Lei Estadual de Incentivo à Cultura.

O Grupo Walu Teatro Animado apresenta

"A Princesa Que Amava Insetos"

Elenco: Aline Midou, Paulo Kazareff.

Direção: Gabriel Pereira Couto.

De: 02/02/08 às 16h.

SESSÃO DE DOMINGO

Labirinto do Fauno

Direção: Guillermo del Toro (EUA/Mex).

De: 13/01 - domingo, às 10h.

Classificação: 16 anos.

Oasis Urbano

Direção: Cleiane - (BR), 2007. Duração: 10 min.

De: 27/01 - Domingo, às 15h

LITERATURA

RODA DE HISTÓRIAS

Convidado: Alexandre da C. Barbosa

Local: Biblioteca do CCLM.

De: 27/01, Domingo, às 10h.

MÚSICA

Conexão Tribal África Beat

(batidas africanas)

Ensaio Aberto do grupo sob coordenação do

músico senegalês Mamour Bâ.

Todo primeiro domingo do mês

Local: Bosquimbo

De: 6 de janeiro, domingo, às 11h30.

Concerto didático banda cosme ramos

Concerto da Companhia Musical, no repertório:

dobrados, marchinhas e música popular brasileira;

além de explanação acerca dos instrumentos que

compõem uma banda de música.

Local: Mini-usina. Todos os domingos, às 10h.

PROJETO INCLUSÃO DIGITAL

Acesso grátis à internet

Pre-requisito: agendamento pelo telefone: 3277-

7336

No dia e horário marcados, trazer documento de

identificação.

De: terça a sexta de 8h30 às 17h.

DANÇA DO VENTRE PARA 3ª IDADE - AULA ABERTA

Passibiliza o contato com a cultura oriental, por meio da dança, proporcionarão a socialização entre as participantes.

Público: mulheres na melhor idade

(a partir de 45 anos).

Com Kátia Virginia.

Inscrições: 3277 7321 a partir de 01/02 - (tarde)

na administração do Parque.

Toda segunda, das 15 às 17h

Local: Galpão

VENHA e PARTICIPE!

ANEXO 12

Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE

CAPÍTULO VI

DA CULTURA

Art. 166-0 acesso aos bens da cultura e às condições objetivas para produzi-la é direito do cidadão e dos grupos sociais.

§ 1º - Todo cidadão é um agente cultural, e o Poder Público incentivará, por meio de política de ação cultural democraticamente elaborada, as diferentes manifestações culturais do Município.

§ 2º - O Município protegerá as manifestações das culturas populares e dos grupos étnicos participantes do processo civilizatório nacional e promoverá, nas escolas municipais, a educação sobre a história local e a dos povos indígenas e de origem africana.

2sCaput do art. 164 com redação determinada pela Emenda nº 15, de 22/03/00

24 inclusão do § 3º no art. 164 com redação determinada pela Emenda nº 15, de 22/03/00

60

Art. 167 - Constituem patrimônio cultural do Município os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que contenham referência à identidade, à ação e à memória do povo belo-horizontino, entre os quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações tecnológicas, científicas e artísticas;

IV - as obras, os objetos, os documentos, as edificações e outros espaços destinados a manifestações artísticas e culturais, nesta incluídas todas as formas de expressão popular;

V - os conjuntos urbanos e os sítios de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º - As áreas públicas, especialmente os parques, os jardins e as praças, são abertas às manifestações culturais, desde que estas não tenham fins lucrativos e sejam compatíveis com a preservação do patrimônio ambiental, paisagístico, arquitetônico e histórico.

§ 2º - A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de fatos relevantes para a cultura municipal.

Art. 168 - O Município, com a colaboração da sociedade civil, protegerá o seu patrimônio histórico e cultural, por meio de inventários, pesquisas, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

Parágrafo único - O Poder Público manterá sistema de arquivos públicos e privados com a finalidade de promover o recolhimento, a preservação e a divulgação do patrimônio documental de organismos públicos municipais, bem como de documentos privados de interesse público, a fim de que possam ser utilizados como instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico e como elemento de prova e informação.

Art. 169-0 Poder Público promoverá a implantação, com a participação e cooperação da sociedade civil, de centros culturais nas regiões do Município, para atender às necessidades de desenvolvimento cultural da população.

Parágrafo único- Serão instalados, junto aos centros culturais, bibliotecas e oficinas ou cursos de formação cultural.

Belo Horizonte, 21 de março de 1990.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)